



## SETOR DE LICITAÇÕES

### CAPA DE PROCESSO

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 077/2024**

**MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2024**

Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de dedetização; desratização; descupinização; desintetização e limpezas de caixas d'água dos prédios das Unidades Básicas do Departamento Municipal de Saúde.

Fundamento Legal: Lei 14.133/2021, artigo 29:

*Art. 29. Adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.*

Valor estimado da contratação: R\$ 9.836,28 (nove mil, oitocentos e trinta e seis reais e vinte e oito centavos)



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

### **I – Descrição da contratação:**

Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de dedetização; desratização; descupinização; desintetização dos ambientes para repelir ou eliminar insetos como aranhas, escorpiões e moscas; desalojamento de aves e morcegos; higienização e incineração de ninhos nas áreas internas e externas; remoção de dejetos de aves e morcegos, inclusive fezes; limpeza de caixas d'água nos prédios das Unidades Básicas do Departamento Municipal de Saúde, incluindo todos os custos referentes a execução (mão de obra, peças, ferramentas, materiais consumíveis, deslocamento, etc) de forma a permitir a completa efetivação dos serviços.

### **II - Justificativa da contratação:**

A referida contratação foi considerada nesse estudo a solução mais adequada para atender as necessidades abaixo elencadas:

- Controle da população de insetos, roedores, moscas, aracnídeos, escorpião, aves, morcegos e toda espécie de pragas nas áreas internas e externas das Unidades Básicas de Saúde;
- Prevenir possíveis danos causados por animais indesejáveis nas instalações das Unidades Básicas de Saúde;
- Manter as instalações das Unidades Básicas de Saúde em pleno funcionamento, sem a presença indesejável de insetos, roedores, morcegos e outros;
- Proporcionar um ambiente salubre para o desempenho das atividades das equipes de profissionais de saúde, garantindo a proteção à saúde dos usuários do serviço;
- Garantir aos usuários o acesso à água de qualidade compatível com o padrão de portabilidade estabelecido na legislação vigente, a partir de realização periódica de limpeza e desinfecção dos reservatórios das Unidades Básicas de Saúde, conforme regulamenta a Fundação Nacional de Saúde/Ministério da Saúde. No caso em tela, tais serviços devem ser executados por empresas especializadas, devidamente licenciadas pela Autoridade Sanitária do Estado, para atender as necessidades de ação preventiva evitando proliferação de pragas, eliminando as existentes, bem como manter a qualidade da água para uso e consumo humano.

Diante do exposto surge a necessidade de contratação de empresa especializada na prestação de serviços acima já mencionados.

### **III - Levantamento de mercado:**

O levantamento de mercado foi efetuado por 02 (duas) empresas da região e uma Ata de Registro de Preços:

- DEDETIZADORA PORTELLA, CNPJ 27.335.218/0001-53, CANOINHAS – SC
- ATA DE REGISTRO DE PREÇO, MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO
- ECO SERV DEDETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS, CNPJ – PATO BRANCO – PR.

Vale ressaltar que se trata de serviço comum, a ser contratado mediante licitação, na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica.

A prestação de serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracteriza pessoalidade e subordinação direta.

*Recibido  
02/07  
GM*





# MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES

ESTADO DO PARANÁ  
CNPJ 01.614.415/0001-18

003

## IV - Descrição da solução:

A contratação de empresa especializada para serviços de dedetização e limpeza de caixas d'água, para atender as necessidades das Unidades Básicas de Saúde do município, faz-se indispensável e visa disponibilizar as condições sanitárias para o pleno andamento das atividades realizadas pelo Departamento Municipal de Saúde.

## V - Estimativa das quantidades a serem contratadas:

LOTE 01					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR MÉDIO UNITÁRIO M <sup>2</sup>	VALOR TOTAL
01	Prestação de serviços de dedetização; desratização; descupinização; desintetização dos ambientes para repelir ou eliminar insetos como aranhas, escorpiões e moscas; desalojamento de aves e morcegos; higienização e incineração de ninhos nas áreas internas e externas; remoção de dejetos de aves e morcegos, inclusive fezes na <b>Unidade de Saúde Central</b> com área de 1.090m <sup>2</sup>	M2	2.180M <sup>2</sup>	1,98	4.316,40
02	Prestação de serviços de dedetização; desratização; descupinização; desintetização dos ambientes para repelir ou eliminar insetos como aranhas, escorpiões e moscas; desalojamento de aves e morcegos; higienização e incineração de ninhos nas áreas internas e externas; remoção de dejetos de aves e morcegos, inclusive fezes na <b>Unidade Básica de Saúde Marcon</b> com área de 100m <sup>2</sup> , distancia de 42 km da sede	M2	200M <sup>2</sup>	1,98	396,00
03	Prestação de serviços de dedetização; desratização; descupinização; desintetização dos ambientes para repelir ou eliminar insetos como aranhas, escorpiões e moscas; desalojamento de aves e morcegos; higienização e incineração de ninhos nas áreas internas e externas; remoção de dejetos de aves e morcegos, inclusive fezes na <b>Unidade Básica de Saúde Iratim</b> , com área de 100m <sup>2</sup> , distancia de 30 km da sede	M2	200M <sup>2</sup>	1,98	396,00



# MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES

ESTADO DO PARANÁ  
CNPJ 01.614.415/0001-18

004

04	Prestação de serviços de dedetização; desratização; descupinização; desintetização dos ambientes para repelir ou eliminar insetos como aranhas, escorpiões e moscas; desalojamento de aves e morcegos; higienização e incineração de ninhos nas áreas internas e externas; remoção de dejetos de aves e morcegos, inclusive fezes na <b>Unidade Básica de Saúde Chopim</b> , com área de 100m <sup>2</sup> , distancia de 18 km da sede	M2	200M <sup>2</sup>	1,98	396,00
06	Prestação de serviços de dedetização; desratização; descupinização; desintetização dos ambientes para repelir ou eliminar insetos como aranhas, escorpiões e moscas; desalojamento de aves e morcegos; higienização e incineração de ninhos nas áreas internas e externas; remoção de dejetos de aves e morcegos, inclusive fezes na <b>Unidade Básica de Saúde Pedregulho</b> , com área de 100m <sup>2</sup> , distancia de 33 km da sede	M2	200M <sup>2</sup>	1,98	396,00
07	Prestação de serviços de dedetização; desratização; descupinização; desintetização dos ambientes para repelir ou eliminar insetos como aranhas, escorpiões e moscas; desalojamento de aves e morcegos; higienização e incineração de ninhos nas áreas internas e externas; remoção de dejetos de aves e morcegos, inclusive fezes na <b>Unidade Básica de Saúde Zugman</b> , com área de 100m <sup>2</sup> , distancia de 25 km da sede	M2	200M <sup>2</sup>	1,98	396,00
<b>TOTAL</b>					6.296,40

## LOTE 02

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE DE SERVIÇOS DIVIDIDOS NO PERÍODO DE 60 MESES	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	Limpeza de caixas d'água de 500 litros - <b>Unidade de Saúde Central (3 caixas)</b>	UN	06	196,66	1.179,96
	Limpeza de caixas d'água de 310 litros - <b>Unidade de Saúde Central (01 caixa)</b>	UN	02	196,66	393,32
	Limpeza de caixa d'água de 1000 litros na <b>Unidade</b>	UN	02	196,66	393,32





# MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES

ESTADO DO PARANÁ  
CNPJ 01.614.415/0001-18

005

	<b>Básica de Saúde Marcon,</b> distancia de 42 km da sede (01 caixa)				
	Limpeza de caixa d'água de 500 litros na <b>Unidade Básica de Saúde Iratim,</b> distancia de 30 km da sede (01 caixa)	UN	02	196,66	393,32
	Limpeza de caixa d'água de 500 litros na <b>Unidade Básica de Saúde Chopim,</b> distancia de 18 km da sede (01 caixa)	UN	02	196,66	393,32
	Limpeza de caixa d'água de 1000 litros na <b>Unidade Básica de Saúde Pedregulho,</b> distancia de 33 km da sede (01 caixa)	UN	02	196,66	393,32
	Limpeza de caixa d'água de 1000 litros na <b>Unidade Básica de Saúde Zugman,</b> distancia de 25 km da sede (01 caixa)	UN	02	196,66	393,32
<b>TOTAL</b>					<b>3.539,88</b>

Para definição dos quantitativos, foi considerado o planejamento do Departamento Municipal de Saúde, onde os serviços serão realizados em todas as Unidades Básicas de Saúde a cada 06 (seis) meses de forma contínua, considerando o M<sup>2</sup> de cada prédio, por um período de 12 (doze) meses.

## VI - Estimativa do valor da contratação:

Do elenco dos serviços discriminados no item anterior temos que o valor total estimado para a contratação em estudo será da ordem máxima de **R\$ 6.296,40 (seis mil duzentos e noventa e seis reais e quarenta centavos) de Serviços de Dedetização e R\$ 3.539,88 (três mil quinhentos e trinta e nove reais e oitenta e oito centavos) de Serviços de Limpeza de Caixas d'água,** a ser liquidada pelo Departamento Municipal de Saúde.

## VII - Justificativas para o parcelamento ou não da solução:

A licitação será realizada por disputa de lote.

A aquisição em tela se mostra necessária ser desenvolvida parceladamente considerando que os serviços serão realizados cada 06 (seis) meses.

## VIII - Contratações correlatas e/ou interdependentes:

Consultado o rol de contratos vigentes da municipalidade, não identificamos nenhuma ocorrência que possa satisfazer a demanda que se apresenta assim como não se vislumbrou, neste momento, a tramitação de outros estudos dos demais setores da administração que permitam se somar ao nosso pleito.



## IX - Demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual:

<p>Prestação de serviços de dedetização; desratização; descupinização; desintetização dos ambientes para repelir ou eliminar insetos como aranhas, escorpiões e moscas; desalojamento de aves e morcegos; higienização e incineração de ninhos nas áreas internas e externas; remoção de dejetos de aves e morcegos, inclusive fezes.</p>	<p>R\$ 35.000,00</p>	<p>Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica</p>	<p>AGOSTO 2024</p>	<p><input type="checkbox"/> Controle da população de insetos, roedores, moscas, aracnídeos, escorpião, aves, morcegos e toda espécie de pragas nas áreas internas e externas das Unidades Básicas de Saúde; <input type="checkbox"/> Prevenir possíveis danos causados por animais indesejáveis nas instalações das Unidades Básicas de Saúde; <input type="checkbox"/> Manter as instalações das Unidades Básicas de Saúde em pleno funcionamento, sem a presença indesejável de insetos, roedores, morcegos e outros; <input type="checkbox"/> Proporcionar um ambiente salubre para o desempenho das atividades das equipes de profissionais de saúde, garantindo a proteção à saúde dos usuários do serviço;</p>
<p>Limpeza de caixas d'água de 500 litros, 310 litros e 1.000 litros.</p>	<p>R\$ 3.200,00</p>	<p>Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica</p>	<p>AGOSTO 2024</p>	<p>Garantir aos usuários o acesso à água de qualidade compatível com o padrão de portabilidade estabelecido na legislação vigente, a partir de realização periódica de limpeza e desinfecção dos reservatórios das Unidades Básicas de Saúde, conforme regulamenta a Fundação Nacional de Saúde/Ministério da Saúde. No caso em tela, tais serviços devem ser executados por empresas especializadas, devidamente licenciadas pela Autoridade Sanitária do Estado, para atender as necessidades de ação preventiva evitando proliferação de pragas, eliminando as existentes, bem como manter a qualidade da água para uso e consumo humano.</p>

Disponível em: <https://www.pmc.ds.pr.gov.br/uploads/pagina/arquivos/8-PCA-SAUDE.pdf>

## X - Demonstrativo dos resultados pretendidos:

A presente contratação almeja realização dos serviços acima descritos para atender as necessidades de ação preventiva evitando proliferação de pragas, eliminando as existentes, bem como manter a qualidade da água para uso e consumo humano.

## XI - Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato:

A presente contratação requer por parte do Departamento Municipal de Saúde o acompanhamento de profissional qualificado para analisar, julgar e acompanhar os serviços solicitados, de forma a verificar que todas as especificações técnicas e exigências requisitadas foram cumpridas.





# MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES

ESTADO DO PARANÁ  
CNPJ 01.614.415/0001-18

007

## **XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras:**

Com intenção de evitar impactos ambientais, o Departamento Municipal de Saúde solicitará em seu processo de Pregão eletrônico a apresentação da Licença Municipal de Operação Ambiental, garantindo que o serviço oferecido pela empresa atende todas as normas conforme regulamenta a Fundação Nacional da Saúde/Ministério da Saúde.

## **XIII - Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina:**

Com base no exposto acima, especialmente no que tange à solução de mercado escolhida, que inclui critérios e práticas de sustentabilidade, a equipe de planejamento considera que a contratação é viável, além de ser necessária para atendimento das necessidades e interesses da Administração e principalmente de interesse público.

A contratação mostra-se atualmente viável na modalidade legal de conformidade com o orçamento, haja vista que se trata de um serviço que é objeto de contratação para utilização nas Unidades Básicas de Saúde do município.

Findo o presente estudo passaremos a desenvolver o necessário Termo de Referência para o aperfeiçoamento da compra que demanda a administração pública como um todo.

Coronel Domingos Soares-PR, 28 de junho de 2024.

  
Antonio Augusto França  
Fiscal do Processo Licitatório

  
Marly Bevilacqua Maito  
Diretora do Departamento Municipal de  
Saúde

**TERMO DE REFERÊNCIA****1 DETALHAMENTOS INERENTES AO OBJETO LICITADO**

1.1. Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de dedetização; desratização; descupinização; desintetização e limpezas de caixas d'água dos prédios das Unidades Básicas do Departamento Municipal de Saúde.

LOTE 01					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR MÉDIO UNITÁRIO M <sup>2</sup>	VALOR TOTAL
01	Prestação de serviços de dedetização; desratização; descupinização; desintetização dos ambientes para repelir ou eliminar insetos como aranhas, escorpiões e moscas; desalojamento de aves e morcegos; higienização e incineração de ninhos nas áreas internas e externas; remoção de dejetos de aves e morcegos, inclusive fezes na <b>Unidade de Saúde Central</b> com área de 1.090m <sup>2</sup>	M2	2.180M <sup>2</sup>	1,98	4.316,40
02	Prestação de serviços de dedetização; desratização; descupinização; desintetização dos ambientes para repelir ou eliminar insetos como aranhas, escorpiões e moscas; desalojamento de aves e morcegos; higienização e incineração de ninhos nas áreas internas e externas; remoção de dejetos de aves e morcegos, inclusive fezes na <b>Unidade Básica de Saúde Marcon</b> com área de 100m <sup>2</sup> , distancia de 42 km da sede	M2	200M <sup>2</sup>	1,98	396,00
03	Prestação de serviços de dedetização; desratização; descupinização; desintetização dos ambientes para repelir ou eliminar insetos como aranhas, escorpiões e moscas; desalojamento de aves e morcegos; higienização e incineração de ninhos nas áreas internas e externas; remoção de dejetos de aves e morcegos, inclusive fezes na <b>Unidade Básica de Saúde Iratim</b> , com área de 100m <sup>2</sup> , distancia de 30 km da sede	M2	200M <sup>2</sup>	1,98	396,00





# MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES

ESTADO DO PARANÁ  
CNPJ 01.614.415/0001-18

009

04	Prestação de serviços de dedetização; desratização; descupinização; desintetização dos ambientes para repelir ou eliminar insetos como aranhas, escorpiões e moscas; desalojamento de aves e morcegos; higienização e incineração de ninhos nas áreas internas e externas; remoção de dejetos de aves e morcegos, inclusive fezes na <b>Unidade Básica de Saúde Chopim</b> , com área de 100m <sup>2</sup> , distancia de 18 km da sede	1935 M2	200M <sup>2</sup>	1,98	396,00
06	Prestação de serviços de dedetização; desratização; descupinização; desintetização dos ambientes para repelir ou eliminar insetos como aranhas, escorpiões e moscas; desalojamento de aves e morcegos; higienização e incineração de ninhos nas áreas internas e externas; remoção de dejetos de aves e morcegos, inclusive fezes na <b>Unidade Básica de Saúde Pedregulho</b> , com área de 100m <sup>2</sup> , distancia de 33 km da sede	1996 M2	200M <sup>2</sup>	1,98	396,00
07	Prestação de serviços de dedetização; desratização; descupinização; desintetização dos ambientes para repelir ou eliminar insetos como aranhas, escorpiões e moscas; desalojamento de aves e morcegos; higienização e incineração de ninhos nas áreas internas e externas; remoção de dejetos de aves e morcegos, inclusive fezes na <b>Unidade Básica de Saúde Zugman</b> , com área de 100m <sup>2</sup> , distancia de 25 km da sede	1998 M2	200M <sup>2</sup>	1,98	396,00
<b>TOTAL</b>					6.296,40
<b>LOTE 02</b>					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE DE SERVIÇOS DIVIDIDOS NO PERÍODO DE 60 MESES	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	Limpeza de caixas d'água de 500 litros - <b>Unidade de Saúde Central (3 caixas)</b>	1998 UN	06	196,66	1.179,96
	Limpeza de caixas d'água de 310 litros - <b>Unidade de Saúde Central (01 caixa)</b>	1999 UN	02	196,66	393,32
	Limpeza de caixa d'água de 1000 litros na <b>Unidade Básica de Saúde Marcon</b> , distancia de 42 km da sede (01 caixa)	1999 UN	02	196,66	393,32





Limpeza de caixa d'água de 500 litros na <b>Unidade Básica de Saúde Iratim</b> , distancia de 30 km da sede (01 caixa)	9701 UN	02	196,66	393,32
Limpeza de caixa d'água de 500 litros na <b>Unidade Básica de Saúde Chopim</b> , distancia de 18 km da sede (01 caixa)	9702 UN	02	196,66	393,32
Limpeza de caixa d'água de 1000 litros na <b>Unidade Básica de Saúde Pedregulho</b> , distancia de 33 km da sede (01 caixa)	9703 UN	02	196,66	393,32
Limpeza de caixa d'água de 1000 litros na <b>Unidade Básica de Saúde Zugman</b> , distancia de 25 km da sede (01 caixa)	9704 UN	02	196,66	393,32
<b>TOTAL</b>				<b>3.539,88</b>

## 1.2 DO FORNECIMENTO

1.2.1. Os serviços serão executados 02 (duas) vez ao ano, ou seja, a cada 06 (seis) meses, com agendamento prévio, na Unidades Básicas de Saúde, localizadas na Avenida Araucária, 2784, Centro, Localidade Marcon a 42km da sede, Localidade Iratim a 30km da sede, Localidade Chopim a 18km da sede, Localidade Zugman a 25km da sede, Localidade Pedregulho a 33km da sede, em dias úteis, no horário das 8h às 12:00h e das 13h às 17:00h, com a presença do fiscal do contrato para recebimento do objeto. Sugere-se a empresa que faça agendamento prévio do dia e local para evitar esperas e transtornos no momento da execução dos serviços.

1.2.2. Inclui-se todos os custos referentes a execução (mão de obra, peças, ferramentas, materiais consumíveis, deslocamento, etc) de forma a permitir a completa efetivação dos serviços.

## 1.3 AMOSTRAS

Não serão exigidas amostras para o presente certame.

## 2. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

A referida contratação é necessária para atender as necessidades abaixo elencadas:

- Controle da população de insetos, roedores, moscas, aracnídeos, escorpião, aves, morcegos e toda espécie de pragas nas áreas internas e externas das Unidades Básicas de Saúde;
- Prevenir possíveis danos causados por animais indesejáveis nas instalações das Unidades Básicas de Saúde;
- Manter as instalações das Unidades Básicas de Saúde em pleno funcionamento, sem a presença indesejável de insetos, roedores, morcegos e outros;
- Proporcionar um ambiente salubre para o desempenho das atividades das equipes de profissionais de saúde, garantindo a proteção à saúde dos usuários do serviço;
- Garantir aos usuários o acesso à água de qualidade compatível com o padrão de portabilidade estabelecido na legislação vigente, a partir de realização periódica de limpeza e desinfecção dos reservatórios das Unidades Básicas de Saúde, conforme regulamenta a Fundação Nacional de Saúde/Ministério da Saúde. No caso em tela, tais serviços devem ser executados por empresas especializadas, devidamente licenciadas pela Autoridade Sanitária do Estado, para atender as necessidades de ação preventiva evitando proliferação de pragas, eliminando as existentes, bem como manter a qualidade da água para uso e consumo humano.





### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

A contratação de empresa especializada para serviços de dedetização e limpeza de caixas d'água, para atender as necessidades das Unidades Básicas de Saúde do município, faz-se indispensável e visa disponibilizar as condições sanitárias para o pleno andamento das atividades realizadas pelo Departamento Municipal de Saúde.

### 4 PESQUISA DE PREÇOS

A pesquisa de preços foi aperfeiçoada segundo previsto no Decreto Municipal 161/23, em seu artigos 44 a 49, restando consignado no processo os relatórios que fundamentam os preços propostos para a disputa, devidamente firmado pelo servidor responsável pela elaboração dos termos, parâmetros estes para com os quais manifestamos nossa anuência, reiterando que os mesmos refletem as condições de mercado sem incidir, em tese, em sobre preço e/ou superfaturamento do objeto ao que desde já assumir a responsabilidade por este trabalho de pesquisa de preços, firmando este Termo de Referência, ao seu final.

### 5 DA FISCALIZAÇÃO

5.1. Todos os objetos executados serão recebidos e conferidos por servidor(es) da Administração Municipal, indicado como Fiscal de Contrato, mediante acompanhamento do Gestor do Contrato.

5.2. Caberá a futura Contratada indicar um funcionário técnico para acompanhar solicitações e fornecimentos/execuções, bem como reportar-se ao fiscal de contrato quando necessário, adotando as providências pertinentes para a correção de eventuais falhas detectadas.

5.3. Resta desde já designada como Fiscal Técnico do Contrato a servidor ANTONIO AUGUSTO FRANÇA, que deverá se ater as obrigações constantes do art. 16 do Decreto Municipal 161/2023.

5.4. Resta desde já designada como Gestor do Contrato a servidora MARLY BEVILACQUA MAITO, que deverá se ater as obrigações constantes do art. 15 do Decreto Municipal 161/2023.

### 6 DO RECEBIMENTO DO OBJETO

6.1 O serviço será acompanhado e fiscalizado pelo Fiscal de Contrato do processo licitatório, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, de forma sumária. Na finalização da execução do serviço em cada Unidade Básica de Saúde, a empresa deve emitir a nota fiscal eletrônica ou instrumento de cobrança equivalente.

6.2 O serviço poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e proposta, devendo ser realizado novamente no prazo de 24 horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

6.3 No caso de controvérsia sobre a execução do serviço, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

### 7. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS

O objeto dessa licitação é classificado como bem comum, pois possui especificação usual de mercado e padrão de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.





**8. DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, DE EXECUÇÃO E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.**

**8.1. O prazo de entrega** do objeto é de até 10 dias, **contados da emissão da ordem de entrega/execução, em remessa parcelada.** Os serviços serão realizados nos endereços conforme mencionado no Item 1.2 deste instrumento, com a presença do fiscal do contrato para acompanhamento dos serviços.

**8.1.1.** Caso não seja possível a realização dos serviços na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

**8.2. O prazo de execução total** do objeto a ser contratado será de 12 (doze) meses, **a contar da assinatura do Termo de Contrato.**

**8.3.** O Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar/executar o objeto nos endereços relacionados, conforme as condições e as necessidades do licitante.

**8.4.** Os serviços deverão ser realizados seguindo todas as normas técnicas e demais legislações vigentes, devendo a empresa contratada arcar com todos os custos referentes à execução (mão de obra, peças, ferramentas, materiais consumíveis, deslocamentos, etc), de forma a permitir a completa efetivação dos serviços.

**9 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE**

**9.1. São obrigações do Contratado:**

**9.1.1** efetuar a entrega/execução do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

**9.1.2** responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990), quando aplicável ao caso;

**9.1.3** substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

**9.1.4** comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**9.1.5** indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

**9.1.6** manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**9.1.7** manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme legislação vigente;

**9.1.8** guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**9.1.9** arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

**9.1.9.1** alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

**9.1.9.2** retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

**9.1.9.3** aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

**9.2 São obrigações do Contratante:**

**9.2.1** receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;





9.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.2.4 comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

9.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

9.2.6 efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

9.2.7 efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

9.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

9.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

9.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

9.2.11 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

## 10. DO PAGAMENTO

### 10.1 Liquidação

10.1.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

10.1.2 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

10.1.3 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas sancionadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

10.1.4 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.1.5 As notas fiscais deverão ser encaminhadas a municipalidade até as 16 horas do mesmo dia em que forem emitidas, podendo ser feito, de forma provisória, através do e-mail compraspmcads@gmail.com e posteriormente, de forma definitiva, encaminhando a original.

10.1.6 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção





das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**10.1.7** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**10.1.8** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**10.1.9** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**10.1.10** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

**10.1.11.** Nenhum pagamento será efetuado antes que o documento fiscal original esteja devidamente arquivado junto ao setor contábil desta municipalidade.

## **10.2. Prazo de pagamento**

**10.2.1** O pagamento de cada fatura deverá ser realizado em um prazo não superior a 25 (vinte e cinco) dias úteis contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação de Regularidade Fiscal, comprovando a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

**10.2.2.** No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice do INPC de correção monetária.

## **10.3 Forma de pagamento**

**10.3.1** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**10.3.2** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**10.3.3** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**10.3.4.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**10.3.5** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **10.4. Antecipação de pagamento**

**10.4.1** A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

## **11. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

**11.1** É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;





- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
- c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11.2 A alteração subjetiva a que se refere o item 13.1 deverá ser formalizada via termo aditivo ao contrato.

## **12.SUBCONTRATAÇÃO**

12.1. É VEDADA a subcontratação de pessoa física ou jurídica no presente certame.

## **13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

13.1. Não será exigida garantia de execução e/ou fornecimento para o presente certame vez que o mesmo será aperfeiçoado em entrega única mediante condições de recebimento específicas que condicionarão a efetivação dos consequentes pagamentos.

## **14. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS**

14.1. O prazo de garantia contratual dos objetos será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à entrega.

## **15. VIGÊNCIA:**

15.1. O contrato a ser firmado terá vigência de **12 (doze) meses**, improrrogáveis.

## **16. DO REAJUSTAMENTO E REEQUILIBRIO.**

16.1 A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado.

16.2 A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o índice do INPC-Índice Nacional de Preços ao Consumidor, apurado pelo IBGE.

16.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

16.4 Caso o (s) índice (s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

16.5 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

16.6 O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021. Não serão admitidos apostilamento com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura

16.7 Para restaurar o equilíbrio econômico financeiro face a eventuais aumentos justificados do objeto ocorridos após a efetiva contratação o contratado deverá fazer prova e justificar seu pleito perante a administração municipal.

16.7.1 Os pedidos de reequilíbrio econômico financeiro, deverão ser encaminhados pela Contratada através de termo formal, devidamente justificado, juntamente com as comprovações fiscais, devidamente protocolado junto à Contratante, para eventual concessão do mesmo.

16.7.2 O prazo para a apreciação e emissão de decisão do referido pedido dar-se-á, em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de protocolo.

16.7.3 A Contratada não poderá interromper o fornecimento durante o curso do processo administrativo de análise do pedido de reequilíbrio, sendo que quaisquer alterações de valores somente poderão ser aperfeiçoadas após a data de publicação do Termo Aditivo.

## **17. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.**

17.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei Orçamentária Anual deste Município referente ao Departamento Municipal de Saúde.





<b>CONTAS DE DESPESA</b>	
Atenção primária à saúde	10.301.0005.2020
Atenção especializada	10.302.0005.2021
Assistência farmacêutica	10.303.0005.2022
Vigilância em saúde	10.304.0005.2023
Gestão em saúde	10.301.0005.2024

<b>FONTES DE CUSTEIO</b>	
VINCULADO	494
LIVRE	303

**18. DOS DOCUMENTOS ADICIONAIS PARA CONTRATAÇÃO**

O presente certame prevê a apresentação da Licença Municipal de Operação Ambiental, garantindo que o serviço oferecido pela empresa atende todas as normas conforme regulamenta a Fundação Nacional da Saúde/Ministério da Saúde.

**19. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

**20. DAS NORMAS E REGULAMENTOS LOCAIS**

Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto Municipal 161/2023 que aperfeiçoaram os dispositivos constantes da Lei Federal 14.133/21 e as orientações constantes da Minuta Padronizada aprovada no âmbito deste Município.

**21. DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO****21.1. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

**21.1.1.** Deverá ser apresentado um dos itens abaixo, conforme o caso de enquadramento do licitante:

- Cédula de Identidade, no caso de pessoa física; ou,
- Registro comercial, no caso de empresa individual; ou,
- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou,
- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício; ou
- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

**21.2. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

**21.2.1** Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); e,

**21.2.2** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; e,

**21.2.3** Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal; e, Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias); Fazenda Estadual; Fazenda Municipal; e





**21.2.4** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011.

**21.3. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

**21.3.1.** Para pessoa jurídica, certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

**21.4. DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

**21.4.1. 01 (um)** ou mais atestados de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão do licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o(s) item(ns)/lote(s) arrematado(s).

**21.5. DEMAIS DOCUMENTOS E DECLARAÇÕES NECESSÁRIOS PARA HABILITAÇÃO:**

**21.5.1** COMPROVANTE DA CONDIÇÃO DE ME OU EPP, se for o caso: Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento equivalente, **além de Declaração escrita** sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou micro empreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

**21.5.1.1** De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou micro empreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. Nesta hipótese, microempresas, as empresas de pequeno porte e os micro empreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**21.5.1.2A** não-regularização da documentação, nos prazos concedidos, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

**21.5.2** Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

**21.5.3** Declaração LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados.

Coronel Domingos Soares-PR, 28 de junho de 2024

  
Jakeline Aparecida Matias

Responsável pela elaboração do Termo de Referência

  
Marly Bevilacqua Maito  
Diretor de Departamento de Saúde





**OBJETO:** Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de dedetização; desratização; descupinização; desintetização e limpezas de caixas d'água dos prédios das Unidades Básicas do Departamento Municipal de Saúde.

### TERMO DE COMPROMISSO DE GESTOR DE CONTRATO

Considerando nossa designação como gestor de contrato no âmbito do processo licitatório supracitado aliado aos dispositivos constantes do Decreto Municipal 161/23, quanto as atribuições da função, segundo o art. 15 do dito diploma:

Art. 15 Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

I-coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial, de que tratam os incisos II, III e IV do § 7º do art. 13;

II-acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato referentes às ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;

III-acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, registrando em relatório os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa;

IV-coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

V-coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos previstos no inciso I do § 7º do art. 13;

VI-elaborar o relatório final de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, com apoio dos fiscais técnico, administrativo e setorial;

VII-coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico, administrativo e setorial;

VIII-emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e às eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;

IX-realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, quando não for designada comissão de recebimento; e

X-tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso.

Manifestamos nossa ciência e exaramos nosso aceite quanto ao encargo destacado para os atos de gestão de pacto em relação ao objeto que será, eventualmente, pactuado pela administração, em cumprimento ao §1º do art. 13 do Decreto 161/23, tendo sido considerado a compatibilidade com as atribuições do cargo, a complexidade da fiscalização, o quantitativo de contratos por agente público e a capacidade para o desempenho das atividades.

Coronel Domingos Soares-PR, 01 de julho de 2024

**Marly Bevilacqua Maito**  
Gestor de Contrato





**OBJETO:** Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de dedetização; desratização; descupinização; desintetização e limpezas de caixas d'água dos prédios das Unidades Básicas do Departamento Municipal de Saúde.

### TERMO DE COMPROMISSO DE FISCAL TÉCNICO

Considerando nossa designação como fiscal técnico de contrato no âmbito do processo licitatório supracitado aliado aos dispositivos constantes do Decreto Municipal 161/23, quanto as atribuições do fiscal técnico de contrato, segundo o art. 16 do dito diploma:

Art. 16 Caberá ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

I—prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências;

II—anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

III—emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

IV—informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

V—comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;

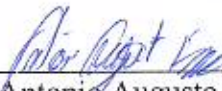
VI—fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;

VII—comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

VIII—participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal administrativo, conforme o disposto no inciso VI do caput do art. 15; X—auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, conforme o disposto no inciso VII do caput do art. 15; e X—realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

Manifestamos nossa ciência e exaramos nosso aceite quanto ao encargo destacado para os atos de fiscalização em relação ao objeto que será, eventualmente, pactuado pela administração, em cumprimento ao §1º do art. 13 do Decreto 161/23, tendo sido considerado a compatibilidade com as atribuições do cargo, a complexidade da fiscalização, o quantitativo de contratos por agente público e a capacidade para o desempenho das atividades.

Coronel Domingos Soares-PR, 01 de julho de 2024

  
\_\_\_\_\_  
Antonio Augusto de França  
Fiscal Técnico do Contrato





**OBJETO:** Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de dedetização; desratização; descupinização; desintetização e limpezas de caixas d'água dos prédios das Unidades Básicas do Departamento Municipal de Saúde.

### TERMO DE COMPROMISSO DE PESQUISA DE PREÇOS

Considerando nossa designação como pesquisador de preços no âmbito do processo licitatório supracitado aliado aos dispositivos constantes do Decreto Municipal 161/23, declaro ciência de que:

Art. 46. A pesquisa de preço para fins de determinação do preço estimado, em processo licitatório e na contratação direta, para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral terá prazo de validade de 6 (seis) meses e será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como painel de preços, banco de preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso;

IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme regulamento a ser instituído pela União.

§ 1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I a III, devendo, em caso de impossibilidade, apresentar justificativa nos autos para o uso das modalidades IV e V.

§ 2º Qualquer que seja o parâmetro utilizado, deve ser comprovado por juntada aos autos de documentos comprobatórios, ainda que se trate de manifestação de desinteresse de ofertar cotação.

§ 3º O servidor público que realizar a pesquisa de preços responsabiliza-se funcionalmente pela informação produzida nesta etapa, devendo atenção aos riscos de orçamentos incompatíveis aos padrões de mercado e que podem culminar com aquisições não vantajosas.

§ 4º Quando a pesquisa de preços for realizada com os fornecedores, nos termos do inciso IV deste artigo, deverá ser observado:

I - prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado;

II - obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo:

a) descrição do objeto, valor unitário e total;

b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;

c) endereço e telefone de contato;

d) data de emissão;

d) indicação dos aplicativos de conversa oficial da empresa pesquisada;

III - registro, nos autos da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso IV do caput.

Art. 47. Quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida neste Decreto, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos da mesma natureza, por meio de apresentação de notas fiscais, contratos, empenhos, extratos contratuais ou outros documentos equivalentes, firmados com outros contratantes, públicos ou privados, emitidos no período de até 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, ou por outro meio idôneo.

Art. 48 Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 46, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

§ 1º Poderão ser utilizados outros critérios ou métodos, desde que devidamente justificados nos autos pelo gestor responsável e aprovados pela autoridade competente.

§ 2º Para desconsideração dos valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados,





MUNICÍPIO DE  
**CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

021

deverão ser adotados critérios fundamentados e descritos no processo administrativo.

§ 3º Os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados.

§ 4º Excepcionalmente, será admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três preços, desde que devidamente justificada nos autos pelo gestor responsável e aprovado pela autoridade competente.

§ 5º Quando o contrato contemplar matriz de riscos, o preço estimado da contratação poderá considerar taxa de risco compatível com o objeto da licitação e com os riscos atribuídos ao contratado, de acordo com a metodologia a ser predefinida pelo órgão ou entidade.

Art. 49. A pesquisa de preços será elaborada em formulário próprio, que conterá, no mínimo:

I - descrição do objeto a ser contratado;

II - caracterização das fontes consultadas;

III - série de preços coletados;

IV - método estatístico aplicado para a definição do valor estimado;

V - justificativas para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inconsistentes, inexequíveis ou excessivamente elevados, se aplicável;

VI - memória de cálculo do valor estimado e documentos que lhe dão suporte;

VII - data, identificação e assinatura do servidor responsável.

Manifestamos nossa ciência e exaramos nosso aceite quanto ao encargo destacado para os atos de gestão de pacto em relação ao objeto que será, eventualmente, pactuado pela administração, em cumprimento ao §1º do art. 13 do Decreto 161/23, tendo sido considerado a compatibilidade com as atribuições do cargo e a capacidade para o desempenho das atividades.

Coronel Domingos Soares-PR, 01 de julho de 2024

**Jakeline Aparecida Matias**

Pesquisador de Preços



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 106/2018**  
**Pregão Presencial para fins de Registro de Preços nº 114/2018**  
**Processo LC n.º 182 – Homologado em 01/10/2018**

Ata de Registro de Preços para futuro e eventual fornecimento de serviços de dedetização, desinsetização e limpeza de caixas D'água que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO** e a empresa **MASTER PLANEJAMENTO E SERVIÇOS LTDA**, nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e na forma abaixo:

Ao primeiro dia do mês de outubro de dois mil e dezoito, a empresa **MASTER PLANEJAMENTO E SERVIÇOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob nº 19.895.238/0001-50, estabelecida na Rua Argentina, Nº 1251, centro, Santa Helena - PR, CEP: 85892-000, telefone de contato n.º 45 99932-3244 98809-1954, E-MAIL: MASTERPLANEJAMENTO@OUTLOOK.COM neste ato representada pelo senhor Douglas Antônio Rosário, portador da Cédula de Identidade nº 8.563.424-0 e do CPF/MF nº 045.943.429-22, vem pela presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, firmar com o CONTRATANTE, o **MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Willy Barth, n.º 2885, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 95.719.472/0001-05, neste ato representado pelo Prefeito em exercício, o senhor **DIRCEU ANDERLE**, brasileiro, casado, portador do CPF nº 704.105.939-15, residente e domiciliado na Rua Guaíra, Nº 3113, Município de Pato Bragado, Estado do Paraná, denominado **MUNICÍPIO**, obrigam-se ao que segue:

**Cláusula primeira – Do Objeto:**

Contratação de empresa(s) para futuro e eventual prestação de serviços de:

**LOTE 01:** Dedetização, desinsetização e desratização completa dos prédios públicos do Município de Pato Bragado – PR.

**LOTE 02:** Limpeza de caixas d'água, instaladas junto aos Prédios Públicos do Município de Pato Bragado – PR, conforme quantidades e especificações mínimas relacionadas abaixo:

**LOTE 01 – DEDETIZAÇÃO/DESINSETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO DOS PRÉDIOS PÚBLICOS**

ITEM	Medida	DESCRIÇÃO SERVIÇO	M <sup>2</sup>	Valor M <sup>2</sup>	Valor total
01	M <sup>2</sup>	Serviço de dedetização, desinsetização e desratização completa dos prédios públicos, com fornecimento de equipamentos e materiais necessários.	Até 26.000 m <sup>2</sup>	0,95	24.700,00

**Memorial de Execução dos Serviços do Lote 01**

DESCRIÇÃO SERVIÇO	QUANTIDADE DE LIMPEZAS	M <sup>2</sup>
Dedetização completa da <b>UBS</b> – Unidade Básica de Saúde, sediada na Rua Florianópolis, n.º 1177, Município de Pato Bragado - PR	02 vezes ao ano	Até 395,40 M <sup>2</sup>



Dedetização completa da <b>UAPSF</b> – Unidade de Atendimento do Programa Saúde da Família, sediada na Rua Guarapuava, n.º 2944, Município de Pato Bragado - PR	02 vezes ao ano	Até 254,08 m <sup>2</sup>
Dedetização completa da Nova Unidade Básica de Saúde, sediada na Rua Arapongas, n.º 3025, Município de Pato Bragado - PR	02 vezes ao ano	Até 391,57 m <sup>2</sup>
Dedetização completa da Escola Municipal Marechal Deodoro, sediada na Rua Paranaguá, n.º 891, município de Pato Bragado	02 vezes ao ano	Até 5.345,15 m <sup>2</sup>
Dedetização completa do CMEI – Gotinha de Mel, sediado na Rua Guarapuava, n.º 2930, município de Pato Bragado	02 vezes ao ano	Até 527,74 m <sup>2</sup>
Dedetização completa do Projeto Piá e CRAS, sediados na Rua Guarapuava, n.º 2934, município de Pato Bragado	02 vezes ao ano	Até 1.302 m <sup>2</sup>
Dedetização completa do Centro Cultural Arte em Canto, sediados na Avenida Willy Barth, n.º 2930, município de Pato Bragado	01 vez ao ano	Até 2.036,41 m <sup>2</sup>
Dedetização completa do Conselho Tutelar, sediados na Rua Guaíra, n.º 3110, município de Pato Bragado	01 vez ao ano	Até 74,16 m <sup>2</sup>
Dedetização completa da Biblioteca Cidadã e CREAS, sediados na Rua Guarapuava, n.º 2977, município de Pato Bragado	01 vez ao ano	Até 188,82 m <sup>2</sup>
Dedetização completa do Paço Municipal, sediado na Avenida Willy Barth, n.º 2885, município de Pato Bragado	01 vez ao ano	Até 967,94
Dedetização completa da Emater/Secr. De Agricultura, sediada na Rua Arapongas, n.º 2725, município de Pato Bragado	01 vez ao ano	Até 171,46
Dedetização completa do Centro Poliesportivo Cristal, sediado no Prolongamento da Avenida Continental, n.º 238, município de Pato Bragado	01 vez ao ano	Até 1.707 m <sup>2</sup>
Dedetização completa do Ginásio de Esportes O Bragadinho, sediado no Prolongamento da Avenida Willy Barth, n.º 2201, município de Pato Bragado	01 vez ao ano	Até 2.202,62 m <sup>2</sup>
Dedetização completa do Parque de Máquinas/Secretaria de Obras, sediado na Rua Florianópolis, n.º 1249, município de Pato Bragado	01 vez ao ano	Até 1.758,32 m <sup>2</sup>
Dedetização completa da Secretaria de Indústria e Comércio, sediados na Rua Curitiba, n.º 17, município de Pato Bragado	01 vez ao ano	Até 305,66 m <sup>2</sup>



**LOTE 02 – LIMPEZA DE CAIXAS D' ÁGUA DOS PRÉDIOS PÚBLICOS –**

ITEM	Medida	DESCRIÇÃO SERVIÇO	QNT DE LIMPEZAS	Valor Unitário (limpeza)	Valor Total
01	Unid	Serviço de limpeza interna e externa de caixas d'água de até 1.000 litros, instaladas nos prédios públicos, com fornecimento do material necessário por conta da contratada.	22	140,00	3.080,00
02	Unid	Serviço de limpeza interna e externa de caixas d'água de até 2.000 litros, instaladas nos prédios públicos, com fornecimento do material necessário por conta da contratada	11	160,00	1.760,00
03	Unid	Serviço de limpeza interna e externa de caixas d'água de até 3.000 litros, instaladas nos prédios públicos, com fornecimento do material necessário por conta da contratada	12	180,00	2.160,00
04	Unid	Serviço de limpeza interna e externa de caixas d'água de até 5.000 litros, instaladas nos prédios públicos, com fornecimento do material necessário por conta da contratada	02	200,00	400,00
05	Unid	Serviço de limpeza interna e externa de caixas d'água de até 25.000 litros, instaladas nos prédios públicos, com fornecimento do material necessário por conta da contratada	02	800,00	1.600,00

**Memorial de Execução dos Serviços do Lote 02**

DESCRIÇÃO SERVIÇO	QUANTIDADE DE LIMPEZAS	Quantidade
Serviço de limpeza interna e externa de caixas d' água <b>UBS</b> – Unidade Básica de Saúde, sediada na Rua Florianópolis, n.º 1177, Município de Pato Bragado – PR.	02 vezes ao ano	04 caixas de até 1.000 lt
Serviço de limpeza interna e externa de caixas d' água da <b>UAPSF</b> – Unidade de Atendimento do Programa Saúde da Família, sediada na Rua Guarapuava, n.º 2944, Município de Pato Bragado - PR	02 vezes ao ano	01 caixa de até 5.000 lt
Serviço de limpeza interna e externa de caixas d' água da Nova Unidade Básica de Saúde, sediada na Rua Arapongas, n.º 3025, Município de Pato Bragado - PR	02 vezes ao ano	02 caixas de até 2.000 lt
Serviço de limpeza interna e externa de caixas d'água da Escola Municipal Marechal Deodoro, sediada na Rua Paranaguá, nº 891 , município de Pato Bragado	02 vezes ao ano	02 caixas de até 1.000 lt 02 caixas de até 2.000 lt 03 caixas de até 3.000 lt



		01 caixa de até 25.000 lt
Serviço de limpeza interna e externa de caixas d'água do CMEI – Gotinha de Mel, sediado na Rua Guarapuava, nº 2930, município de Pato Bragado	02 vezes ao ano	03 caixas de até 3.000 lt
Serviço de limpeza interna e externa de caixas d'água do Projeto Piá e CRAS, sediados na Rua Guarapuava, nº 2934, município de Pato Bragado	02 vezes ao ano	01 caixa de até 2.000 lt
Serviço de limpeza interna e externa de caixas d'água do Centro Cultural Arte em Canto, sediados na Avenida Willy Barth, nº 2930, município de Pato Bragado	01 vez ao ano	03 caixas de até 1.000 lt
Serviço de limpeza interna e externa de caixas d'água do Conselho Tutelar, sediados na Rua Guaíra, nº 3110, município de Pato Bragado	01 vez ao ano	01 caixa de até 1.000 lt
Serviço de limpeza interna e externa de caixas d'água da Biblioteca Cidadã e CREAS, sediados na Rua Guarapuava, nº 2977, município de Pato Bragado	01 vez ao ano	01 caixa de
Serviço de limpeza interna e externa de caixas d'água do Paço Municipal, sediado na Avenida Willy Barth, nº 2885, município de Pato Bragado	01 vez ao ano	01 caixa de 1.000 lt
Serviço de limpeza interna e externa de caixas d'água da Emater/Secr. De Agricultura, sediada na Rua Arapongas, nº 2725, município de Pato Bragado	01 vez ao ano	01 caixa de 1.000 lt
Serviço de limpeza interna e externa de caixas d'água do Centro Poliesportivo Cristal, sediado no Prolongamento da Avenida Continental, nº 238, município de Pato Bragado	01 vez ao ano	01 caixa de até 1.000 lt
Serviço de limpeza interna e externa de caixas d'água do Ginásio de Esportes O Bragadinho, sediado no Prolongamento da Avenida Willy Barth, nº 2201, município de Pato Bragado	01 vez ao ano	02 caixas de até 1.000 lt
Serviço de limpeza interna e externa de caixas d'água do Parque de Máquinas/Secretaria de Obras, sediado na Rua Florianópolis, nº 1249, município de Pato Bragado	01 vez ao ano	01 caixa de 1.000 lt
Serviço de limpeza interna e externa de caixas d'água da Secretaria de Indústria e Comércio, sediados na Rua Curitiba, nº 17, município de Pato Bragado	01 vez ao ano	01 caixa de 2.000 lt

#### **Cláusula segunda - Dos documentos aplicáveis e Fiscalização**

Para efeitos obrigacionais tanto o Pregão na Forma Presencial RP nº 114/2018, quanto a proposta adjudicada integram a presente da Ata de Registro de Preços, valendo seus termos e condições em tudo quanto com ele não conflitarem. A fiscalização desta Ata de Registro de Preços, ficará à cargo da Secretaria Municipal solicitante.



**Cláusula terceira - Do preço, condições de pagamento, de reajustamento e atualização financeira**

O valor global a ser praticado nesta Ata de Registro de Preços será de R\$ 33.700,00 (trinta e três mil e setecentos reais). O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após a efetiva prestação do serviços do objeto licitado, condicionados ao termo de aceitação assinado pelo Secretário solicitante.

- a) A Nota Fiscal deverá ser emitida conforme Norma de Procedimento Fiscal expedida pela Receita Federal.
- b) Na Nota Fiscal deverá constar à discriminação dos itens, número da licitação, número da Ata de Registro de Preços e outros dados que julgar convenientes, não apresentando rasura e/ou entrelinhas.
- c) A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número do CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e na proposta de preços, não se admitindo Notas Fiscais/Faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou matriz.
- d) A liberação do pagamento poderá estar condicionada a apresentação de Negativas de Regularidade Fiscal, demonstrando situação regular da Empresa no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) O pagamento poderá ser efetuado via transferência Bancária, devendo para tanto a Empresa vencedora informar no ato da Entrega da Nota Fiscal a Agência Bancária e a Conta Corrente que deverá estar obrigatoriamente em nome da mesma.

**Cláusula quarta - Da Vigência da Ata de Registro de Preços e do Crédito Orçamentário**

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de até 12 (doze) meses, iniciando-se na data de assinatura da mesma, a qual não poderá ser renovada. As despesas decorrentes desta Ata de Registro de Preços correrão a conta dos recursos financeiros disponíveis nas seguintes Dotações Orçamentárias:

**02.000 – EXECUTIVO MUNICIPAL**

**02.003 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

**0412210502.007 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração**

3.3.90.39.39.78.99 – 386 – Limpeza e Conservação Demais Setores da Administração – Fonte 505

**02.005 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

**1236111502.012 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

3.3.90.39.39.78.01 – 826 – Limpeza e Conservação da Rede Escolar – Fonte 505

**1236111502.013 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL – ESC. MUNICIPAL MARECHAL DEODORO**

3.3.90.39.39.78.01 – 1081 – Limpeza e Conservação da Rede Escolar – Fonte 505

**1236511502.017 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL – CMEI GOTINHA DE MEL**

3.3.90.39.39.78.01 – 1348 - Limpeza e Conservação da Rede Escolar – Fonte 505

**02.006 – DEPARTAMENTO DE CULTURA**

**1339212002.025 – MANUTENÇÃO E MELHORIAS DO CENTRO CULTURAL**

3.3.90.39.39.78.99 – 1583 – Limpeza e Conservação Demais Setores da Administração – Fonte 505



**02.007 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER****2781212502.027 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES**

3.3.90.39.39.78.99 – 1828 – Limpeza e Conservação Demais Setores da Administração – Fonte 505

**2781212502.028 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CENTRO POLIESPORTIVO CRISTAL**

3.3.90.39.39.78.99 – 1882 – Limpeza e Conservação Demais Setores da Administração – Fonte 505

**02.008 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO****1545213002.031 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO**

3.3.90.39.39.78.99 – 2121 – Limpeza e Conservação Demais Setores da Administração – Fonte 505

**02.009 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE****10.301.1450.2.036.000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

3.3.90.39.78.02. – 2907 - Limpeza E Conservação Da Saúde Pública – Fonte 505

**10.301.1450.2.048.000 – MANUT. DA UNIDADE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA SAÚDE DA FAMÍLIA – UAPSF**

3.3.90.39.78.02 – 3149 - Limpeza E Conservação Da Saúde Pública – Fonte 505

**02.010 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL****082431500.6003 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR**

3.3.90.39.39.78.99 – 4451 – Limpeza e Conservação Demais Setores da Administração – Fonte 505

**0824315006.004 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROJETO PIA**

3.3.90.39.39.78.99 – 4621 – Limpeza e Conservação Demais Setores da Administração – Fonte 505

**082411500.0245 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

3.3.90.39.39.78.99 – 4780 – Limpeza e Conservação Demais Setores da Administração – Fonte 505

**02.013 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURTA E MEIO AMBIENTE****2060616002.060 – MANUT.DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**

3.3.90.39.39.78.99 – 5273 – Limpeza e Conservação Demais Setores da Administração – Fonte 505

**02.014 – SECRETARIA MUNICIPAL DE IND. COM. TURISMO E DES. ECONOMICO****2266116502.062 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO**

3.3.90.39.39.78.99 – 5423 – Limpeza e Conservação Demais Setores da Administração – Fonte 505

**Cláusula Quinta – Direitos e Responsabilidades das Partes:**

Constituem direitos da CONTRATANTE receber o objeto desta da Ata de Registro de Preços nas condições avençadas, e da CONTRATADA:

- a) Prestar os serviços no tempo, lugar e forma estabelecidos na Ata de Registro de Preços.
- b) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- c) Manter as condições da proposta pelo tempo de validade da mesma.



d) O contratado é responsável pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da Ata de Registro de Preços.

**Cláusula Sexta - Sanções Administrativas para o Caso de Inadimplemento da Ata de Registro de Preços:**

O atraso injustificado na execução da Ata de Registro de Preços sujeitará o contratado às seguintes penalidades:

- a) Advertência por escrito;
- b) Multa de mora de 3% sobre o valor da Ata de Registro de Preços por dia de atraso, até o limite de 30 dias, após o qual será caracterizada a inexecução total da Ata de Registro de Preços;
- c) Multa compensatória de 10% sobre o valor da Ata de Registro de Preços;
- d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

A inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços sujeitará o contratado às seguintes penalidades:

- a) Advertência por escrito;
- b) Em caso de inexecução parcial, multa compensatória de 1% sobre o valor da Ata de Registro de Preços por dia de atraso, até o limite de 30 dias.
- c) Em caso de inexecução total, multa compensatória de 20% sobre o valor da Ata de Registro de Preços;
- d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 02 (dois) anos. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da Ata de Registro de Preços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, **ficará impedido de licitar e contratar com a União e, será declarado inidôneo para licitar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos**, sem prejuízo da aplicação de multa em percentual equivalente à multa prevista para inexecução total da Ata de Registro de Preços e das demais cominações legais.

As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que:

- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;



- b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- d) As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado ao licitante o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes.
- e) A multa será descontada da garantia da Ata de Registro de Preços e de pagamentos eventualmente devidos pela Administração em caso do infrator tenha sido contratado ou será inscrito em dívida ativa, caso o licitante não se sagre vencedor do certame.
- f) Todas as sanções previstas neste item são de competência exclusiva do Chefe do Executivo

#### **Cláusula Sétima – Da Rescisão:**

A presente da Ata de Registro de Preços poderá ser rescindido caso quaisquer dos fatos elencados no artigo 78 e seguintes da Lei no. 8.666/93.

**PARÁGRAFO ÚNICO – A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77, da Lei 8.666/93.**

#### **Cláusula Oitava – Legislação Aplicável**

O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei no. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei 10.520/22, Decreto 3.555/2000, Lei Complementar 123/2006, Lei Complementar 147/2014, Lei complementar Municipal 059/2015 e Decreto Municipal nº 048/2015 e com as alterações subseqüentes, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente, os princípios da Teoria Geral da Ata de Registro de Preços e as disposições de direito privado.

#### **Cláusula Nona – Transmissão de Documentos:**

A troca eventual de documentos e cartas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, será feita através de protocolo, por correio eletrônico ou mediante transmissão de fac-símile. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

#### **Cláusula Décima – Casos Omissos:**

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei 8.666/93 Lei 10.520/22, Decreto 3.555/2000, Lei Complementar 123/2006, Lei Complementar 147/2014, Lei complementar Municipal 059/2015 e Decreto Municipal nº 048/2015 e suas alterações, e dos princípios gerais de direito.

#### **Cláusula Décima Primeira - Das Obrigações da Contratada:**

Além das naturalmente decorrentes da presente Ata de Registro de Preços e daquelas previstas no Edital do presente procedimento licitatório, constituem obrigações da CONTRATADA:

- Depois de oficializado os serviços a(s) empresa(s) contratada(s), a(s) mesma(s) deverá(ão) executar os serviços em até 05 (cinco) dias uteis, junto a secretaria/departamento solicitante, este prazo é valido para os dois lotes.
- Os serviços ofertados deverão ser de primeira qualidade.



- Os serviços serão solicitados pela administração a licitante vencedora de forma parcelada, conforme necessidade dos mesmos, por solicitação formalizada pela Secretaria Municipal que necessitara do serviço, sem custo adicional de frete.
- Os serviços a ser(em) fornecida(s) deverá(ão) obedecer às normas e padrões da ABNT e INMETRO, ser de boa qualidade e atender eficazmente às finalidades que dele naturalmente se espera, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor.
- Os serviços a serem executados deverão atender as condições mínimas propostas pela Licitante, na respectiva Proposta de Preços apresentada e termo de Referência, anexo deste Edital.
- A(s) licitante(s) vencedora(s) deste certame deverá(ão) fornecer o material a ser utilizado na limpeza das caixas de água bem como nos demais serviços de dedetização, desinsetização e desratização, além de possuir profissionais habilitados na área para prestar os serviços.
- A limpeza das caixas d'água, bem como os serviços de Dedetização, desinsetização e desratização, deverão ser efetuados até 02 (duas) vezes ao ano, com intervalo de 6 (seis) meses, conforme a legislação a licitante deverá apresentar relatório junto a nota fiscal do material utilizado na limpeza e assinado pelo profissional habilitado da área.
- Os serviços prestados tem que ser feitos em horários fora do expediente dos servidores públicos, preferencialmente aos sábados para não atrapalhar o andamento da rotina diária dos locais, bem como, não comprometer o fornecimento dos serviços à comunidade Bragadense.
- A(s) empresa(s) contratada(s) deverá(ão) se responsabilizar por qualquer dano causado em equipamentos e caixas d'águas no ato da limpeza.

**Cláusula Décima Segunda – Do Foro:**

Fica eleito o foro da Comarca de Marechal Cândido Rondon, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 2 (duas) vias iguais e rubricadas para os fins e direito.

De Curitiba – PR para Pato Bragado - PR, em 01 de outubro de 2018.

**MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO - CONTRATANTE**  
**DIRCEU ANDERLE – Prefeito em Exercício**

**MASTER PLANEJAMENTO E SERVIÇOS LTDA - CONTRATADA**  
**DOUGLAS ANTÔNIO ROSÁRIO**





MUNICÍPIO DE  
**CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

031

**COTAÇÃO DE PREÇOS – 2024**

Solicitamos a gentileza de cotar o serviço abaixo de acordo com o que estatui a Lei nº 14.133/2021, com referência a Contratação de serviços de dedetização; desratização; descupinização; desintetização dos ambientes para repelir ou eliminar insetos como aranhas, escorpiões e moscas; desalojamento de aves e morcegos; higienização e incineração de ninhos nas áreas internas e externas; remoção de dejetos de aves e morcegos, inclusive fezes; limpeza de caixas d'água nos prédios das Unidades Básicas do Departamento Municipal de Saúde, incluindo todos os custos referentes a execução (mão de obra, peças, ferramentas, materiais consumíveis, deslocamento, etc) de forma a permitir a completa efetivação dos serviços.

<b>Razão Social:</b> Vanderlei Portella
<b>Endereço:</b> Rua Marechal Rondon 1200
<b>e-mail:</b> dedetizadoraportella@gmail.com
<b>Município/UF:</b> Canoinhas SC
<b>Inscrição estadual:</b>
<b>CNPJ nº:</b> 27.335.218/000153
<b>Telefone:</b> 42 988606802
<b>Representante legal:</b> Vanderlei Portella

LOTE 01					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Prestação de serviços de dedetização; desratização; descupinização; desintetização dos ambientes para repelir ou eliminar insetos como aranhas, escorpiões e moscas; desalojamento de aves e morcegos; higienização e incineração de ninhos nas áreas internas e externas; remoção de dejetos de aves e morcegos, inclusive fezes na <b>Unidade de Saúde Central</b> com área de 1.090m <sup>2</sup>	M2	10900M2	2,00	21800,00
02	Prestação de serviços de dedetização; desratização; descupinização; desintetização dos ambientes para repelir ou eliminar insetos como aranhas, escorpiões e moscas; desalojamento de aves e morcegos; higienização e incineração de ninhos nas áreas internas e externas; remoção de dejetos de aves e morcegos, inclusive fezes na <b>Unidade Básica de Saúde Marcon</b> com área de 100m <sup>2</sup> , distancia de 42 km da sede	M2	1.000M2	4,00	4000,00
03	Prestação de serviços de dedetização; desratização; descupinização; desintetização	M2	1.000M2	4,00	4000,00





MUNICÍPIO DE  
**CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

032

	dos ambientes para repelir ou eliminar insetos como aranhas, escorpiões e moscas; desalojamento de aves e morcegos; higienização e incineração de ninhos nas áreas internas e externas; remoção de dejetos de aves e morcegos, inclusive fezes na <b>Unidade Básica de Saúde Iratim</b> , com área de 100m <sup>2</sup> , distancia de 30 km da sede				
04	Prestação de serviços de dedetização; desratização; descupinização; desintetização dos ambientes para repelir ou eliminar insetos como aranhas, escorpiões e moscas; desalojamento de aves e morcegos; higienização e incineração de ninhos nas áreas internas e externas; remoção de dejetos de aves e morcegos, inclusive fezes na <b>Unidade Básica de Saúde Chopim</b> , com área de 100m <sup>2</sup> , distancia de 18 km da sede	M2	1.000M2	4,00	4000,00
06	Prestação de serviços de dedetização; desratização; descupinização; desintetização dos ambientes para repelir ou eliminar insetos como aranhas, escorpiões e moscas; desalojamento de aves e morcegos; higienização e incineração de ninhos nas áreas internas e externas; remoção de dejetos de aves e morcegos, inclusive fezes na <b>Unidade Básica de Saúde Pedregulho</b> , com área de 100m <sup>2</sup> , distancia de 33 km da sede	M2	1.000M2	5,00	5000,00
07	Prestação de serviços de dedetização; desratização; descupinização; desintetização dos ambientes para repelir ou eliminar insetos como aranhas, escorpiões e moscas; desalojamento de aves e morcegos; higienização e incineração de ninhos nas áreas internas e externas; remoção de dejetos de aves e morcegos, inclusive fezes na <b>Unidade Básica de Saúde Zugman</b> , com área de 100m <sup>2</sup> , distancia de 25 km da sede	M2	1.000M2	5,00	5000,00
<b>TOTAL</b>					<b>43.800,00</b>
<b>LOTE 02</b>					
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>VALOR UNITÁRIO</b>	<b>VALOR TOTAL</b>





MUNICÍPIO DE  
**CORONEL DOMINGOS SOARES**


CNPJ 01614415/0001-18

033

Limpeza de caixas d'água de 500 litros - <b>Unidade de Saúde Central</b>	UN	30	200,00	6000,00
Limpeza de caixas d'água de 310 litros - <b>Unidade de Saúde Central</b>	UN	10	200,00	2000,00
Limpeza de caixa d'água de 1000 litros na <b>Unidade Básica de Saúde Marcon</b> , distancia de 42 km da sede	UN	10	200,00	2000,00
Limpeza de caixa d'água de 500 litros na <b>Unidade Básica de Saúde Iratim</b> , distancia de 30 km da sede	UN	10	500,00	5000,00
Limpeza de caixa d'água de 500 litros na <b>Unidade Básica de Saúde Chopim</b> , distancia de 18 km da sede	UN	10	500,00	5000,00
Limpeza de caixa d'água de 1000 litros na <b>Unidade Básica de Saúde Pedregulho</b> , distancia de 33 km da sede	UN	10	600,00	6000,00
Limpeza de caixa d'água de 1000 litros na <b>Unidade Básica de Saúde Zugman</b> , distancia de 25 km da sede	UN	10	600,00	6000,00
<b>TOTAL</b>				<b>32000,00</b>

Os serviços deverão ser realizados a cada 06 (seis) meses em cada Unidade Básica de Saúde. As quantidades foram calculadas pelo período estimado de 60 (sessenta) meses.

Além disso, a empresa deverá fornecer o certificado de dedetização para cada Unidade Básica de Saúde. A empresa deve possuir licença para o acompanhamento de produtos químicos e seguir as normas e regulamentações vigentes para a realização desse tipo de serviço.

<b>Carimbo do CNPJ:</b>	<b>Data e Assinatura do representante legal:</b>
	<small>Documento assinado digitalmente</small>  <b>VANDERLEI PORTELLA</b> <small>Data: 15/05/2024 22:44:58-0300</small> <small>Verifique em <a href="https://validar.it.gov.br">https://validar.it.gov.br</a></small>





MUNICÍPIO DE  
**CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

034

**COTAÇÃO DE PREÇOS – 2024**

Solicitamos a gentileza de cotar o serviço abaixo de acordo com o que estatui a Lei nº 14.133/2021, com referência a

Razão Social:  
**ECO SERV CONTROLE E PREVENÇÃO DE PRAGAS LTDA**

Endereço:  
**RUA GUARANI, 940 – CENTRO – PATO BRANCO**

e-mail:  
**CONTATO@ECOSERVPB.COM.BR**

Município/UF:  
**PARANÁ – PR**

Inscrição estadual:  
**91022505-72**

CNPJ nº:  
**27.310.227/0001-80**

Telefone:  
**(46)3025-1116**

Representante legal: **WILLIAN RICARDO RAUTA**

**LOTE 01**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Prestação de serviços de dedetização; desratização; descupinização; desintetização dos ambientes para repelir ou eliminar insetos como aranhas, escorpiões e moscas; desalojamento de aves e morcegos; higienização e incineração de ninhos nas áreas internas e externas; remoção de dejetos de aves e morcegos, inclusive fezes na Unidade de Saúde Central com área de 1.090m²	M2	10.900M2	3,00	32.700
02	Prestação de serviços de dedetização; desratização; descupinização; desintetização dos ambientes para repelir ou eliminar insetos como aranhas, escorpiões e moscas; desalojamento de aves e morcegos; higienização e incineração de ninhos nas áreas internas e externas; remoção de dejetos de aves e morcegos, inclusive fezes na Unidade Básica de Saúde Marcon com área de 100m2, distancia de 42 km da sede	M2	1.000M2	5,00	5000,00
03	Prestação de serviços de dedetização; desratização; descupinização; desintetização	M2	1.000M2	5,00	5000,00









MUNICÍPIO DE  
**CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

036

Limpeza de caixas d'água de 500 litros - Unidade de Saúde Central	UN	30	250,00	7500,00
Limpeza de caixas d'água de 310 litros - Unidade de Saúde Central	UN	10	250,00	2500,00
Limpeza de caixa d'água de 1000 litros na Unidade Básica de Saúde Marcon, distancia de 42 km da sede	UN	10	250,00	2500,00
Limpeza de caixa d'água de 500 litros na Unidade Básica de Saúde Iratim, distancia de 30 km da sede	UN	10	550,00	5500,00
Limpeza de caixa d'água de 500 litros na Unidade Básica de Saúde Chopim, distancia de 18 km da sede	UN	10	550,00	5500,00
Limpeza de caixa d'água de 1000 litros na Unidade Básica de Saúde Pedregulho, distancia de 33 km da sede	UN	10	650,00	6500,00
Limpeza de caixa d'água de 1000 litros na Unidade Básica de Saúde Zugman, distancia de 25 km da sede	UN	10	650,00	6500,00
<b>TOTAL</b>				<b>36.500,00</b>

Os serviços deverão ser realizados a cada 06 (seis) meses em cada Unidade Básica de Saúde. As quantidades foram calculadas pelo período estimado de 60 (sessenta) meses.

Além disso, a empresa deverá fornecer o certificado de dedetização para cada Unidade Básica de Saúde. A empresa deve possuir licença para o acompanhamento de produtos químicos e seguir as normas e regulamentações vigentes para a realização desse tipo de serviço.

**27.310.227/0004-90**

**ECO SERV CONTROLE E  
PREVENÇÃO DE PRAGAS**

Fone: 46 3025.1116 / 46 99933.9694  
Rua Caramuru, 741

**Data e Assinatura do  
representante legal:**

20/05/2024

*William R. Rautta*

185501-051

Pato Branco



## JUSTIFICATIVA DE PESQUISA DE PREÇOS

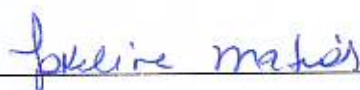
Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de dedetização; desratização; descupinização; desintetização e limpezas de caixas d'água dos prédios das Unidades Básicas do Departamento Municipal de Saúde.

Para a presente cotação, não foram encontrados contratos do município de Coronel Domingos Soares com informações de preço compatível com o objeto em pauta, enfatizamos que foram feitas pesquisas em sistemas oficiais de governo, onde obtivemos apenas 01 (um) resultado compatível com a necessidade. Também foram realizadas pesquisas publicadas em mídias especializadas, porém sem êxito, pois há uma divergência entre o objeto em pauta com o resultado das pesquisas, onde há necessidade de cotação por localidade onde se encontram as Unidades Básicas de Saúde do interior, sendo que nos resultados de pesquisa não se pode comparar com outros municípios devido às extensões territoriais serem distintas, tornando-se discrepante utilizar dos resultados para o processo em discussão.

Sendo assim, não houve outra opção senão buscar em empresas da região, pesquisa direta com no mínimo 02 (dois) fornecedores.

Por ser verdade, firmo o presente no exercício do respectivo cargo.

Coronel Domingos Soares, 01 de julho de 2024.



Jakeline Aparecida Matias





**PARECER CONTABIL 154/2024**

Os tramites legais deste processo obedecerão ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias conforme os itens abaixo, respeitados os limitadores constantes do orçamento aprovado para 2024.

Informamos a existência de previsão orçamentária para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes de possível contratação do objeto: **Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de dedetização, desratização, descupinização, desintetização dos ambientes para repelir ou eliminar insetos como aranhas, escorpiões e moscas; desalojamento de aves e morcegos, higienização e incineração de ninhos nas áreas internas e externa; remoção de dejetos de aves e morcegos, inclusive fezes; limpeza de caixas d'água nos prédios das Unidades básicas de saúde.**

Especificação de Dotações:

05 Fundo Municipal de saúde

001 Departamento de saúde

10.301.0005.2020 Manutenção da Atenção Primária

Conta de despesa - 1415- fonte de recurso 303

Conta de despesa - 1420- fonte de recurso 494

10.302.0005.2021 Manutenção da Atenção Especializada

Conta de despesa - 1500- fonte de recurso 303

Conta de despesa - 1510- fonte de recurso 494

10.303.0005.2022 Manutenção do Programa de Assistência Farmacêutica

Conta de despesa - 1625- fonte de recurso 303

Conta de despesa - 1630- fonte de recurso 494

10.304.0005.2023 Manutenção do programa Vigilância em Saúde

Conta de despesa - 1725- fonte de recurso 303

Conta de despesa - 1730- fonte de recurso 494

002 Assessoria Gerencial de Saúde

10.301.0005.2024 Manutenção da Gestão em Saúde

Conta de despesa - 1830- fonte de recurso 303

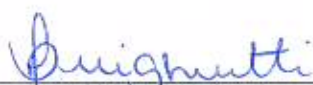
Conta de despesa - 1840- fonte de recurso 494

33.90.39.00.00 Outros serviços de terceiros - Pessoa Juridica

Ressalva-se, contudo, que o presente parecer se restringe meramente a indicar a existência de dotações orçamentárias específicas e suficientes, não havendo com isso destaque ou aprisionamento de recursos. Ou seja, visa tão somente apontar a existência de previsão de recursos orçamentários no exercício para fins de atendimento ao decreto 161/2023, art 75 inciso VI. A análise de existência de disponibilidade de recursos financeiros fica reservada para o momento posterior a confirmação da contratação e anterior a realização da despesa decorrente da etapa de empenho, conforme art. 58 e SS da lei 4.320/64. Bem como não compete à contabilidade a análise e determinação do objeto da compra.

Por fim, alerta-se que, caso a soma global das obrigações de mesma natureza venha a superar o valor das dotações indicadas acima, poderá haver limitação de empenho e bloqueio de realização das despesas decorrentes.

Coronel Domingos Soares, 04 de julho de 2024.

  
Daniele P. Bringhenti  
Contadora CRC PR-047272/O-2





MUNICÍPIO DE  
**CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

039

**Parecer de Licitação 78/2024**

Origem: Gabinete

Destino: Pregoeira

Considerando:

1. A necessidade de dar suprimento (os) a (as) demanda (as) em anexo para Pregão Eletrônico referente a Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de dedetização; desratização; descupinização; desintetização e limpezas de caixas d'água dos prédios das Unidades Básicas do Departamento Municipal de Saúde.
2. O contido na Lei de 14.133 de 01 de abril de 2021, artigo 29, a Lei de Responsabilidade Fiscal somando-se ainda aos princípios que regem a administração pública de uma maneira geral;
3. A existência prévia das respectivas dotações orçamentárias aliado a existência dos recursos financeiros para a quitação das despesas que virão a se originar da eventual contratação;

Determino:

Que a Pregoeira, proceda todos os atos necessários, estritamente dentro da competência para a construção do processo, preferencialmente "Pregão Eletrônico", a fim de que se classifiquem as melhores propostas para aperfeiçoamento do(s) objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de dedetização; desratização; descupinização; desintetização e limpezas de caixas d'água dos prédios das Unidades Básicas do Departamento Municipal de Saúde. Limitado ao teto máximo de R\$ 9.836,28 (nove mil, oitocentos e trinta e seis reais e vinte e oito centavos) do tipo maior desconto por Lote, levando em conta as necessidades do serviço público, com quantias estimadas e valores previamente orçados, tudo de acordo com a demanda informada através do Termo de Referência realizado pelo Departamento de Saúde.

Coronel Domingos Soares, 08 de julho de 2024.

**Jandir Bandiera**  
Prefeito Municipal





MUNICÍPIO DE  
**CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

040

**PROCESSO Nº. 77/2024**  
**PREGÃO Nº. 26/2024**  
**EDITAL DE LICITAÇÃO**

**PREÂMBULO**

**O PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES - PR,** através do seu gestor, Sr Jandir Bandiera, torna público que, de acordo com a Lei n.º 14.133/2021, Lei Complementar n.º 123/06, Lei Complementar n.º 147/2014, Decreto Municipal 161/2023, demais normas correlatas e os termos deste Edital, realizará processo licitatório para a contratação do(s) objeto(s) descrito(s) no Anexo I deste Edital - Termo de Referência.

**Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de dedetização; desratização; descupinização; desintetização e limpezas de caixas d'água dos prédios das Unidades Básicas do Departamento Municipal de Saúde..**

**Abertura das propostas: às 23/07/2024 às 10:30hs, no site [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br).**

**Início da sessão de disputa de preços: às 23/07/2024 às 11:00hs, no site [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br).**

**Modalidade: Pregão Eletrônico.**

**Tipo: Menor preço por Lote.**

**Modo de disputa: Aberto.**

**Publicidade: Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná-DIOEMS.**

Plataforma de disputa: Sistema de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br).

Pregoeira: Fernanda Roberta da Rosa – Portaria 18/2024, de 31/01/2024.

Se apresenta, também, ao final deste Edital modelos auxiliares, a exemplo de declarações e carta proposta, os quais poderão ser usados pelos licitantes em suprimento aos requisitos desta convocação, integrando este edital sendo parte indissociável deste, além de:

**Anexo I** – Termo de Referência;

**Anexo II** – Documentação para Habilitação; e,

**Anexo III** – Minuta de Contrato.

**1. DAS DISPOSIÇÕES E RECOMENDAÇÕES PRELIMINARES DA DISPUTA**

**1.1.** O pregão será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.

**1.2.** Os trabalhos serão conduzidos por servidor do Município, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “BLL” constante da página eletrônica Sistema de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br).

**1.3.** Os documentos referentes às propostas comerciais e eventuais anexos das empresas interessadas deverão ser encaminhados a partir da disponibilização do sistema até a data e horário definidos no preâmbulo deste edital para a abertura das propostas.

**1.4.** A abertura da sessão pública do pregão, para disputa de preços, ocorrerá na data e horários previstos no preâmbulo deste edital para início da sessão de disputa, no site [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br), nos





termos das condições descritas neste Edital.

**1.5.** É vedada a identificação dos proponentes licitantes no sistema, em qualquer hipótese, antes do término da fase competitiva do pregão.

**1.6.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 10.086, de 2022, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido, no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, em campo específico no sítio eletrônico pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**1.7.** Formalização de consultas: e-mail: licitapmcds@hotmail.com

**1.8.** Horário de expediente: das 8:00h às 12h e das 13:30 as 17:00, em dias úteis.

## **2. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

**2.1.** Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que apresentem os documentos exigidos para habilitação.

**2.2.** Os interessados em participar do pregão devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema destacado para a disputa, nos termos do presente Edital.

**2.3.** Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas que:

**2.3.1.** tenham sido declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;

**2.3.2.** constituíram as pessoas jurídicas que foram apenadas conforme item 2.3.1, enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

**2.3.3.** tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas referidas no item 2.3.2;

**2.3.4.** não funcionem no País, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;

**2.3.5.** mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**2.3.6.** o servidor ou dirigente de órgão ou entidade municipal, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente.

**2.3.6.1.** Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

**2.3.7.** As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**2.4.** A participação nesta licitação implica aceitação das condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.

**2.5.** Além destas condições gerais, deverão ser obedecidas as exigências específicas de participação fixadas no edital.

**2.6.** O(a) pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.





### **3. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA DE DISPUTA**

**3.1.** O credenciamento dos licitantes se dará no **Sistema de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br).**

**3.2.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

**3.3.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**3.4.** As pessoas jurídicas interessadas deverão nomear, através do instrumento de mandato, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à Bolsa de Licitações e Leilões, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar os demais atos e operações no site: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br).

**3.5.** A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL – Bolsa de Licitações e Leilões, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

**3.6.** O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

**3.7.** A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL - Bolsa de Licitações e Leilões.

**3.8.** É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BLL - Bolsa de Licitações e Leilões a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**3.9.** O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

**3.10.** Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante todo o andamento do processo, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**3.11.** A participação no Pregão se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias ou licitante direto) e subsequente cadastramento para participar do pregão e encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observada data e horário limite estabelecidos, já descritos e destacados no preâmbulo deste edital.

**3.12.** Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida ou através de uma empresa associada ou pelos telefones: Curitiba-PR (41) 3042-9909 e 3091- 9654, ou através da Bolsa de Licitações e Leilões ou pelo e-mail [contato@bll.org.br](mailto:contato@bll.org.br).

**3.13.** A não observância do disposto nos subitens anteriores poderá ensejar desclassificação no





momento da habilitação.

#### **4. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

4.1. Os licitantes cadastrarão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos no preâmbulo deste edital para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

4.2. Até a abertura da sessão pública os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

4.3. O envio da proposta atualizada, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos deste Edital, deverá ser através do Sistema de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br).

4.4. Os preços e os itens constantes no Termo de Referência propostos são de exclusiva responsabilidade da licitante, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Ao oferecer sua proposta no sistema eletrônico, o licitante deverá observar rigorosamente a descrição do item e considerar as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, descrevendo detalhadamente as características do objeto cotado, informando marca/fabricante (se for o caso) em campo próprio do sistema, preço total do item com até duas casas decimais após a vírgula.

4.6. A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

4.7. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, tributos, fretes e carretos, ou quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos materiais ou da prestação de serviços, de forma que o objeto do certame não tenha ônus adicional para o Município de Coronel Domingos Soares- PR.

4.8. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.9. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

4.10. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

#### **5. ABERTURA DA SESSÃO**

5.1. A partir da data e horário fixados no preâmbulo deste edital terá início à sessão pública deste certame, no sistema destacado, com a divulgação das Propostas de Preços recebidas e, após análise, início da etapa de lances.

5.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

5.3. Também será desclassificada a proposta eletrônica que identifique o licitante.





5.4. A eventual desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

## **6. FORMULAÇÃO DOS LANCE**

6.1. Para o objeto licitado, haverá a disponibilização do sistema para a formulação de lances pelas Licitantes, cujos procedimentos são explicitados nos itens a seguir.

6.2. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.3. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.4. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.5. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (Um centavo) podendo ser alterado pelo pregoeiro durante o decorrer da disputa de acordo com o valor do item e/ou lote.

6.6. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.7. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa descrito no preâmbulo deste edital, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.8. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.9. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.10. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

6.11. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

6.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado no sistema em primeiro lugar.

6.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados pelo sistema, em tempo real, do valor do menor lance registrado, sempre vedada a identificação do licitante.

6.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o





sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances

**6.15.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente depois de decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**6.16.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133 de 2021. Caso persista o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

**6.17.** Após a identificação das licitantes, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

**6.18.** A eventual negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**6.19.** O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de até 03 (três) horas após o encerramento da sessão, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**6.20.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

**6.21.** Caso a etapa de lances ultrapasse o horário de expediente, o pregão será suspenso e retornará no horário informado pelo pregoeiro via chat.

## **7. DA ANÁLISE DA(S) PROPOSTA(S) VENCEDORA(S)**

**7.1.** Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

**7.2.** Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

**7.3.** Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitário simbólicos, irrisório ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração.

**7.4.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, nos moldes do §2º do art. 59 da Lei 14.133/21, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

**7.5.** O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 03 (três) horas, sob pena de não aceitação da proposta. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita por esta.

**7.6.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação

**7.7.** Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e





horário para a sua continuidade.

7.8. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro passará a verificar as condições de habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

7.9. Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro convocará o licitante detentor da melhor oferta, item a item ou um item por licitante, para que este anexe no sistema no sítio eletrônico [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br), a "proposta de preços ajustada", em conformidade com o último lance ofertado, no prazo de até 03 (três) horas, contado da convocação, respeitados os horários de funcionamento do órgão público.

7.10. Em caso de indisponibilidade do sistema "BLL", será aceito o envio da proposta ajustada por meio do e-mail: [licitapmcds@hotmail.com](mailto:licitapmcds@hotmail.com). Após o envio do e-mail, o responsável pelo envio deverá entrar em contato com o Pregoeiro para confirmar o recebimento do e-mail e do seu conteúdo. O Pregoeiro não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município de Coronel Domingos Soares-PR quanto do emissor.

7.11. A fim de aplicar o princípio da isonomia entre as licitantes, após transcorrido o prazo de 03 (três) horas, não serão considerados, para fins de análise, sob qualquer alegação, o envio da "proposta de preços ajustada", sendo realizado, pelo Pregoeiro, o registro da não aceitação da proposta.

7.12. Em caso de impossibilidade de atendimento ao prazo, o licitante deverá solicitar, dentro do prazo estipulado, via chat ou e-mail, prorrogação do mesmo.

7.13. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

7.14. Se a proposta não for aceitável ou se a licitante deixar de enviar a Proposta de Preços atualizada ou não atender às exigências de habilitação o Pregoeiro a desclassificará e examinará a proposta subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.

7.15. A proposta deverá conter, no mínimo:

- a) Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação contida nos elementos técnicos instrutores: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, quando for o caso;
- b) Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data estipulada para a abertura do presente certame;
- c) Valor unitário e total do item ou valor global, ou percentual de desconto, sendo que o Valor proposto deverá ser expresso em reais (R\$) com até duas casas decimais (0,00);

7.16. Não será aceita cobrança posterior de qualquer imposto, tributo ou assemelhado adicional, salvo se alterado ou criado após a data de abertura desta licitação e que venha expressamente a incidir sobre o objeto desta licitação, na forma da Lei.

7.17. Os tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais e parafiscais, Imposto de Renda que sejam devidos em decorrência direta ou indireta na prestação dos serviços e ou fornecimento, serão de exclusiva responsabilidade do contribuinte/contratado, assim definido na Norma Tributária.

## 8. DOS RECURSOS

8.1. Qualquer licitante poderá, em campo próprio do sítio eletrônico [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br), manifestar de forma imediata e motivada a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, possuindo o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais após a formalização do término da etapa de antecede a adjudicação.





**8.1.1.** As razões recursais devem ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico e com uso de certificação digital ICP-Brasil.

**8.1.2.** Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de 3 (três) dias úteis contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, exclusivamente por meio eletrônico e assinadas com uso de certificação digital ICP-Brasil.

**8.2.** A não apresentação das razões recursos no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.

**8.3.** As razões e as contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme o disposto nos itens anteriores, ou subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para responder pelo licitante, não serão conhecidas pelo(a) pregoeiro(a).

**8.4.** O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

## **09. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**09.1.** Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, bem como a análise técnica referente às amostras, quando exigidas, o procedimento licitatório será encaminhado pelo(a) pregoeiro(a) à autoridade máxima para adjudicação e homologação.

**09.2.** Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, quando o seu objeto possuir mais de um lote.

## **10. CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO**

**10.1.** O adjudicatário será notificado para assinar o contrato ou retirar a nota de empenho (ou documento equivalente) no prazo de 03(três) dias úteis, prorrogável a critério do órgão ou entidade contratante, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital.

**10.2.** Para a assinatura do contrato ou retirada da nota de empenho, o adjudicatário deverá comprovar as condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

**10.3.** Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da conta corrente junto à instituição financeira.

**10.4.** Se o adjudicatário não apresentar as comprovações dos itens 10.2 e 10.3 ou se recusar a assinar o contrato ou retirar a nota de empenho, a Administração Pública poderá revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021, ou ainda, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

**10.4.1.** A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará a instauração de procedimento administrativo autônomo para eventual aplicação de sanções administrativas.

**10.4.2.** Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 10.4, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

**10.5.** A entrega, o recebimento do objeto da licitação e os pagamentos serão efetuados no local, nos prazos e na forma estabelecida nos anexos deste edital.

**10.6.** Antes de cada pagamento, a Contratante deverá realizar consulta para verificar a manutenção





das condições de habilitação definidas neste edital.

## **11. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**11.1.** O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 161/23, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

**11.2.** A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;

b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;

c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

**11.3.** A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública municipal, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.

**11.4.1.** A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

**11.5.** Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

**11.6.** Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 161/23.

**11.7.** Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013.

**11.8.** Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

## **12. DISPOSIÇÕES FINAIS**

**12.1.** Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

**12.2.** Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

**12.3.** É facultado ao(a) pregoeiro(a) a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

**12.4.** O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema, ainda que





**MUNICÍPIO DE  
CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

049

ocorra a sua desconexão.

**12.5.** A não apresentação de qualquer documento ou a apresentação com prazo de validade expirado implicará desclassificação ou inabilitação do licitante.

**12.6.** Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito.

**12.7.** Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema de que este edital. O(a) pregoeiro(a), se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.

**12.8.** O(a) pregoeiro(a) poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.

**12.9.** A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**12.10.** O foro é o da Comarca de Palmas, Estado do Paraná, no qual serão dirimidas todas as questões não resolvidas na esfera administrativa.

Cel. Domingos Soares, 08/07/2024

**Jandir Bandiera  
Prefeito Municipal**





**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1 DETALHAMENTOS INERENTES AO OBJETO LICITADO**

**1.1 Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de dedetização; desratização; descupinização; desintetização e limpezas de caixas d'água dos prédios das Unidades Básicas do Departamento Municipal de Saúde, conforme especificações da tabela abaixo:**

Lote: 1 - Lote 001

Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	8995	Prestação de serviços de dedetização; desratização; descupinização; desintetização dos ambientes para repelir ou eliminar insetos como aranhas, escorpiões e moscas; desalojamento de aves e morcegos; higienização e incineração de ninhos nas áreas internas e externas; remoção de dejetos de aves e morcegos, inclusive fezes na Unidade Básica de Saúde Chopim, com área de 100m <sup>2</sup> , distância de 18 km da sede	200,00	M2	1,98	396,00
2	8994	Prestação de serviços de dedetização; desratização; descupinização; desintetização dos ambientes para repelir ou eliminar insetos como aranhas, escorpiões e moscas; desalojamento de aves e morcegos; higienização e incineração de ninhos nas áreas internas e externas; remoção de dejetos de aves e morcegos, inclusive fezes na Unidade Básica de Saúde Iratim, com área de 100m <sup>2</sup> , distância de 30 km da sede	200,00	M2	1,98	396,00
3	8993	Prestação de serviços de dedetização; desratização; descupinização; desintetização dos ambientes para repelir ou eliminar insetos como aranhas, escorpiões e moscas; desalojamento de aves e morcegos; higienização e incineração de ninhos nas áreas internas e externas; remoção de dejetos de aves e morcegos,	200,00	M2	1,98	396,00





MUNICÍPIO DE  
**CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

051

		inclusive fezes na Unidade Básica de Saúde Marcon com área de 100m <sup>2</sup> , distância de 42 km da sede				
4	8996	Prestação de serviços de dedetização; desratização; descupinização; desintetização dos ambientes para repelir ou eliminar insetos como aranhas, escorpiões e moscas; desalojamento de aves e morcegos; higienização e incineração de ninhos nas áreas internas e externas; remoção de dejetos de aves e morcegos, inclusive fezes na Unidade Básica de Saúde Pedregulho, com área de 100m <sup>2</sup> , distância de 33 km da sede	200,00	M2	1,98	396,00
5	8997	Prestação de serviços de dedetização; desratização; descupinização; desintetização dos ambientes para repelir ou eliminar insetos como aranhas, escorpiões e moscas; desalojamento de aves e morcegos; higienização e incineração de ninhos nas áreas internas e externas; remoção de dejetos de aves e morcegos, inclusive fezes na Unidade Básica de Saúde Zugman, com área de 100m <sup>2</sup> , distância de 25 km da sede	200,00	M2	1,98	396,00
6	8992	Prestação de serviços de dedetização; desratização; descupinização; desintetização dos ambientes para repelir ou eliminar insetos como aranhas, escorpiões e moscas; desalojamento de aves e morcegos; higienização e incineração de ninhos nas áreas internas e externas; remoção de dejetos de aves e morcegos, inclusive fezes na Unidade de Saúde Central com área de 1.090m <sup>2</sup>	2.180,00	M2	1,98	4.316,40
<b>TOTAL</b>						<b>6.296,40</b>
Lote: 2 - Lote 002						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	9000	Limpeza de caixa d'água de 1000 litros na Unidade Básica de Saúde Marcon, distância de 42 km da sede (01 caixa)	2,00	UN	196,66	393,32





MUNICÍPIO DE  
**CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

052

2	9003	Limpeza de caixa d'água de 1000 litros na Unidade Básica de Saúde Pedregulho, distância de 33 km da sede (01 caixa)	2,00	UN	196,66	393,32
3	9004	Limpeza de caixa d'água de 1000 litros na Unidade Básica de Saúde Zugman, distância de 25 km da sede (01 caixa)	2,00	UN	196,66	393,32
4	9002	Limpeza de caixa d'água de 500 litros na Unidade Básica de Saúde Chopim, distância de 18 km da sede (01 caixa)	2,00	UN	196,66	393,32
5	9001	Limpeza de caixa d'água de 500 litros na Unidade Básica de Saúde Iratim, distância de 30 km da sede (01 caixa)	2,00	UN	196,66	393,32
6	8999	Limpeza de caixas d'água de 310 litros - Unidade de Saúde Central (01 caixa)	2,00	UN	196,66	393,32
7	8998	Limpeza de caixas d'água de 500 litros - Unidade de Saúde Central (3 caixas)	6,00	UN	196,66	1.179,96
<b>TOTAL</b>						<b>3.539,88</b>

## 1.2 DEMAIS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS ALUSIVAS AO OBJETO

1.2.1. Não serão dispensados quaisquer custos adicionais para transporte do objeto desse certame, visto que este ônus já está incluso no valor máximo estipulado neste edital.

1.2.2. A licitante vencedora obriga-se a aperfeiçoar o(s) objeto(s) a que se refere este Pregão em conformidade com as especificações descritas em sua Proposta de Preços, responsabilizando-se a licitante pela sua substituição, caso o mesmo não esteja em conformidade com a proposta e demais características elencadas em edital.

1.2.3. Será recusado o produto considerado imprestável ou defeituoso, ou que não esteja adequado ao uso a que se destina, devendo a licitante contratada substituí-lo imediatamente, sem ônus ao Licitador assim como será recusado serviço cuja execução se mostre abaixo dos requisitos mínimos previstos em edital, cujo refazimento deverá ocorrer de forma imediata sem ônus ao Município.

## 1.3 DA PADRONIZAÇÃO

1.3.1. Não aplicável ao presente certame vez que são tidos como serviços comuns e derivados de diversos fabricantes, marcas, modelos.

## 1.4 DO FORNECIMENTO

1.4.1. Os serviços serão executados 02 (duas) vezes ao ano, ou seja, a cada 06 (seis) meses, com agendamento prévio, na Unidades Básicas de Saúde, localizadas na Avenida Araucária, 2784, Centro, Localidade Marcon a 42km da sede, Localidade Iratim a 30km da sede, Localidade Chopim a 18km da sede, Localidade Zugman a 25km da sede, Localidade Pedregulho a 33km da sede, em dias úteis, no horário das 8h às 12:00h e das 13h às 17:00h, com a presença do fiscal do contrato para recebimento do objeto. Sugere-se a empresa que faça agendamento prévio do dia e local para evitar esperas e transtornos no momento da execução dos serviços.





1.4.2. Inclui-se todos os custos referentes a execução (mão de obra, peças, ferramentas, materiais consumíveis, deslocamento, etc) de forma a permitir a completa efetivação dos serviços.

### 1.5 AMOSTRAS

1.5.1. Não serão exigidas amostras para o presente certame.

## 2. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

A referida contratação é necessária para atender as necessidades abaixo elencadas:

- Controle da população de insetos, roedores, moscas, aracnídeos, escorpião, aves, morcegos e toda espécie de pragas nas áreas internas e externas das Unidades Básicas de Saúde;
- Prevenir possíveis danos causados por animais indesejáveis nas instalações das Unidades Básicas de Saúde;
- Manter as instalações das Unidades Básicas de Saúde em pleno funcionamento, sem a presença indesejável de insetos, roedores, morcegos e outros;
- Proporcionar um ambiente salubre para o desempenho das atividades das equipes de profissionais de saúde, garantindo a proteção à saúde dos usuários do serviço;
- Garantir aos usuários o acesso à água de qualidade compatível com o padrão de portabilidade estabelecido na legislação vigente, a partir de realização periódica de limpeza e desinfecção dos reservatórios das Unidades Básicas de Saúde, conforme regulamenta a Fundação Nacional de Saúde/Ministério da Saúde.

No caso em tela, tais serviços devem ser executados por empresas especializadas, devidamente licenciadas pela Autoridade Sanitária do Estado, para atender as necessidades de ação preventiva evitando proliferação de pragas, eliminando as existentes, bem como manter a qualidade da água para uso e consumo humano.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

A contratação de empresa especializada para serviços de dedetização e limpeza de caixas d'água, para atender as necessidades das Unidades Básicas de Saúde do município, faz-se indispensável e visa disponibilizar as condições sanitárias para o pleno andamento das atividades realizadas pelo Departamento Municipal de Saúde.

## 4 PESQUISA DE PREÇOS

A pesquisa de preços foi aperfeiçoada segundo previsto no Decreto Municipal 161/23, em seu artigos 44 a 49, restando consignado no processo os relatórios que fundamentam os preços propostos para a disputa, devidamente firmado pelo servidor responsável pela elaboração dos termos, parâmetros estes para com os quais manifestamos nossa anuência, reiterando que os mesmos refletem as condições de mercado sem incidir, em tese, em sobre preço e/ou superfaturamento do objeto ao que desde já assumir a responsabilidade por este trabalho de pesquisa de preços, firmando este Termo de Referência, ao seu final.

## 5 DA FISCALIZAÇÃO

5.1. Todos os objetos entregues/executados serão recebidos e conferidos por servidor(es) da Administração Municipal, indicado como Fiscal Técnico de Contrato, mediante acompanhamento do Gestor do Contrato.

5.2. Caberá a futura Contratada indicar um funcionário técnico para acompanhar solicitações e fornecimentos/execuções, bem como reportar-se ao fiscal de contrato quando necessário, adotando as providências pertinentes para a correção de eventuais falhas detectadas.

5.3. Resta desde já designado como Fiscal Técnico do Contrato o servidor Antônio Augusto França, que deverá se ater as obrigações constantes do art. 16 do Decreto Municipal 161/2023.

5.4. Resta desde já designado como Gestor do Contrato o servidor Marly Bevilacqua Maito, que





deverá se ater as obrigações constantes do art. 15 do Decreto Municipal 161/2023.

## **6. DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

**6.1.** O objeto será recebido, de forma sumária, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

**6.2.** O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e proposta, devendo ser substituído no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

**6.3.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

## **7. CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

**7.1.** Somente poderão participar da disputa do(s) lote(s) que importem em até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) as pessoas jurídicas que se enquadrem na condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, conforme o disposto no art. 48, incisos I e III, da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

**7.2.** As empresas que não estejam enquadradas na condição de microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, poderão participar dos demais lotes classificados como de ampla concorrência, ou seja, acima de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

## **8. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS**

**8.1.1.** O(s) objeto(s) dessa licitação é(são) classificado(s) como bem(ns) comum(ns), pois possui(em) especificação(ões) usual(is) de mercado e padrão(ões) de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

## **9. DO LOCAL, DO PRAZO DA ENTREGA E DE EXECUÇÃO**

**9.1.** O prazo de entrega do objeto é de até **10 (dez) dias, contados do(a) emissão da ordem de entrega**, de forma parcelada. Os serviços serão realizados nos endereços conforme mencionado acima, com a presença do fiscal do contrato para acompanhamento dos serviços.

**9.1.1.** Sugere-se a empresa que faça agendamento prévio do dia e local de entrega para evitar esperas e transtornos no momento da entrega.

**9.2.** O prazo de execução total do objeto a ser contratado será de **12 (doze) Meses, a contar da publicação do extrato do Termo de Contrato.**

## **10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE**

**10.1.** São obrigações do Contratado:

**10.1.1.** efetuar a entrega/execução do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

**10.1.2.** responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990), quando aplicável ao caso;





**10.1.3.** substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

**10.1.4.** comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**10.1.5.** indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

**10.1.6.** manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**10.1.7.** manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme legislação vigente;

**10.1.8.** guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**10.1.9.** arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

**10.1.9.1.** alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

**10.1.9.2.** retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

**10.1.9.3.** aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

**10.1.10.** cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

**10.2.** São obrigações do Contratante:

**10.2.1.** receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

**10.2.2.** exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

**10.2.3.** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

**10.2.4.** comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

**10.2.5.** acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

**10.2.6.** efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

**10.2.7.** efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

**10.2.8.** emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;





**10.2.9.** ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

**10.2.10.** adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

**10.2.11.** prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

## **11. DO PAGAMENTO**

### **11.1. Liquidação**

**11.1.1.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

**11.1.2.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**11.1.3.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

**11.1.4.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

**11.1.5.** As notas fiscais deverão ser encaminhadas a municipalidade até as 16 horas do mesmo dia em que forem emitidas, podendo ser feito, de forma provisória, através do e-mail [compraspmeds@gmail.com](mailto:compraspmeds@gmail.com) e posteriormente, de forma definitiva, encaminhando a original.

**11.1.6.** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**11.1.7.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**11.1.8.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à





inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**11.1.9.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**11.1.10.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

**11.1.11.** Nenhum pagamento será efetuado antes que o documento fiscal original esteja devidamente arquivado junto ao setor contábil desta municipalidade.

**11.1.12.** Notas fiscais, quando emitidas, devem ater-se ao departamento para o qual foi destinado objeto havendo 3 possibilidade a saber:

- a. Para o setor municipal de saúde: Fundo Municipal de Saúde de Cel. Domingos Soares, av Araucária, sn, CNPJ 08899631/0001-04, isento de inscrição estadual;
- b. Para o setor municipal de ação social: Fundo Municipal de Assistência Social de Cel Dom Soares, av Araucária, sn, CNPJ 14689536/0001-70, isento de inscrição estadual;
- c. Para os demais setores da administração: Município de Cel Domingos Soares, Av Araucária, 3120, CNPJ 01614415/0001-18, isento de inscrição estadual.

## **11.2. Prazo de pagamento**

**11.2.1.** O pagamento de cada fatura deverá ser realizado em um prazo não superior a 25 (vinte e cinco) dias úteis contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação de Regularidade Fiscal, comprovando a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

**11.2.2.** No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice do INPC de correção monetária.

## **11.3. Forma de pagamento**

**11.3.1.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**11.3.2.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**11.3.3.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**11.3.4.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**11.3.5.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.





#### **11.4. Antecipação de pagamento**

11.4.1. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

#### **12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO**

12.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

12.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

12.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no Anexo II deste edital:

12.4. O critério de julgamento da proposta está definido no corpo do edital.

12.5. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

#### **13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

13.1. É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13.2 A alteração subjetiva a que se refere o item 13.1 deverá ser formalizada por termo aditivo ao contrato.

#### **14. SUBCONTRATAÇÃO**

14.1. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica no presente certame.

#### **15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

15.1. Não será exigida garantia de execução e/ou fornecimento para o presente certame.

#### **16. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS**

16.1. O prazo de garantia contratual dos objetos, será de, no mínimo, **12 (doze) meses**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à entrega.

#### **17. VIGÊNCIA**

17.1. O contrato a ser firmado terá vigência de **12 (doze) Meses** podendo ser prorrogado por meio de Termo Aditivo, por um ou mais períodos, desde que satisfeitos os requisitos dos artigos 106 e 107 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

#### **18. DO REAJUSTAMENTO E REEQUILIBRIO.**

18.1. A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado.

18.2. A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o índice do INPC-Índice Nacional de Preços ao Consumidor, apurado pelo IBGE.

18.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.





**18.6.** Caso o (s) índice (s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**18.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**18.8.** O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura

**18.9.** Para restaurar o equilíbrio econômico financeiro face a eventuais aumentos justificados do objeto ocorridos após a efetiva contratação o contratado deverá fazer prova e justificar seu pleito perante a administração municipal.

**18.9.1.** Os pedidos de reequilíbrio econômico financeiro, deverão ser encaminhados pela Contratada através de termo formal, devidamente justificado, juntamente com as comprovações fiscais, devidamente protocolado junto à Contratante, para eventual concessão do mesmo.

**18.9.2.** O prazo para a apreciação e emissão de decisão do referido pedido dar-se-á, em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de protocolo.

**18.9.3.** A Contratada não poderá interromper o fornecimento durante o curso do processo administrativo de análise do pedido de reequilíbrio, sendo que quaisquer alterações de valores somente poderão ser aperfeiçoadas após a data de publicação do Termo Aditivo.

## **19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.**

**19.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei Orçamentária Anual vigente deste Município, na dotação abaixo discriminada:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2024	1415	05.001.10.301.0005.2020	303	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	1420	05.001.10.301.0005.2020	494	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	1500	05.001.10.302.0005.2021	303	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	1510	05.001.10.302.0005.2021	494	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	1625	05.001.10.303.0005.2022	303	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	1630	05.001.10.303.0005.2022	494	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	1725	05.001.10.304.0005.2023	303	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	1730	05.001.10.304.0005.2023	494	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	1830	05.002.10.301.0005.2024	303	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	1840	05.002.10.301.0005.2024	494	3.3.90.39.00.00	Do Exercício

**19.2.** Das despesas com a contratação da empresa para a execução do objeto deste Edital, correrão a conta de recursos próprios.

## **20. DOS DOCUMENTOS ADICIONAIS PARA CONTRATAÇÃO**

**20.1.** O presente certame não prevê apresentação documentos e/ou comprovações adicionais para celebração de termo de contrato.

## **21. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**21.1.** O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas





previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

## **22. DAS NORMAS E REGULAMENTOS LOCAIS**

**22.1.** Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto Municipal 161/2023 que aperfeiçoaram os dispositivos constantes da Lei Federal 14.133/21 e as orientações constantes da Minuta Padronizada aprovada no âmbito deste Município.

Coronel Domingos Soares-PR, 08/07/2024

*m maito*

**MARLY BEVILACQUA MAITO**

**Departamento de Saúde**

**Responsável pela elaboração do Termo de Referência**





## **ANEXO II – DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO**

### **1. DA DOCUMENTAÇÃO**

O licitante convocado para apresentar os documentos de habilitação, deverá entregar, no prazo máximo de **03(três horas)**, a contar da notificação, os documentos de habilitação, os quais devem ser enviados pelo sistema de disputa adotado para este certame, conforme estabelecido no presente Edital:

#### **1.1. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

**1.1.1.** Deverá ser apresentado um dos itens abaixo, conforme o caso de enquadramento do licitante:

- Cédula de Identidade, no caso de pessoa física; ou,
- Registro comercial, no caso de empresa individual; ou,
- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou,
- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício; ou
- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

#### **1.2. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

**1.2.1** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, retirado via internet no máximo 90 (noventa) dias antes da data de abertura deste, de acordo com a Instrução Normativa da SRF nº 200 de 13 de setembro 2002;

**1.2.2** Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda;

**1.2.3** Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;

**1.2.4** Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;

**1.2.5** Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS);

**1.2.6** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;

#### **1.3. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

**1.3.1.** Para pessoa jurídica, certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

#### **1.4. DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

**1.4.1. 01 (um)** ou mais atestados de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão do licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o(s) item(ns)/lote(s) arrematado(s).

**1.4.2.** Licença Municipal de Operação Ambiental.





## **1.5. DEMAIS DOCUMENTOS E DECLARAÇÕES NECESSÁRIOS PARA HABILITAÇÃO (ANEXO IV):**

**1.5.1. COMPROVANTE DA CONDIÇÃO DE ME OU EPP**, se for o caso: Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento equivalente, **além de Declaração escrita** sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

**1.5.1.1.** De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. Nesta hipótese, as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**1.5.1.2.** A não-regularização da documentação, nos prazos concedidos, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

**1.5.2.** Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

**1.5.3.** Declaração LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados.

## **2. ORIENTAÇÕES COMPLEMENTARES PARA HABILITAÇÃO**

**2.1.** Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz). Quando a proposta for apresentada pela MATRIZ, e o fornecimento for através de sua filial, o CNPJ da filial deverá constar da proposta.

**2.2.** Quando da ocorrência da necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado pelo Pregoeiro a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 03 (três) horas, sob pena de inabilitação.





### ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO

Contrato nº \_\_\_\_/2024, que entre si celebram de um lado o **Município de Coronel Domingos Soares** e de outro lado a Empresa \_\_\_\_\_.

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Araucária, 3120, inscrito no CNPJ nº 01614415/0001-18, **CONTRATANTE**, representado neste ato pelo Prefeito Jandir Bandiera, de CPF nº 383803310-87 em pleno exercício de seu mandato e funções, residente e domiciliada nesta cidade.

**CONTRATADO(A):** \_\_\_\_\_, Pessoa jurídica, inscrito no CNPJ/CPF sob o n.º \_\_\_\_\_, com sede no(a) \_\_\_\_\_, neste ato representado por \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob o n.º \_\_\_\_\_, residente e domiciliado no(a) \_\_\_\_\_, e-mail \_\_\_\_\_ e telefone \_\_\_\_\_.

O presente Contrato será regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, pelos Decreto Municipal 161/2023 que regulamentou a Norma Federal, pelo edital do Pregão Eletrônico n.º 26/2024 que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, pela proposta do licitante vencedor e pelas cláusulas e condições seguintes:

#### 1 OBJETO:

**Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de dedetização; desratização; descupinização; desintetização e limpezas de caixas d'água dos prédios das Unidades Básicas do Departamento Municipal de Saúde.**, conforme descrito no Termo de Referência.

#### 2 FUNDAMENTO:

Este contrato decorre do Pregão Eletrônico n.º 26/2024, com homologação publicada no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial deste Município – DIOEMS.

Encontra-se vinculado a este Contrato, ainda, o edital licitatório e seus anexos, bem como a proposta da contratada, observados os documentos da fase interna do certame a exemplo do Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência originários do setor requisitante do objeto.

#### 3 FORMA DE FORNECIMENTO:

Os serviços serão executados 02 (duas) vez ao ano, ou seja, a cada 06 (seis) meses, com agendamento prévio, na Unidades Básicas de Saúde, localizadas na Avenida Araucária, 2784, Centro, Localidade Marcon a 42km da sede, Localidade Iratim a 30km da sede, Localidade Chopim a 18km da sede, Localidade Zugman a 25km da sede, Localidade Pedregulho a 33km da sede, em dias úteis, no horário das 8h às 12:00h e das 13h às 17:00h, com a presença do fiscal do contrato para recebimento do objeto. Sugere-se a empresa que faça agendamento prévio do dia e local para evitar esperas e transtornos no momento da execução dos serviços.

Inclui-se todos os custos referentes a execução (mão de obra, peças, ferramentas, materiais consumíveis, deslocamento, etc) de forma a permitir a completa efetivação dos serviços.

#### 4 PREÇO E VALOR DO CONTRATO:

**4.1** O Contratante pagará ao Contratado os preços unitários previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato:

**4.2** O valor total do contrato é de R\$ 0,00 (reais).

**4.3** No preço pactuado estão inclusas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos trabalhistas e despesas com transporte e locomoção.





## 5. DO REAJUSTE.

5.1 A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o índice do INPC-Índice Nacional de Preços ao Consumidor, apurado pelo IBGE.

5.1.1. A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado.

5.1.2. O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

5.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

5.3. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

5.4. A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

## 6. A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

6.1 A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 15 do Decreto n.º 161/23.

6.2 A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 16 do Decreto n.º 161/23.

6.3. Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante, em atendimento a demanda firmada pelo setor municipal requisitante do objeto, consignado no Termo de Referência.

6.4. A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

## 7. PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO:

7.1. Os bens deverão ser entregues no local/ endereço, na forma, nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência-Anexo I do Edital, que integra o presente contrato para todos os fins.

7.2. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e proposta, devendo ser substituído no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

## 8. FONTE DE RECURSOS:

8.1 A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2024	1415	05.001.10.301.0005.2020	303	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	1420	05.001.10.301.0005.2020	494	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	1500	05.001.10.302.0005.2021	303	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	1510	05.001.10.302.0005.2021	494	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	1625	05.001.10.303.0005.2022	303	3.3.90.39.00.00	Do Exercício





2024	1630	05.001.10.303.0005.2022	494	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	1725	05.001.10.304.0005.2023	303	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	1730	05.001.10.304.0005.2023	494	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	1830	05.002.10.301.0005.2024	303	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	1840	05.002.10.301.0005.2024	494	3.3.90.39.00.00	Do Exercício

## 9. EXECUÇÃO, VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

9.1 O prazo de execução do objeto a ser contratado será de **10 (dez) dias, a contar do recebimento da Ordem de serviço.**

9.2 O prazo de execução total do objeto a ser contratado será de **12 (doze) Meses, a contar da publicação do extrato do Termo de Contrato.**

9.3 O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) Meses** na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.4 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

## 10. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial

### 10.1 São obrigações do Contratado:

10.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

10.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5 indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.6 manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.7 manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme legislação vigente;

10.1.8 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.9 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:





**10.1.9.1** alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

**10.1.9.2** retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

**10.1.9.3** aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

**10.1.10.** cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

**10.2** São obrigações do Contratante:

**10.2.1** receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

**10.2.2** exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

**10.2.3** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

**10.2.4** comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

**10.2.5** acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

**10.2.6** efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

**10.2.7** efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

**10.2.8** emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

**10.2.9** ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

**10.2.10** adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

**10.2.11** prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

**11. FORMA DE PAGAMENTO**

**11.1.** O pagamento de cada fatura deverá ser realizado em um prazo não superior a 25 (vinte e cinco) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação de Regularidade Fiscal, comprovando a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

**11.2.** Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como





enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

**11.2.1.** Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeira.

## **12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**12.1.** Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **13. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.**

**13.1.** O prazo de garantia contratual dos objetos, será de, no mínimo, **12 (doze) meses**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à entrega.

## **14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**14.1.** O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

**14.2.** A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

a) multa de 0,5% a 5%, nos casos de:

a.1 - descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;

a.2 - inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;

Considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato, bem como não causem prejuízos à Administração.

b) multa de 5% a 30%, nos casos de:

b.1 - dar causa à inexecução parcial do contrato, que supere aquela prevista no inciso II do art. 155 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, ou que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

b.2 - dar causa à inexecução total do contrato;

b.3 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

b.4 - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

b.5 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

b.6 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

Considera-se inexecução total do contrato a recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada bem como a recusa injustificada do adjudicatário em assinar ata de registro de preços, contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração também caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida.

c) multa de 15% a 30%, nos casos de:





c.1 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

c.2 - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

c.3 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

c.4 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

c.5 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**14.3.** O cálculo da multa será justificado e levará em conta:

a. a natureza e a gravidade da infração cometida;

b. as peculiaridades do caso concreto;

c. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

f. situação econômico-financeira do acusado, em especial sua capacidade de geração de receitas e seu patrimônio, no caso de aplicação de multa;

**14.3.1.** São circunstâncias agravantes para o cálculo da multa:

a. a prática da infração com violação de dever inerente a cargo, ofício ou profissão;

b. o conluio entre licitantes ou contratados para a prática da infração;

c. a apresentação de documento falso no curso do processo administrativo de apuração de responsabilidade;

d. a reincidência, verificada quando o acusado comete nova infração, depois de condenado definitivamente por idêntica infração anterior.

**14.3.2.** São circunstâncias atenuantes para o cálculo da multa:

a. a primariedade;

b. procurar evitar ou minorar as consequências da infração antes do julgamento;

c. reparar o dano antes do julgamento;

d. confessar a autoria da infração.

**14.4.** A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Municipal, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.

**14.4.1.** A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

**14.5.** Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

**14.6.** O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto na regulação do Município.

**14.7.** Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º





14.133, de 2021.

**14.8.** Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Município de Coronel Domingos Soares.

**14.9.** Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos demais cadastro federais e estaduais pertinentes.

### **15. CASOS DE EXTINÇÃO:**

**15.1.** O presente instrumento poderá ser extinto:

**15.1.1.** por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

**15.1.2.** de forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

**15.1.3.** por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

**15.2.** No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

**15.3.** Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

**15.4.** O Contratado, desde já, reconhece todos direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

### **16. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:**

**16.1.** Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**16.1.1.** Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas compras.

**16.2.** É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

**16.3.** A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

**16.4.** As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato não sendo permitida a subcontratação de fornecimento e/ou execução.





16.5. Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de até 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período

#### **17. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

17.1. O CONTRATANTE e o CONTRATADO, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

17.2. O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do CONTRATADO, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do CONTRATANTE, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

17.3. Os dados tratados pelo CONTRATADO somente poderão ser utilizados no fornecimento dos BENS especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo CONTRATANTE;

17.4. Os registros de tratamento de dados pessoais que o CONTRATADO realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

17.5. o Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

17.6. o Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do CONTRATANTE, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

17.7. O eventual acesso, pelo CONTRATADO, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o CONTRATADO e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

17.8. O encarregado do CONTRATADO manterá contato formal com o encarregado do CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

17.9. A critério do controlador e do encarregado de Dados do CONTRATANTE, o CONTRATADO poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

17.10. o Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

17.11. Os representantes legais do CONTRATADO, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Estado para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

17.12. O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;





**17.13.** Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa SUBCONTRATADA dependerá de autorização prévia do CONTRATANTE, hipótese em que o SUBCONTRATADO ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao CONTRATADO.

**17.14.** Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o Contratado providenciará o descarte ou devolução, para o CONTRATANTE, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

**17.15.** As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do CONTRATANTE à Controladoria-Geral do Estado, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Estado em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

#### **18. DISPOSIÇÕES GERAIS:**

**18.1.** Integram o presente contrato, para todos os fins: o edital da licitação e seus anexos e a proposta apresentada pelo Contratado durante a licitação.

**18.2.** Este contrato é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e pelos Decretos Municipais que regulamentam e/ou complementam a Norma Federal e demais leis estaduais e federais pertinentes ao objeto do contrato, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

**18.3.** O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Município e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal de Transparência Municipal.

**18.4.** As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da Comarca de Palmas – PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Coronel Domingos Soares-PR, \_\_\_ de \_\_\_\_ de 2024.

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas

1 – Nome:

2 – Nome:





**ANEXO IV- DEMAIS MODELOS AUXILIARES**

**DECLARAÇÕES**

(Nome da Empresa), CNPJ/MF N.º. (000), sediada (Endereço Completo), através de seu representante legal, infra identificado e assinado, no âmbito do PREGÃO ELETRÔNICO N.º. 26/2024, DECLARA, sob as penas da Lei que:

- a. não possuímos em nosso quadro permanente de funcionários menores de 18 (dezoito) anos desempenhando trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres ou menores de 16 (dezesseis) anos desempenhando quaisquer trabalhos, salvo se contratados sob condição de aprendizes, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei n.º 9.854/99);
- b. (opcional) nos termos do art. 3º, da Lei Complementar n.º 123/06, nos enquadrados na situação:
  - ( ) MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006;
  - ( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006;
  - ( ) MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar n.º 188, de 2021.
  - ( ) COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal n.º 11488/2007.

DECLARA ainda:

Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006;

Que não extrapolou a receita bruta máxima relativa ao enquadramento como empresa de pequeno porte, de que trata o art. 3º, II da Lei Complementar n.º 123, de 2006, em relação aos valores dos contratos celebrados com a Administração Pública no ano-calendário de realização da licitação.

- c. Declaramos, também, que como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), deveremos fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:
  - 1.1. aqueles inerentes a documentos de identificação;
  - 1.2. referentes a participações societárias;
  - 1.3. informações inseridas em contratos sociais;
  - 1.4. endereços físicos e eletrônicos;
  - 1.5. estado civil;
  - 1.6. eventuais informações sobre cônjuges;
  - 1.7. relações de parentesco;
  - 1.8. número de telefone;
  - 1.9. sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
  - 1.10. informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.





2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.
3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

---

Representante Legal





MUNICÍPIO DE  
**CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

074

**MODELO DE PROPOSTA DE FORNECIMENTO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2024**

**DADOS DO FORNECEDOR**

Fornecedor:

CNPJ/CPF:

Inscrição Estadual:

Endereço:

Bairro:

CEP:

Cidade:

Estado:

Telefone:

Fax:

e-mail:

Banco:

Agência:

Conta corrente:

Constitui objeto desta licitação: **Aquisição de Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de dedetização; desratização; descupinização; desintetização e limpezas de caixas d'água dos prédios das Unidades Básicas do Departamento Municipal de Saúde..**

**1. Especificações técnicas:**

Lote: 1 - Lote 001

Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço Unitário	Preço total
1						
2						
TOTAL						

2. A validade da proposta é de 60 (sessenta) dias.

3. A empresa vencedora é responsável pela qualidade e integridade do produto durante o período de validade e, inclusive, pelo seu transporte. Constatado qualquer problema, cabe ao Contratado efetuar a troca do produto nos termos do Edital e da legislação vigente.

4. O preço unitário estimado para o objeto encontra-se com a carga tributária completa.

5. O arrematante atesta o atendimento das exigências técnicas conforme Anexo I do Edital.

6. O arrematante DECLARA que, para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

Local e data

\_\_\_\_\_  
Representante Legal





PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO  
CORONEL DOMINGOS SOARES - PR

Lei Municipal 1.037/2022

CNPJ 01.614.415/0001-18 - Av Araucária, 3120, CEP 85.557-000 – Fone 46-3254-1166



PARECER: Nº 358/2024

PREGÃO: Nº 26/2024

INTERESSADO: Divisão de Licitações – Pregoeira Municipal

ASSUNTO: Apreciação de minuta de edital, seus anexos e demais elementos instrutores

OBJETO: **Contratação de serviços de limpeza de caixas d'água, dedetização e serviços similares por 60 meses para o setor de saúde**

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 9.836,28

## I - RELATÓRIO

Trata o presente expediente de processo administrativo que tem por finalidade o aperfeiçoamento de licitação pública, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, conforme justificadoras e especificações constantes dos elementos de sua fase interna e seus anexos complementares.

São relevantes para a presente análise jurídica, sem prejuízo de serem apreciados outros, a bem do serviço público: Estudo Técnico Preliminar; Termo de Referência; Minuta de Edital e seus anexos; Minuta de Contrato.

Ainda, anexo ao processo estão, a partir de sua capa:

- ETP-Estudo Técnico Preliminar;
- TR-Termo de Referência;
- Termo de compromisso de fiscal técnico e gestor de contrato;
- Termo de compromisso de pesquisa de preços;
- Parecer contábil;
- Decisão da autoridade superior;
- Edital, seus anexos e minuta de contrato.

O objeto foi alvo do pregão 15/2024, já revogado, tendo passado por um realinhamento de cotações e demais peculiaridades.

É a síntese do necessário.

## II - APRECIÇÃO JURÍDICA

### II.I - Finalidade e abrangência do parecer jurídico

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos – NLLC):

*Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.*

*§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:*

*I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;*

*II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica; (grifamos)*

Como se pode observar do dispositivo legal supra, o controle prévio de legalidade se dá em função do exercício da competência da análise jurídica da futura





PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO  
CORONEL DOMINGOS SOARES - PR

Lei Municipal 1.037/2022

CNPJ 01.614.415/0001-18 - Av Araucária, 3120, CEP 85.557-000 – Fone 46-3254-1166



contratação, não abrangendo, portanto, os demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade.

De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público. O mesmo se pressupõe em relação ao exercício da competência discricionária pelo órgão assessorado, cujas decisões devem ser motivadas nos autos.

De outro lado, cabe esclarecer que não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos, nem de atos já praticados. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências, consoante a Lei 14133/21 e o Decreto Municipal 161/23.

Ainda, deve-se salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

Ainda, a Lei 14.133/21, apresenta inovações claras em seu bojo, a exemplo da descrição principiológica estabelecidas no seu 5º artigo, vejamos:

*Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).*

De toda a previsão vital citada não se pode menosprezar a *segregação das funções*, elevado a condição de princípio com o propósito de fracionar o exercício das funções nos processos de contratações públicas, reduzindo a concentração de atribuições, ou seja, em cada etapa do certame há a participação de um ou mais indivíduos do serviço público visando reduzir práticas reprováveis. Desta feita, o processo é construído a “várias mãos” cabendo a responsabilização de cada agente pelo que de fato desenvolveu.

Finalmente, cabe citar que a Lei 14.133/21 não tem previsão de apreciação jurídica dos processos de contratação após a conclusão da fase externa dos mesmos, salvo quando em atendimento a solicitação formal para apreciação de quesitos específicos a exemplo de impugnações e recursos, todavia, somente quanto a matéria de direito especificada.

### III.I - Avaliação de conformidade legal

O art. 19 da Lei nº 14.133, de 2021, prevê que os órgãos competentes da Administração devem instituir mecanismos e ferramentas voltadas ao gerenciamento de atividades de administração de materiais, obras e serviços, conforme abaixo transcrito:

*Art. 19. Os órgãos da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos deverão:*





# PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO CORONEL DOMINGOS SOARES - PR

Lei Municipal 1.037/2022

CNPJ 01.614.415/0001-18 - Av Araucária, 3120, CEP 85.557-000 – Fone 46-3254-1166



- I - instituir instrumentos que permitam, preferencialmente, a centralização dos procedimentos de aquisição e contratação de bens e serviços;*
- II - criar catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, admitida a adoção do catálogo do Poder Executivo federal por todos os entes federativos;*
- III - instituir sistema informatizado de acompanhamento de obras, inclusive com recursos de imagem e vídeo;*
- IV - instituir, com auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno, modelos de minutas de editais, de termos de referência, de contratos padronizados e de outros documentos, admitida a adoção das minutas do Poder Executivo federal por todos os entes federativos;*
- V - promover a adoção gradativa de tecnologias e processos integrados que permitam a criação, a utilização e a atualização de modelos digitais de obras e serviços de engenharia.*

Pequena ressalva cabe quanto ao previsto no inciso IV, acima, onde previu a Norma que a administração deverá instituir modelos de minutas das peças processuais, com o auxílio do assessoramento jurídico e órgão de controle, ou seja, é impositivo à administração local a efetivação destes “modelos” conciliando a normatização vigente e a realidade local, suas demandas e estruturas, por óbvio.

Desse modo, é preciso que a fase de planejamento da contratação esteja alinhada às iniciativas mais atualizadas dos órgãos que detêm competências regulamentares.

## **II.II - Planejamento da contratação**

A Lei nº 14.133, de 2021, estabeleceu que a fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 da referida lei e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, conforme previsto no caput do art. 18.

O artigo 18 da Lei nº 14.133, de 2021, elenca providências e documentos que devem instruir a fase de planejamento, conforme abaixo transcrito:

*Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:*

*I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;*

*II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;*

*III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;*

*IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;*

*V - a elaboração do edital de licitação;*

*VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;*

*VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;*

*VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;*

*IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-*





**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO  
CORONEL DOMINGOS SOARES - PR**

Lei Municipal 1.037/2022

CNPJ 01.614.415/0001-18 - Av Araucária, 3120, CEP 85.557-000 – Fone 46-3254-1166



*financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;*

*X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;*

*XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei. (grifou-se)*

Referido dispositivo é complementado por seu parágrafo primeiro, que dispõe sobre os elementos do Estudo Técnico Preliminar. De uma forma bem abrangente, o planejamento da contratação pressupõe que a própria necessidade administrativa seja investigada, a fim de se compreender o que fundamenta a requisição administrativa. Neste sentido, ressalte-se que a identificação da necessidade administrativa deve considerar também o desenvolvimento nacional sustentável, que é princípio e objetivo das licitações (artigo 5º e artigo 11, IV, da Lei nº 14.133, de 2021), conforme detalhamentos abaixo. Uma vez identificada a necessidade que antecede o pedido realizado, pode-se então buscar soluções disponíveis no mercado para atender referida necessidade, que inclusive podem se diferenciar do pedido inicial. Encontrada a melhor solução, caso disponível mais de uma, aí sim inicia-se a etapa de estudá-la, para o fim de definir o objeto licitatório e todos os seus contornos. Em linhas gerais, a instrução do processo licitatório deve revelar esse encadeamento lógico.

### **II.II.I - Estudo Técnico Preliminar - ETP**

No presente caso, os servidores da área técnica e requisitante elaboraram o estudo técnico preliminar. Apesar de se tratar de documento extremamente técnico, cuja avaliação cabe, em última instância, ao próprio órgão assistido, ele aparentemente contém as previsões necessárias, relacionadas no art. 18, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

O Estudo Técnico Preliminar – ETP da contratação deve conter, de forma fundamentada, a descrição da necessidade da contratação, com especial atenção à demonstração do interesse público envolvido. Também é preciso que sejam abordadas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação.

#### **a. Descrição da Necessidade da contratação**

Trata-se de etapa fundamental do processo, por meio da qual o problema colocado para a Administração pode vir a ser compreendido sob outra perspectiva e assim contribuir para que outras soluções se mostrem propícias a atender a demanda, quando se passar à fase de levantamento de mercado, tratada mais à frente. A clareza da necessidade administrativa é a base para possíveis inovações.

Feito esse registro, é certo que não cabe ao órgão jurídico adentrar ao mérito (oportunidade e conveniência) das razões do Administrador, principalmente nesse contexto em que prevalece a tecnicidade do assunto. O papel do órgão jurídico é recomendar que essa reflexão sobre a necessidade administrativa seja efetivamente realizada, orientando o órgão assistido a registrá-la nos autos, caso não o tenha sido, ou então a aperfeiçoá-la, na hipótese de ela se revelar insuficiente ou desarrazoada.

#### **b. Levantamento de Mercado**

Uma vez identificada a necessidade administrativa, o próximo passo é buscar soluções que tenham o potencial de atendê-la. Não se trata, portanto, de realizar estimativa de preços, e sim estudar as práticas do mercado e de outros órgãos e entidades públicas, a fim de verificar se existe alguma outra solução para atender a necessidade administrativa ou então





novas metodologias de execução/contratação que gerem ganhos de produtividade ou economia para a Administração.

Assim, essa prospecção e avaliação deverá ser realizada, ainda que leve à conclusão de que as metodologias já tradicionalmente empregadas em contratações anteriores são as mais aptas à satisfação da necessidade administrativa. Seja qual for a solução adotada, sua escolha deve ser expressamente motivada nos autos.

### c. Definição do Objeto

Uma vez investigada a necessidade administrativa que origina o pedido de contratação e depois de encontrada a solução mais adequada para atendê-la, a Administração passará então a se diferenciar dos particulares em geral porque deverá então descrever referida solução, convertendo-a no objeto licitatório. A finalidade principal desta etapa é propiciar que a própria Administração incremente seus conhecimentos sobre o objeto, distinguindo suas características principais, para então, por meio da descrição, possibilitar que todos os fornecedores da solução escolhida venham a saber do interesse administrativo em uma futura contratação.

Bem por isso, o aumento do nível de detalhamento da especificação do objeto influi inversamente no universo de fornecedores aptos a atender à demanda, reduzindo-o. Consequentemente, a caracterização excessivamente pormenorizada poderá conduzir a um único ou nenhum fornecedor, ao passo que a especificação por demais genérica ou singela poderá ampliar as opções no mercado, porém para objeto cujas características não atendam plenamente às necessidades efetivas da Administração, frustrando a finalidade da contratação.

De acordo com o art. 18, caput, da Lei n. 14.133, de 2021, a fase de planejamento deve abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, sendo certo que a definição do objeto, modelo de execução e gestão do contrato devem levar em consideração cada um desses aspectos.

Portanto, o gestor deverá tomar as cautelas necessárias para assegurar que as especificações correspondam àquelas essenciais ao bem, sem as quais não poderão ser atendidas as necessidades da Administração, evitando por outro lado, detalhes considerados supérfluos ou desnecessários, que possam limitar a competição indevidamente.

### d. Quantitativos Estimados

Nessa etapa, entretanto, a definição do aspecto quantitativo demanda pormenorização, com a demonstração dos cálculos pelos quais se chegou à estimativa de quantidades. Isso é especialmente importante de ser registrado nos autos por ser um ponto objetivo, de maior verificação e consequentes questionamentos, que se tornam mais difíceis de responder à medida que o tempo transcorre, quando a memória e a documentação correspondente podem estar menos acessíveis. Assim, deve-se evitar ao máximo estimativas genéricas, sem respaldo em elementos técnicos que evidenciem a exata correlação entre a quantidade estimada e a demanda.

Nesse sentido, o art. 40 da Lei nº 40.133, de 2021, dispõe que o planejamento de compras considere a expectativa de consumo anual, devendo tal regra ser observada no caso concreto, admitindo-se o fornecimento contínuo, conforme inciso III do citado dispositivo.

### e. Parcelamento do objeto da contratação

Via de regra, as aquisições da Administração Pública devem atender ao princípio do parcelamento, que deverá ser adotado quando for tecnicamente viável e





**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO  
CORONEL DOMINGOS SOARES - PR**

Lei Municipal 1.037/2022

CNPJ 01.614.415/0001-18 - Av Araucária, 3120, CEP 85.557-000 – Fone 46-3254-1166



economicamente vantajoso, conforme artigo 40, inciso V, alínea b, da Lei nº 14.133, de 2021. Por outro lado, há situações em que a lei expressamente restringe a possibilidade de parcelamento do objeto, conforme situações descritas no mesmo art. 40, em seu parágrafo terceiro.

De qualquer forma, a decisão final envolve contornos técnicos e gerenciais específicos, a serem pormenorizados pelo órgão contratante, mediante justificativa baseada nos elementos legalmente definidos.

#### **f. Plano de Contratações Anual – PCA**

O Decreto Municipal nº 161, de 2023, regulamentou o Plano de Contratações Anual – PCA, assim como deu outras providências ao tema, tendo imposto no âmbito desta municipalidade a obrigatoriedade de sua elaboração, o qual conterà todas as contratações que pretendem realizar no exercício subsequente.

Convém lembrar que, de acordo com o Decreto supracitado, incumbe aos setores emitentes das demandas a verificação de que a necessidade/objeto está contemplada no plano de contratações, devendo tal informação constar de forma expressa na fase de planejamento, o que deve ser feito no Estudo Técnico Preliminar-ETP, conforme expressamente prevê o art. 18, §1º, inciso II da Lei 14.133/21.

#### **II.II.II - Orçamento Estimado e Pesquisa de Preços**

A estimativa do valor da contratação deve ser aperfeiçoada com indicação da observância dos parâmetros previstos no Decreto Municipal nº 161/2023, materializada em documento que busca observar as exigências da regulação local, senão vejamos o art. 46 do dispositivo:

*Art. 46. A pesquisa de preço para fins de determinação do preço estimado, em processo licitatório e na contratação direta, para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral terá prazo de validade de 6 (seis) meses e será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, de forma combinada ou não:*

*I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como painel de preços, banco de preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;*

*II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;*

*III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso;*

*IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;*

*V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme regulamento a ser instituído pela União.*

*§ 1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I a III, devendo, em caso de impossibilidade, apresentar justificativa nos autos para o uso das modalidades IV e V.*

*§ 2º Qualquer que seja o parâmetro utilizado, deve ser comprovado por juntada aos autos de documentos comprobatórios, ainda que se trate de manifestação de desinteresse de ofertar cotação.*





**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO  
CORONEL DOMINGOS SOARES - PR**

Lei Municipal 1.037/2022

CNPJ 01.614.415/0001-18 - Av Araucária, 3120, CEP 85.557-000 – Fone 46-3254-1166



*§ 3º O servidor público que realizar a pesquisa de preços responsabiliza-se funcionalmente pela informação produzida nesta etapa, devendo atenção aos riscos de orçamentos incompatíveis aos padrões de mercado e que podem culminar com aquisições não vantajosas.*

*§ 4º Quando a pesquisa de preços for realizada com os fornecedores, nos termos do inciso IV deste artigo, deverá ser observado:*

*I—prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado;*

*II—obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo:*

*a) descrição do objeto, valor unitário e total;*

*b) número do Cadastro de Pessoa Física—CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica—CNPJ do proponente;*

*c) endereço e telefone de contato;*

*d) data de emissão;*

*d) indicação dos aplicativos de conversa oficial da empresa pesquisada;*

*III—registro, nos autos da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso IV do caput.*

No presente caso, verifica-se que a pesquisa foi realizada colacionando no processo cotação de fornecedores de objeto similar ao que se pretende contratar bem como ata de registro de preços de outro ente federado, tendo sido acostado aos Autos “Termo de Compromisso”, firmado pelo agente pesquisador dos preços, o qual assume as responsabilidades inerentes a suas alegações, em homenagem ao princípio da segregação das funções previsto no art. 5º da Lei 14.133/21, além de justificativa para a adoção dos critérios escolhidos de pesquisa.

### **II.III - Termo de Referência**

O termo de referência foi juntado aos autos e deve reunir cláusulas e condições essenciais exigidas nos instrumentos da espécie. Observa-se que o instrumento segue o modelo elaborado pela Administração Municipal. Deve ser observadas as exigências do artigo 6º, XXIII, bem como especificamente em relação a compras, também devem ser observadas as exigências do art. 40, §1º, e em relação aos serviços o art. 47, §1º, todos da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **a. Da natureza comum do objeto da licitação**

Compete à administração declarar que o objeto licitatório é de natureza comum, haja vista que a licitação por pregão somente é obrigatória para *aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto*, conforme consta do art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **b. Regime de Fornecimento**

Os documentos de planejamento da contratação devem tratar do regime de fornecimento de bens, observados os potenciais de economia de escala, cujos impactos podem afetar a decisão sobre o parcelamento ou não do objeto.

#### **c. Definição de bem/serviço comum ou de luxo**

De acordo com o disposto no Decreto Municipal nº 161/2023, ficou definido que o objeto da licitação pode ser considerado como bem e/ou serviço comum, cuja definição deverá estar grafada no ETP/Termo de Referência.





#### **d. Indicação de marca ou modelo**

Quanto à eventual indicação de marca ou modelo, cabe salientar que lei admite tal possibilidade de forma excepcional, por representar restrição à ampla competitividade do certame. O artigo 41 da Lei nº 14.133, de 2021, apresenta as hipóteses em que será possível a indicação de marca ou modelo. Ocorre que a indicação de marca/modelo não basta para a exclusão das demais opções do mercado, sendo certa a possibilidade de realização, pelo interessado, de prova de qualidade de produto similar, conforme disciplinado no artigo 42 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **e. Vedação de marca ou produto**

O art. 41, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021, contempla a possibilidade de a Administração vedar a contratação de marca ou produto, quando, mediante processo administrativo, restar comprovado que produtos adquiridos e utilizados anteriormente pela Administração não atendem a requisitos indispensáveis ao pleno adimplemento da obrigação contratual. No caso concreto, o tema não foi tratado na fase de planejamento, não havendo necessidade de maiores debates.

#### **f. Condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento**

O art. 18, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021, exige que a fase de planejamento da contratação contemple as condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento, sendo certo que sua definição envolve algum juízo de conveniência e oportunidade a ser realizado pelo administrador.

#### **g. Modalidade, critério de julgamento e modo de disputa**

Com base na exigência do art. 18, inciso VIII, da Lei nº 14.133, de 2021, é possível concluir que a fase de planejamento deve abordar as razões que conduzem a definição de elementos aptos a conduzir a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto. Desse modo, com base na premissa de busca pela proposta mais vantajosa, deve o planejamento da contratação conter informações sobre:

- I) modalidade de licitação;
- II) critério de julgamento;
- III) modo de disputa; e
- IV) adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros.

#### **h. Objetividade das exigências de qualificação técnica**

Enquanto a habilitação profissional procura investigar se o licitante tem experiência anterior na execução de parcela relevante do objeto, a habilitação operacional visa verificar se o licitante reúne condições de executar o objeto na dimensão que ele (o objeto) possui. Já a comprovação da qualificação técnica-operacional costuma ser exigida na generalidade dos casos, e afere a capacidade de gestão do licitante de executar o objeto licitatório. Por isso é indispensável indicar quantitativos mínimos a serem comprovados, quando exigidos, até o limite de 50% do quantitativo previsto, conforme art. 67, §2º da Lei nº 14.133, de 2021.





#### **i. Exigências de Qualificação nas hipóteses legais de dispensa, sem justificativa**

O artigo art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, preceitua que “o processo de licitação pública somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

O art. 70, III, da Lei Nº 14.133/2021, por sua vez, dispõe que as exigências de habilitação poderão ser dispensadas, “total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).” (Referidos valores são atualizados anualmente por Decreto, conforme art. 182 da mesma Lei).

A combinação da disposição constitucional com a disposição legal resulta que as exigências de qualificação técnica e econômica nas situações retratadas no art. 70, III, deve ser excepcional e justificada.

#### **j. Adequação orçamentária**

Conforme se extrai do caput do artigo 18 da Lei nº 14.133, de 2021, a fase preparatória da licitação deve compatibilizar-se também com as leis orçamentárias.

A existência de disponibilidade orçamentária com a respectiva indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica da despesa é uma imposição legal. Cabe também alertar para que, caso se trate de criação ou expansão de ação governamental que acarrete aumento da despesa, seja anexada a estimativa do impacto orçamentário no exercício e nos dois subsequentes, bem como a declaração sobre a adequação orçamentária e financeira para fazer face às despesas, em conformidade com as normas constantes dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

### **II.IV - Minuta de Edital**

Conforme já tratado neste parecer, a padronização de modelos de documentos da fase interna da licitação constitui medida de eficiência e celeridade administrativa que encontra previsão no art. 19, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

A minuta de edital foi juntada aos autos reunindo cláusulas e condições essenciais exigidas nos instrumentos da espécie. Observa-se que a minuta segue o modelo elaborado pela Administração municipal.

#### **a. Da restrição à participação de interessados no certame**

O art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021, veda expressamente que o agente público admita, preveja, inclua ou tolere qualquer tipo de restrição que comprometa ou frustre o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas e consórcios. Também é vedado o estabelecimento de preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes ou, ainda, a inclusão de regras que sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato.

O agente público também não poderá estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamento, mesmo quando envolvido financiamento de agência internacional, conforme previsão do inciso II do art. 9º.





No caso concreto, observa-se que o edital não prevê restrição a participação de interessados.

#### **b. Da participação de ME, EPP e Cooperativas**

Nos termos do inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006, com a redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014, foi previsto tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas e empresas de pequeno nas contratações públicas de bens, serviços e obras, sendo certo que o entendimento aqui apresentado é aplicável também a cooperativas equiparadas.

#### **c. Cláusula com índice de reajustamento de preços, com data-base vinculada à data do orçamento estimado**

O art. 25, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021, estabelece que, independentemente do prazo de duração do contrato, será obrigatória a previsão no edital de índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado e com a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

No caso concreto, as minutas e anexos revelam que a Administração estabeleceu índice de reajustamento de preço conforme exigência legal.

#### **II.V - Minuta de termo de contrato**

Conforme já tratado neste parecer, a padronização de modelos de documentos da fase interna da licitação constitui medida de eficiência e celeridade administrativa que encontra previsão no art. 19, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

A minuta de termo de contrato foi juntada aos autos e reúne cláusulas e condições essenciais exigidas nos instrumentos da espécie. Observa-se que a minuta segue o modelo elaborado pela Administração da municipalidade.

#### **II.VI - Designação de agentes públicos**

Cabe a juntada aos Autos do Processo os termos de designação do agente de contratação/pregoeiro e da equipe de apoio/da comissão de contratação, do gestor e fiscal(is) de contratos. Os arts. 7º e 8º da Lei nº 14.133, de 2021, tratam da designação dos agentes públicos para desempenho das funções essenciais à execução da lei aliado ao que dispõem o art. 13, §1º do Decreto Municipal 161/23.

#### **II.VII - Publicidade do edital e do termo do contrato**

Destacamos ainda que é obrigatória a divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital de licitação e dos seus anexos e do termo de contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas e a publicação de extrato do edital no Diário Oficial Eletrônico do Município, conforme determinam os art. 54, *caput* e §1º, e art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021.

Destacamos também que, após a homologação do processo licitatório, é obrigatória a disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) dos documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos, conforme determina o art. 54, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021.





**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO  
CORONEL DOMINGOS SOARES - PR**

Lei Municipal 1.037/2022

CNPJ 01.614.415/0001-18 - Av Araucária, 3120, CEP 85.557-000 – Fone 46-3254-1166



### III - CONCLUSÃO

a. Em face do exposto, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, opina-se pela possibilidade jurídica do prosseguimento do presente processo;

b. Ressalte-se, mais uma vez, que os critérios e a análise de mérito (oportunidade, motivação e conveniência da demanda/objeto) constituem análise técnica do setor solicitante bem como das demais unidades da administração municipal, bem como a verificação das dotações orçamentárias e especificidade ou cumulação do objeto do procedimento licitatório, motivo pelo qual o presente parecer cinge-se exclusivamente aos contornos jurídicos formais do caso em comento, em obediência ao princípio da segregação das funções esculpido no art. 5º da Lei 14.133/21.

À consideração superior.

Coronel Domingos Soares-PR, em 08 de julho de 2024

Rogério Everaldo Schmidt  
Procurador Municipal  
OAB/PR 59902



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL DOMINGOS SOARES

### **Extrato de Edital de Licitação – Pregão 26/2024–Eletrônico**

Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de dedetização; desratização; descupinização; desintetização e limpezas de caixas d'água dos prédios das Unidades Básicas do Departamento Municipal de Saúde. ABERTURA DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS: às 10:30 do dia 23/07/2024. INÍCIO DA SESSÃO ELETRÔNICA DE DISPUTA DE PREÇOS: às 11:00 do dia 23/07/2024. LOCAL: "Sistema de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br)". Acesso a íntegra do edital também pelo site <http://www.pmods.pr.gov.br/>. Fernanda Roberta da Rosa–Pregosira.

02/07/2024



**PROPOSTA DE FORNECIMENTO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2024****DADOS DO FORNECEDOR**

Fornecedor: JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI		
CNPJ/CPF: 34.786.607/0001-60	Inscrição Estadual: 90844807-35	
Endereço: RUA DUQUE DE CAXIAS, 597		
Bairro: CENTRO		
CEP: 85.540-000	Cidade: MANGUEIRINHA	Estado: PR
Telefone: (46) 98812-2989	Fax:	
e-mail: <a href="mailto:dexdesinsetizadora@hotmail.com">dexdesinsetizadora@hotmail.com</a>		
Banco: BANCO DO BRASIL	Agência: 2267-5	Conta corrente: 26800-3

Constitui objeto desta licitação: Aquisição de **Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de dedetização; desratização; descupinização; desinsetização e limpezas de caixas d'água dos prédios das Unidades Básicas do Departamento Municipal de Saúde.**

**1. Especificações técnicas:**

Lote: 1 - Lote 001

Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	8995	Prestação de serviços de dedetização; desratização; descupinização; desinsetização dos ambientes para repelir ou eliminar insetos como aranhas, escorpiões e moscas; desalojamento de aves e morcegos; higienização e incineração de ninhos nas áreas internas e externas; remoção de dejetos de aves e morcegos, inclusive fezes na Unidade Básica de Saúde Chopim, com área de 100m <sup>2</sup> , distância de 18 km da sede.	200,00	M2	0,627	125,40
2	8994	Prestação de serviços de dedetização; desratização; descupinização; desinsetização dos ambientes para repelir ou eliminar insetos como aranhas, escorpiões e moscas; desalojamento de aves e morcegos; higienização e incineração de ninhos nas áreas internas e externas; remoção de dejetos de aves e morcegos, inclusive fezes na Unidade Básica de Saúde Iratim, com área de 100m <sup>2</sup> ,	200,00	M2	0,627	125,40



		distância de 30 km da sede				
3	8993	Prestação de serviços de dedetização; desratização; descupinização; desintetização dos ambientes para repelir ou eliminar insetos como aranhas, escorpiões e moscas; desalojamento de aves e morcegos; higienização e incineração de ninhos nas áreas internas e externas; remoção de dejetos de aves e morcegos, inclusive fezes na Unidade Básica de Saúde Marcon com área de 100m <sup>2</sup> , distância de 42 km da sede	200,00	M2	0,627	125,40
4	8996	Prestação de serviços de dedetização; desratização; descupinização; desintetização dos ambientes para repelir ou eliminar insetos como aranhas, escorpiões e moscas; desalojamento de aves e morcegos; higienização e incineração de ninhos nas áreas internas e externas; remoção de dejetos de aves e morcegos, inclusive fezes na Unidade Básica de Saúde Pedregulho, com área de 100m <sup>2</sup> , distância de 33 km da sede	200,00	M2	0,627	125,40
5	8997	Prestação de serviços de dedetização; desratização; descupinização; desintetização dos ambientes para repelir ou eliminar insetos como aranhas, escorpiões e moscas; desalojamento de aves e morcegos; higienização e incineração de ninhos nas áreas internas e externas; remoção de dejetos de aves e morcegos, inclusive fezes na Unidade Básica de Saúde Zugman, com área de 100m <sup>2</sup> , distância de 25 km da sede	200,00	M2	0,627	125,40
6	8992	Prestação de serviços de dedetização; desratização; descupinização; desintetização dos ambientes para repelir ou eliminar insetos como aranhas, escorpiões e moscas; desalojamento de aves e morcegos; higienização e incineração de ninhos nas áreas internas e externas; remoção de dejetos de aves e morcegos, inclusive fezes na Unidade de Saúde Central com área de 1.090m <sup>2</sup>	2.180,00	M2	0,627	1.366,86
TOTAL						1.993,86
Lote: 2 - Lote 002						



Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	9000	Limpeza de caixa d'água de 1000 litros na Unidade Básica de Saúde Marcon, distância de 42 km da sede (01 caixa)	2,00	UN	109,72	219,44
2	9003	Limpeza de caixa d'água de 1000 litros na Unidade Básica de Saúde Pedregulho, distância de 33 km da sede (01 caixa)	2,00	UN	109,72	219,44
3	9004	Limpeza de caixa d'água de 1000 litros na Unidade Básica de Saúde Zugman, distância de 25 km da sede (01 caixa)	2,00	UN	109,72	219,44
4	9002	Limpeza de caixa d'água de 500 litros na Unidade Básica de Saúde Chopim, distância de 18 km da sede (01 caixa)	2,00	UN	109,72	219,44
5	9001	Limpeza de caixa d'água de 500 litros na Unidade Básica de Saúde Iratim, distância de 30 km da sede (01 caixa)	2,00	UN	109,72	219,44
6	8999	Limpeza de caixas d'água de 310 litros - Unidade de Saúde Central (01 caixa)	2,00	UN	109,72	219,44
7	8998	Limpeza de caixas d'água de 500 litros - Unidade de Saúde Central (3 caixas)	6,00	UN	109,72	658,32
<b>TOTAL</b>						<b>1.974,96</b>
<b>TOTAL DA PROPOSTA</b>		<b>3.968,82 (três mil, novecentos e sessenta e oito reais e oitenta e dois centavos)</b>				

2. A validade da proposta é de 60 (sessenta) dias.

3. A empresa vencedora é responsável pela qualidade e integridade do produto durante o período de validade e, inclusive, pelo seu transporte. Constatado qualquer problema, cabe ao Contratado efetuar a troca do produto nos termos do Edital e da legislação vigente.

4. O preço unitário estimado para o objeto encontra-se com a carga tributária completa.

5. O arrematante atesta o atendimento das exigências técnicas conforme Anexo I do Edital.

6. O arrematante DECLARA que, para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

Mangueirinha/PR, 23 de julho de 2024.

**JUAN GABRIEL** Assinado de forma digital por JUAN GABRIEL  
**EDLER PACHECO** EDLER PACHECO  
**LTDA:34786607** LTDA:34786607000160  
**000160** Dados: 2024.07.23  
 11:33:09 -03'00'

(Representante Legal) **JUAN GABRIEL EDLER PACHECO**  
 CPF: 032.272.259-48 - RG: 31676053 SESP PR  
**Juan Gabriel Edler Pacheco Eireli**  
 CNPJ: 34.786.607/0001-60



**1ª ALTERAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO  
JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI  
CNPJ: 34.786.607/0001-60  
NIRE: 41600934041**

---

**JUAN GABRIEL EDLER PACHECO**, brasileiro, solteiro, nascido em 29/04/1979, engenheiro agrônomo, inscrito no CPF sob nº 032.272.259-48, Carteira Nacional de Habilitação nº 01651422129, órgão expedidor DETRAN/PR, residente e domiciliado na Rua Dom Pedro II, nº 970, Centro, na cidade de Mangueirinha, PR, CEP 85540-000.

Único titular da empresa **JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI**, com sede na Rua Duque de Caxias, nº 597, Centro, na cidade de Mangueirinha, PR, CEP 85540-000, registrada na Junta Comercial do Estado de Paraná sob o nº 41600934041, por despacho em sessão de 06/09/2019, inscrita no CNPJ sob o nº 34.786.607/0001-60, **RESOLVE**, de comum acordo e na melhor forma de direito, modificar o ato constitutivo, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – A atividade econômica que é Serviços de engenharia (7112/0/00); Cursos profissionalizantes (8599-6/99); Serviços de Agronomia (7490-1/03); Atividades de assessoria e consultoria técnica (7490-1/99); Educação profissional de nível técnico (8541-4/00); Serviços de desinsetização e limpeza (8122-2/00), a partir desta data passa a ser de: **Serviços de engenharia (7112/0/00); Cursos profissionalizantes (8599-6/99); Serviços de Agronomia (7490-1/03); Atividades de assessoria e consultoria técnica (7490-1/99); Educação profissional de nível técnico (8541-4/00); Serviços de desinsetização e limpeza (8122-2/00); Comércio varejista de madeira plastificada e outros materiais de construção (4744-0/05); Comércio varejista de artigos de madeira plastificada para habitação (4759-8/99); e Limpeza de caixas d'água (8129-0/00).**

**CLÁUSULA SEGUNDA** – O capital social que é de R\$ 99.800,00 (noventa e nove mil e oitocentos reais), totalmente integralizado, é aumentado em R\$ 4.700,00 (quatro mil e setecentos reais), mediante integralização deste montante pelo titular, neste ato, em moeda corrente nacional, passando o capital social a ser de R\$ 104.500,00 (cento e quatro mil e quinhentos reais).

<b>Sócio</b>	<b>Nº de Quotas</b>	<b>%</b>	<b>Valor R\$</b>
JUAN GABRIEL EDLER PACHECO	104.500	100	104.500,00



**1ª ALTERAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO  
JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI  
CNPJ: 34.786.607/0001-60  
NIRE: 41600934041**

---

091

**CLÁUSULA TERCEIRA** – Permanecem inalteradas as demais cláusulas do ato constitutivo primitivo, que não foram modificadas por este instrumento.

Mangueirinha, 20 de março de 2020.

---

*Juan Gabriel Edler Pacheco*





## ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF	Nome
03227225948	JUAN GABRIEL EDLER PACHECO

CERTIFICO O REGISTRO EM 23/03/2020 15:14 SOB N° 20200934074.  
PROTOCOLO: 200934074 DE 23/03/2020. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
12001341235. NIRE: 41600934041.  
JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
SECRETÁRIO-GERAL  
CURITIBA, 23/03/2020  
[www.empresafacil.pr.gov.br](http://www.empresafacil.pr.gov.br)



**2ª ALTERAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO  
JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI  
CNPJ: 34.786.607/0001-60  
NIRE: 41600934041**

093

**JUAN GABRIEL EDLER PACHECO**, brasileiro, solteiro, nascido em 29/04/1979, engenheiro agrônomo, inscrito no CPF sob nº 032.272.259-48, Carteira Nacional de Habilitação nº 01651422129, órgão expedidor DETRAN/PR, residente e domiciliado na Rua Dom Pedro II, nº 970, Centro, na cidade de Mangueirinha, PR, CEP 85540-000.

Único titular da empresa **JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI**, com sede na Rua Duque de Caxias, nº 597, Centro, na cidade de Mangueirinha, PR, CEP 85540-000, registrada na Junta Comercial do Estado de Paraná sob o nº 41600934041, por despacho em sessão de 06/09/2019, inscrita no CNPJ sob o nº 34.786.607/0001-60, **RESOLVE**, de comum acordo e na melhor forma de direito, modificar o ato constitutivo, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – A atividade econômica que é Serviços de engenharia (7112/0/00); Cursos profissionalizantes (8599-6/99); Serviços de Agronomia (7490-1/03); Atividades de assessoria e consultoria técnica (7490-1/99); Educação profissional de nível técnico (8541-4/00); Serviços de desinsetização e limpeza (8122-2/00); Comércio varejista de madeira plastificada e outros materiais de construção (4744-0/05); Comércio varejista de artigos de madeira plastificada para habitação (4759-8/99); e Limpeza de caixas d'água (8129-0/00), a partir desta data passa a ser de: **Serviços de engenharia (7112/0/00); Cursos profissionalizantes (8599-6/99); Serviços de Agronomia (7490-1/03); Atividades de assessoria e consultoria técnica (7490-1/99); Educação profissional de nível técnico (8541-4/00); Serviços de desinsetização e limpeza (8122-2/00); Comércio varejista de madeira plastificada e outros materiais de construção (4744-0/05); Comércio varejista de artigos de madeira plastificada para habitação (4759-8/99); Limpeza de caixas d'água (8129-0/00); e Serviços de apoio administrativo e financeiro (8211-3/00).**



**2ª ALTERAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO  
JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI  
CNPJ: 34.786.607/0001-60  
NIRE: 41600934041**

---

094

**CLÁUSULA SEGUNDA** – Permanecem inalteradas as demais cláusulas do ato constitutivo primitivo, que não foram modificadas por este instrumento.

Mangueirinha, 17 de agosto de 2020.

---

*Juan Gabriel Edler Pacheco*





## ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF	Nome
03227225948	JUAN GABRIEL EDLER PACHECO



CERTIFICO O REGISTRO EM 05/10/2020 16:35 SOB N° 20204769650.  
PROTOCOLO: 204769850 DE 01/10/2020.  
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12004748573. CNPJ DA SEDE: 34786607000160.  
NIRE: 41600934041. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 05/10/2020.  
JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI

ERANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
SECRETÁRIO-GERAL  
[www.empresafacil.pr.gov.br](http://www.empresafacil.pr.gov.br)



**3ª ALTERAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO  
JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI  
CNPJ: 34.786.607/0001-60  
NIRE: 41600934041**

---

096

**JUAN GABRIEL EDLER PACHECO**, brasileiro, solteiro, nascido em 29/04/1979, engenheiro agrônomo, inscrito no CPF sob nº 032.272.259-48, Carteira Nacional de Habilitação nº 01651422129, órgão expedidor DETRAN/PR, residente e domiciliado na Rua Dom Pedro II, nº 970, Centro, na cidade de Mangueirinha, PR, CEP 85540-000.

Único titular da empresa **JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI**, com sede na Rua Duque de Caxias, nº 597, Centro, na cidade de Mangueirinha, PR, CEP 85540-000, registrada na Junta Comercial do Estado de Paraná sob o nº 41600934041, por despacho em sessão de 06/09/2019, inscrita no CNPJ sob o nº 34.786.607/0001-60, **RESOLVE**, de comum acordo e na melhor forma de direito, modificar o ato constitutivo, e alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – A atividade econômica que é de Serviços de engenharia (7112/0/00); Cursos profissionalizantes (8599-6/99); Serviços de Agronomia (7490-1/03); Atividades de assessoria e consultoria técnica (7490-1/99); Educação profissional de nível técnico (8541-4/00); Serviços de desinsetização e limpeza (8122-2/00); Comércio varejista de madeira plastificada e outros materiais de construção (4744-0/05); Comércio varejista de artigos de madeira plastificada para habitação (4759-8/99); Limpeza de caixas d'água (8129-0/00); e Serviços de apoio administrativo e financeiro (8211-3/00), a partir desta data passa a ser de: **Serviços de engenharia (7112/0/00); Cursos profissionalizantes (8599-6/99); Serviços de Agronomia (7490-1/03); Atividades de assessoria e consultoria técnica (7490-1/99); Educação profissional de nível técnico (8541-4/00); Serviços de desinsetização, limpeza, sanitização e desinfecção de ambientes contra bactérias, vírus e demais micro-organismos causadores de patologias (8122-2/00); Comércio varejista de madeira plastificada e outros materiais de construção (4744-0/05); Comércio varejista de artigos de madeira plastificada para habitação (4759-8/99); Limpeza de caixas d'água (8129-0/00); Serviços de apoio**



**3ª ALTERAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO  
JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI  
CNPJ: 34.786.607/0001-60  
NIRE: 41600934041**

097

**administrativo e financeiro (8211-3/00); Serviços de perícia técnica relacionados à segurança do trabalho (7119-7/04).**

**CLÁUSULA SEGUNDA** – O capital social que é de R\$ 104.500,00 (cento e quatro mil e quinhentos reais), totalmente integralizado, é aumentado em R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), mediante integralização deste montante pelo titular, neste ato, em moeda corrente nacional, passando o capital social a ser de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais).

<b>Sócio</b>	<b>Nº de Quotas</b>	<b>%</b>	<b>Valor R\$</b>
JUAN GABRIEL EDLER PACHECO	110.000	100	110.000,00

**CLÁUSULA TERCEIRA** – Permanecem inalteradas as demais cláusulas do ato constitutivo primitivo e demais alterações, que não foram modificadas por este instrumento.

Mangueirinha, 26 de maio de 2021.

JUAN GABRIEL  
EDLER  
PACHECO:0322722  
5948

Assinado de forma digital  
por JUAN GABRIEL EDLER  
PACHECO:03227225948  
Dados: 2021.06.17  
15:38:28 -03'00'

*Juan Gabriel Edler Pacheco*





## ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF	Nome
03227225948	JUAN GABRIEL EDLER PACHECO



CERTIFICO O REGISTRO EM 09/06/2021 13:57 SOB N° 20213615339.  
PROTOCOLO: 213615339 DE 09/06/2021.  
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12104038819. CNPJ DA SEDE: 34786507300160.  
NIRE: 41600934041. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 09/06/2021.  
JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
SECRETÁRIO-GERAL  
[www.empresafacil.pr.gov.br](http://www.empresafacil.pr.gov.br)





**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>34.786.607/0001-60</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>	DATA DE ABERTURA <b>06/09/2019</b>
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL <b>JUAN GABRIEL EDLER PACHECO LTDA</b>
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****	PORTE <b>ME</b>
---	--------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>71.12-0-00 - Serviços de engenharia</b>
---

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>47.44-0-05 - Comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente</b> <b>47.59-8-99 - Comércio varejista de outros artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente</b> <b>71.19-7-04 - Serviços de perícia técnica relacionados à segurança do trabalho</b> <b>74.90-1-03 - Serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias</b> <b>74.90-1-99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente</b> <b>81.22-2-00 - Imunização e controle de pragas urbanas</b> <b>81.29-0-00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente</b> <b>82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo</b> <b>85.41-4-00 - Educação profissional de nível técnico</b> <b>85.99-6-99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente</b>
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b>
---

LOGRADOURO <b>R DUQUE DE CAXIAS</b>	NÚMERO <b>597</b>	COMPLEMENTO *****
--	----------------------	----------------------

CEP <b>85.540-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>MANGUEIRINHA</b>	UF <b>PR</b>
--------------------------	----------------------------------	----------------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>CONTABIL@KLENCONTABILIDADE.COM</b>	TELEFONE <b>(46) 3232-3274</b>
--	-----------------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>06/09/2019</b>
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL
------------------------------

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 22/07/2024 às 09:47:41 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: JUAN GABRIEL EDLER PACHECO LTDA**  
**CNPJ: 34.786.607/0001-60**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 10:47:13 do dia 21/03/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 17/09/2024.

Código de controle da certidão: **9C22.AFF1.53E6.C3BD**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





Estado do Paraná  
Secretaria de Estado da Fazenda  
Receita Estadual do Paraná

101

**Certidão Negativa**  
de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual  
Nº 033945924-68

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **34.786.607/0001-60**  
Nome: **JUAN GABRIEL EDLER PACHECO LTDA**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

**Válida até 31/10/2024 - Fornecimento Gratuito**

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet  
[www.fazenda.pr.gov.br](http://www.fazenda.pr.gov.br)





## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Nome / Razão Social

JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI CNPJ: 34786607000160

Aviso

Sem débitos pendentes até a presente data.

Comprovação Junto à

Finalidade

Mensagem

Certificamos que até a presente data não constam débitos tributários relativos à inscrição abaixo caracterizada.

A Fazenda Municipal se reserva o direito de cobrar débitos que venham a ser constatados, mesmo se referentes a períodos compreendidos nesta certidão.

Código de Controle

CWOCGPYASOJILQF1

A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado.  
<https://www.mangueirinha.pr.gov.br/>

Mangueirinha (PR), 03 de Julho de 2024



[Voltar](#)[Imprimir](#)

### Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 34.786.607/0001-60  
**Razão Social:** JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI  
**Endereço:** R DUQUE DE CAXIAS / CENTRO / MANGUEIRINHA / PR / 85540-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 10/07/2024 a 08/08/2024

**Certificação Número:** 2024071010055395620145

Informação obtida em 22/07/2024 09:50:53

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: JUAN GABRIEL EDLER PACHECO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)  
CNPJ: 34.786.607/0001-60  
Certidão n°: 42620337/2024  
Expedição: 17/06/2024, às 17:08:22  
Validade: 14/12/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que JUAN GABRIEL EDLER PACHECO LTDA (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o n° 34.786.607/0001-60, NÃO CONSTA como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ  
Secretaria do Ofício Distribuidor e Anexos de MANGUEIRINHA

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO – FINS GERAIS – CÍVEIS – FALÊNCIA – NEGATIVA

Certifico que revendo os livros, sistemas e arquivos de distribuição CÍVEIS, especificamente: FALÊNCIA, CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL desta Secretaria, verifiquei NÃO CONSTAR nenhum registro em andamento contra:

JUAN GABRIEL EDLER PACHECO - EIRELI

CNPJ: 34.786.607/0001-60

Local da Sede:

Orientações:

Esta certidão NÃO APONTA ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome pesquisado figura como Autor(a). São apontados os feitos em tramitação cadastrados no Sistema Informatizado referente à comarca de MANGUEIRINHA. Não existe qualquer conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais.

Considera-se NEGATIVA a certidão que aponta somente homônimos não qualificados, nos termos do art. 8º, §2º da Resolução CNJ 121/2010.

A presente certidão menciona somente o registro de distribuição, para dados complementares do procedimento, deve-se dirigir até a Secretaria para onde foi distribuído e solicitar uma CERTIDÃO DE OBJETO E PÉ.

A Busca de MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL e EMPRESÁRIO INDIVIDUAL abrange também a pessoa física.

CELSON CHRISTIAN Assinado de forma digital por  
CELSON CHRISTIAN STEVENS.10537  
Data: 2024.07.22 14:15:30 -03'00'  
STEVENS:10537

MANGUEIRINHA, 22 de julho de 2024.

CELSON CHRISTIAN STEVENS  
Distribuidor







Governo do Estado do Paraná  
Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços  
Junta Comercial do Estado do Paraná



## CERTIDÃO SIMPLIFICADA

### Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados  
nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: JUAN GABRIEL EDLER PACHECO LTDA			Protocolo: PROC2421612033	
NIRE : 41600934041 Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada				
NIRE (Sede) 41600934041	CNPJ 34.786.607/0001-60	Data de Ato Constitutivo 06/09/2019	Início de Atividade 03/09/2019	
<b>Endereço Completo</b> Rua DUQUE DE CAXIAS, Nº 597, CENTRO - Mangueirinha/PR - CEP 85540-000				
<b>Objeto Social</b> SERVICOS DE ENGENHARIA CURSOS PROFISSIONALIZANTES SERVICOS DE AGRONOMIA ATIVIDADES DE ASSESSORIA E CONSULTORIA TECNICA EDUCACAO PROFISSIONAL DE NIVEL TECNICO SERVICOS DE DESINSETIZACAO, LIMPEZA, SANITIZACAO E DESINFECCAO DE AMBIENTES CONTRA BACTERIAS, VIRUS E DEMAIS MICRO-ORGANISMOS CAUSADORES DE PATOLOGIAS COMERCIO VAREJISTA DE MADEIRA PLASTIFICADA E OUTROS MATERIAIS DE CONSTRUCAO COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE MADEIRA PLASTIFICADA PARA HABITACAO LIMPEZA DE CAIXAS D'AGUA SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO E SERVICOS DE PERICIA TECNICA RELACIONADOS A SEGURANCA DO TRABALHO.				
<b>Capital Social</b> R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais)		<b>Porte</b> ME (Microempresa)		<b>Prazo de Duração</b> Indeterminado
<b>Capital Integralizado</b> R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais)				
<b>Dados do Sócio</b>				
Nome JUAN GABRIEL EDLER PACHECO	CPF/CNPJ 032.272.259-48	Participação no capital R\$ 110.000,00	Espécie de sócio Sócio	Administrador S
Término do mandato Indeterminado				
<b>Dados do Administrador</b>				
Nome JUAN GABRIEL EDLER PACHECO		CPF 032.272.259-48	Término do mandato Indeterminado	
<b>Último Arquivamento</b>				
Data 09/12/2022	Número T4160093404	Ato/eventos 904 / 046 - TRANSFORMACAO		Situação ATIVA Status XXXXX

Esta certidão foi emitida automaticamente em 03/07/2024, às 16:04:33 (horário de Brasília).

Se impressa, verificar sua autenticidade no <https://www.empresafacil.pr.gov.br>, com o código OYEUGS1P.

Em caso de divergência de dados, solicitar a correção através do "Fale Conosco" (<https://www.juntacomercial.pr.gov.br/webservices/jucepar/faleconosco>) no prazo de 30 dias da emissão deste documento.

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
Secretário(a) Geral





## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Declaramos, por meio deste e para os devidos fins legais de direito, que a empresa Dex Desinsetizadora contratada e mais abaixo qualificada executou os serviços abaixo discriminados de maneira satisfatória, cumprindo com todas as suas responsabilidades não restando nada que o desabone.

Tecnicamente atestamos ainda que os serviços descritos se encontram concluídos e atendem às especificações e exigências de acordo com o projeto, memorial descritivo e normas técnicas de forma criteriosa e satisfatório.

### CONTRATANTE EMITENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL: Prefeitura de Mangueirinha/PR CNPJ: 77774867000129

ENDEREÇO: Praça Francisco Assis Reis Nº 1060 CENTRO

REPRESENTANTE LEGAL: Elidio Zimmermann de Moraes CPF: 214.272.169-91

### CONTRATO

OBJETO: IMUNIZAÇÃO, DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS URBANAS, HIGIENIZAÇÃO E LIMPEZA DE CAIXAS D'ÁGUA.

LOCAL: AVENIDA IGUAÇU, Nº 384, CENTRO MANGUEIRINHA-PR CEP: 85540.000

### CONTRATADO

NOME/RAZÃO SOCIAL: JUAN GABRIEL EDLER PACHECO – EIRELI CREA: 71736

C.N.P.J: 34.786.607/0001-60

RESPONSÁVEL TÉCNICO: JUAN GABRIEL EDLER PACHECO CREA: 5062496736/D

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS		
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UN. QUANTIDADE
	IMUNIZAÇÃO, DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS URBANAS, HIGIENIZAÇÃO E LIMPEZA DE CAIXAS D'ÁGUA	SERV. 1

Era o que tínhamos a atestar.

*Tereza A. Moraes*  
Secretaria de Educação de Mangueirinha/PR

Tereza Adelaide Moraes Costa  
Sec de Educação  
Decreto nº 009/2017 de 02/01/2017





**LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA**

O Instituto Água e Terra, com base na legislação ambiental e demais normas pertinentes, e tendo em vista o contido no expediente protocolado sob o nº 18.108.255-0, concede LAS - Licença Ambiental Simplificada nas condições e restrições abaixo especificadas.

**1. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR**

CPMNJ <b>34.786.607/0001-60</b> RGInscrição Estadual --- Bairro CENTRO	Nome/Razão Social <b>JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI</b> Logradouro e Número DUQUE DE CAXIAS, 597	Município / UF Mangueirinha/PR	CEP 85.540-000
---	--	-----------------------------------	-------------------

**2. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO**

Atividade <b>Prestação de serviços sanitários e fitossanitários</b> Atividade Específica Prestador de serviço de controle fitossanitário e de vetores e pragas urbanas, imunização e controle de pragas urbanas Detalhes da Atividade serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias, imunização e controle de pragas urbanas, etc. Coordenadas UTM (E-N) 381956.8 - 7130421.0 Bacia Hidrográfica Iguaçú	Logradouro e Número Rua Duque de Caxias, 597 Bairro Centro	Município / UF Mangueirinha/PR	CEP 85.540-000
---	---	-----------------------------------	-------------------

**3. CARACTERÍSTICAS DO EMPREENDIMENTO**

**3.1 PRODUTO ARMAZENADO**

Descrição	Quantidade/Dia	Tipo de Armazenamento
armazenagem de agrotóxicos	25,00 unid	Pátio

**3.2 ÁGUA UTILIZADA**

Origem Água	Tipo de Uso	Volume (m³/hora)	Nº Outorga	Coordenadas UTM (E-N)
Aproveitamento de Água da Chuva	Empreendimento	0,01	--	382382.2 - 7130712.25
Rede Pública	Humano	0,01	--	381965.68 - 7130422.41

**3.3 EFLUENTES LÍQUIDOS**

Origem Efluente	Forma Tratamento	Destino Final	Vazão (m³/hora)	Nº Outorga	Coordenadas UTM (E-N)
Efluente de esgoto sanitário	Rede Pública	Rede Pública	0,02	--	381965.68 -

**3.7 RESÍDUOS SÓLIDOS**

Código e Descrição	Quant/Dia	Destino Final
200201 - Resíduos de varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de	0,05 kg	Reutilização/recuperação externa

Obs.: As informações das seções 1, 2 e 3 são de responsabilidade do requerente.

**4. CONDICIONANTES**

- Deverá, obrigatoriamente, ser consultado o município com relação à exigência do licenciamento ambiental a nível municipal, de acordo com a Lei Complementar nº 140/2011.
- A presente licença não contempla aspectos de segurança das instalações, estando restrita a aspectos ambientais.
- Não será permitido qualquer tipo de ocupação, construção e/ou obra em área de preservação permanente.
- Os efluentes líquidos somente poderão ser lançados, direta ou indiretamente, no corpo receptor desde que obedeçam os limites e condições estabelecidos na presente Licença.
- Outros resíduos líquidos, eventualmente gerados, em outras operações e atividades diversas levadas a efeito, de forma permanente ou sazonalmente no local, deverão ser objeto de procedimentos idênticos aos conferidos aos resíduos sólidos, devendo atender a Portaria IAP 212/2019 ou a que venha substituí-la.
- Os critérios adotados para emissão da presente licença poderão ser reformulados e/ou complementados de acordo com o desenvolvimento científico e tecnológico e a necessidade de preservação ambiental.
- Os resíduos sólidos gerados e relacionados à atividade desenvolvida, quaisquer sejam e em qualquer época, com a finalidade de evitar danos ambientais, deverão ser convenientemente armazenados e reutilizados no próprio local e/ou, encaminhados a terceiros para reutilização e/ou destinação final adequada, em empreendimentos e atividades devidamente licenciados por este instituto para a realização dos referidos serviços.
- Será proibido o lançamento de esgoto sanitário bruto e de quaisquer outros resíduos líquidos sem tratamento em galerias de águas pluviais.
- Em caso da existência de Áreas de Preservação Permanente no local, deverá ser rigorosamente observado o que estabelecem sobre a matéria a Legislação vigente.
- As ampliações ou alterações nos processos de produção ou volumes produzidos, ora licenciados, de conformidade com o estabelecido pela Resolução CEMA nº 107, 09 de Setembro de 2020, ensejarão novos licenciamentos, prévio, de instalação e de operação, para a parte ampliada ou alterada.
- Esta Licença foi concedida com base nas informações apresentadas pelo requerente e não dispensa, tão pouco, substitui quaisquer outros Alvarás e/ou Cartões de qualquer natureza a que, eventualmente, esteja sujeita, exigidas pela legislação federal, estadual ou municipal.
- A presente Licença Ambiental Simplificada, em conformidade com o que consta do Artigo 19 da Resolução CONAMA N° 237/97 poderá ser suspensa ou cancelada, na ocorrência de violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais, omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a sua emissão, bem como na superveniência de graves riscos ambientais e de saúde, sendo assim deverão ser apresentados os documentos e atendidos os condicionantes acima estabelecidos, caso contrário, a presente Licença de Operação será cancelada.
- A concessão desta licença não impedirá exigências futuras, decorrentes do avanço tecnológico ou da modificação das condições ambientais, conforme Decreto Estadual 857/79 - Artigo 7º, § 2º.
- O não cumprimento à legislação ambiental vigente sujeitará a empresa e/ou seus representantes, às sanções previstas na Lei Federal 9.605/98, e seus decretos reguladores.
- As emissões atmosféricas deverão atender os padrões de lançamento estabelecidos na Resolução SEMA 016/14.
- Os níveis de pressão sonora (ruídos) decorrentes da atividade desenvolvida no local do empreendimento deverão estar em conformidade com aqueles preconizados pela Resolução CONAMA N.º 001/90.



- 17. Fica proibida a queima a céu aberto de qualquer tipo de material, exceto nos casos definidos no artigo 15 da Resolução SEMA nº016/14.
- 18. A empresa deverá atender a legislação vigente da Secretaria de Saúde do Paraná - SESA e as exigências legais da unidade federativa do Ministério da Saúde / ANVISA.
- 19. As embalagens vazias dos produtos saneantes desinfestantes utilizados deverão ter destinação adequada após a autorização ambiental do Instituto Água e Terra.
- 20. As instalações da empresa especializada são de uso exclusivo, sendo vedada a instalação do estabelecimento operacional em prédio ou edificação de uso coletivo, seja comercial ou residencial, atendendo às legislações relativas à saúde, segurança ao meio ambiente e ao uso e ocupação do solo urbano (Artigo 1º da RDS ANVISA nº 20/2010).
- 21. As instalações operacionais devem dispor de área específicas e adequadas para armazenamento, diluição ou outras manipulações autorizadas para saneantes desinfestantes (artigo 10º da DRC nº 52 de 2009).
- 22. Apresentar na renovação da LAS o PGRS (Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos), conforme Resolução CEMA nº70/2009.
- 23. No caso de destinação final de resíduos sólidos, deverão ser atendidos os requisitos da Portaria IAP 212/2019 e/ou Resolução CEMA 076/2009, observando a necessidade de solicitação de Autorização Ambiental.
- 24. O efluente ou resíduo do tanque de solarização e de evaporação não poderá ser disposto em solo ou lançado em corpo hídrico, devendo ser armazenado e destinado para empreendimentos devidamente licenciados pelo Instituto Água e Terra.
- 25. A presente Licença foi emitida de acordo com o que estabelecem os Artigos 12, § 1º da Resolução Nº 237/97 - CONAMA, e 3º, Inciso IV da Resolução Nº 107/2020 - CEMA, 09 de Setembro de 2020, e aprova a localização e a concepção do empreendimento e, autoriza sua instalação e operação devendo ser observados rigorosamente, durante sua operação, os itens abaixo listados.
- 26. A renovação da presente licença deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, ficando este prazo de validade automaticamente prorrogado até a manifestação do Instituto Água e Terra.
- 27. É de inteira responsabilidade do requerente a implantação e operação do Plano de Controle Ambiental. Deverá observar as seguintes condicionantes, as quais deverão ser obedecidas dentro dos prazos estipulados, e caso contrário, ficando sujeita a sanções da legislação ambiental se não cumpridas:  
**CONDIÇÕES DE VALIDADE: PUBLICAR O COMUNICADO DE RECEBIMENTO DESTA LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO REGIONAL E NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PARANÁ, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE CONCESSÃO DESTA LICENÇA OU DO SEU RECEBIMENTO, DEVENDO SER ENVIADO CÓPIA DAS PUBLICAÇÕES AO INSTITUTO ÁGUA E TERRA.**



Pato Branco, 24 de Setembro de 2021

Esta LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA, tem a validade acima mencionada, devendo em sua renovação ser solicitada ao Instituto Água e Terra com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias. Quaisquer alterações ou expansões nos processos de produção ou volumes produzidos pela indústria e alterações ou expansões no empreendimento, deverão ser licenciados pelo Instituto Água e Terra. Esta LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA deverá ser afixada em local visível.

Assinatura do Representante



Digitally signed by  
 FLAVIA NATÁLIA  
 OSTAPIW.0392.274907  
 Date: 2021.09.24  
 10:15:20 BRT

FLAVIA OSTAPIW  
 Escrivão Regional de Pato Branco





## DECLARAÇÃO

Para  
 Prefeitura Municipal de Coronel Domingos Soares  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2024**

Pelo presente instrumento, a empresa JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI, CNPJ nº 34.786.607/0001-60, com sede na Rua Duque de Caxias, 597, centro, Mangueirinha/PR – CEP 85.540-000, através de seu representante legal infra identificado e assinado, no âmbito do PREGÃO ELETRÔNICO Nº **26/2024**, DECLARA sob as penas da Lei que:

a. não possuímos em nosso quadro permanente de funcionários menores de 18 (dezoito) anos desempenhando trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres ou menores de 16 (dezesseis) anos desempenhando quaisquer trabalhos, salvo se contratados sob condição de aprendizes, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei n.º 9.854/99);

b. (opcional) nos termos do art. 3º, da Lei Complementar nº 123/06, nos enquadrados na situação:

(  ) MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

(  ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

(  ) MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021.

(  ) COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11488/2007.

DECLARA ainda:

Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006;

Que não extrapolou a receita bruta máxima relativa ao enquadramento como empresa de pequeno porte, de que trata o art. 3º, II da Lei Complementar nº 123, de 2006, em relação aos valores dos contratos celebrados com a Administração Pública no ano-calendário de realização da licitação.

c. Declaramos, também, que como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), deveremos fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

1.1. aqueles inerentes a documentos de identificação;

1.2. referentes a participações societárias;



- 1.3. informações inseridas em contratos sociais;
- 1.4. endereços físicos e eletrônicos;
- 1.5. estado civil;
- 1.6. eventuais informações sobre cônjuges;
- 1.7. relações de parentesco;
- 1.8. número de telefone;
- 1.9. sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
- 1.10. informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.

2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.

3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

(X) Declaramos que não fomos declaradas inidôneas para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta federal, estadual, municipal ou distrital, tendo por fundamento o art. 87, IV, da Lei nº 8.666/1993 ou o art. 156, IV, da Lei nº 14.133/2021;

(X) Declaramos que não estamos impedidas de licitar e contratar com o Município de Coronel Domingos Soares/PR nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002 e/ou do art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021;

(X) Declaramos que não fomos punidas com a suspensão do direito de licitar ou contratar com o Município de Coronel Domingos Soares/PR /PR, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/1993;

(X) Declaramos que não estamos elencados nos dispostos do Art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

(X) Declaramos que não estamos em processo de dissolução ou liquidação.

(X) Declaramos que não respondemos por prática de ato de improbidade administrativa, e o nosso(a) o sócio(a) majoritário não está proibido(a) de contratar com o poder público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;

(X) Comprometo-me a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

(X) Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a) JUAN GABRIEL EDLER PACHECO, Portador(a)



do RG sob nº 31676053 SESP/PR e CPF nº 032.272.259-48, cuja função/cargo é PROPRIETARIO, (sócio administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura do contrato.

(X) Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que o Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço: E-mail: dexdesinsetizadora@hotmail.com Telefone: (46) 98812-2989

(X) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

(X) Nomeamos e constituímos o senhor(a) JUAN GABRIEL EDLER PACHECO, portador(a) do CPF/MF sob n.º 032.272.259-48, para ser o(a) responsável para acompanhar a execução do contrato, referente ao **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2024 – PMM** e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos.

Mangueirinha/PR, 23 de julho de 2024.

JUAN GABRIEL EDLER PACHECO  
Assinado de forma digital por JUAN GABRIEL EDLER PACHECO  
LTDA:34786607000160  
Dados: 2024.07.22 10:02:31 -03'00'

---

JUAN GABRIEL EDLER PACHECO  
CPF: 032.272.259-48  
RG: 31676053 SESP PR  
Juan Gabriel Edler Pacheco Eireli  
CNPJ: 34.786.607/0001-60



MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES  
CORONEL DOMINGOS SOARES-PR

**ATA DE SESSÃO - ADJUDICAÇÃO - Parte 1 de 1**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2024**  
Processo Administrativo Nº 77/2024  
Tipo: AQUISIÇÃO  
PREGOEIRO: FERNANDA ROBERTA DA ROSA  
Data de Publicação: 08/07/2024 11:40:23

**MOVIMENTOS DO PROCESSO**

10/07/2024 07:23:00	CADASTRO DE PROPOSTA	PROTECTOR CONTROLE DE PRAGAS URBANAS LTDA
15/07/2024 18:03:31	CADASTRO DE PROPOSTA	MULT SERV SOLUÇÃO EM TERCEIRIZAÇÃO LTDA
17/07/2024 14:37:30	CADASTRO DE PROPOSTA	VANDERLEI PORTELLA
22/07/2024 11:08:43	CADASTRO DE PROPOSTA	VALTER JOSE DUARTE IMUNIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS
22/07/2024 11:54:25	ALTERAÇÃO DE PROPOSTA	VALTER JOSE DUARTE IMUNIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS
22/07/2024 14:11:26	CADASTRO DE PROPOSTA	SECO AMBIENTAL, SERVICOS, PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA
22/07/2024 14:35:11	ALTERAÇÃO DE PROPOSTA	SECO AMBIENTAL, SERVICOS, PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA
22/07/2024 14:36:51	CADASTRO DE PROPOSTA	CMP COM. DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA
22/07/2024 14:53:58	CADASTRO DE PROPOSTA	JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI
22/07/2024 14:58:57	CADASTRO DE PROPOSTA	MODELO DEDETIZAÇÃO LTDA
22/07/2024 16:18:13	ALTERAÇÃO DE PROPOSTA	MODELO DEDETIZAÇÃO LTDA
23/07/2024 11:00:48	MENSAGEM	PREGOEIRO
Bom dia, vamos dar início a disputa.		
23/07/2024 11:18:15	MENSAGEM	PREGOEIRO
O condutor alterou o horário limite para envio de documentos complementares para 23/07/2024 14:18:14		
23/07/2024 11:18:31	MENSAGEM	PREGOEIRO
A empresa JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI tem até as 14:18 para adicionar a proposta atualizada e eventualmente documentos faltantes solicitados no Edital.		
23/07/2024 11:51:47	MENSAGEM	PREGOEIRO
O participante JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI adicionou o arquivo 5fbe1245112346469f0591cd6ea069a2.pdf aos documentos complementares.		
23/07/2024 11:52:12	MENSAGEM	PREGOEIRO
O participante JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI adicionou o arquivo 92fd9886daf3437db11d5a6aa32fb7af.pdf aos documentos complementares.		
23/07/2024 11:52:22	MENSAGEM	PREGOEIRO
O participante JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI removeu o arquivo 5fbe1245112346469f0591cd6ea069a2.pdf dos documentos complementares.		
23/07/2024 11:52:44	MENSAGEM	PREGOEIRO
O participante JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI adicionou o arquivo b907e07a5d654eef8b83e82164ce0093.pdf aos documentos complementares.		

**LOTE 1 - ADJUDICADO**  
Lote 001

**VALORES UNITÁRIOS FINAIS**

Item: 1	Unidade: M2	Marca: Serviço	Modelo:
Descrição: Prestacao de servicos de dedetizacao desratizacao descupinizacao desintetizacao dos ambientes para repelir ou eliminar insetos como aranhas escorpiones e moscas desalojamento de aves e morcegos higienizacao e incineracao de ninhos nas areas internas e externas remocao de dejetos de aves e morcegos inclusive fezes na Unidade Basica de Saude Chopim com area de 100m² distancia de 18 km da sede			
Quantidade: 200		Valor Unit.: 0,626	Valor Total: 125,20



**MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES  
CORONEL DOMINGOS SOARES-PR**

<b>Item: 2</b>	Unidade: M2	Marca: Serviço	Modelo:
Descrição: Prestacao de servicos de dedetizacao desratizacao descupinizacao desintetizacao dos ambientes para repelir ou eliminar insetos como aranhas escorpiones e moscas desalojamento de aves e morcegos higienizacao e incineracao de ninhos nas areas internas e externas remocao de dejetos de aves e morcegos inclusive fezes na Unidade Basica de Saude Iratim com area de 100m <sup>2</sup> distancia de 30 km da sede			
Quantidade: 200	<b>Valor Unit.: 0,626</b>	<b>Valor Total: 125,20</b>	
<b>Item: 3</b>	Unidade: M2	Marca: Serviço	Modelo:
Descrição: Prestacao de servicos de dedetizacao desratizacao descupinizacao desintetizacao dos ambientes para repelir ou eliminar insetos como aranhas escorpiones e moscas desalojamento de aves e morcegos higienizacao e incineracao de ninhos nas areas internas e externas remocao de dejetos de aves e morcegos inclusive fezes na Unidade Basica de Saude Marcon com area de 100m <sup>2</sup> distancia de 42 km da sede			
Quantidade: 200	<b>Valor Unit.: 0,6419</b>	<b>Valor Total: 128,38</b>	
<b>Item: 4</b>	Unidade: M2	Marca: Serviço	Modelo:
Descrição: Prestacao de servicos de dedetizacao desratizacao descupinizacao desintetizacao dos ambientes para repelir ou eliminar insetos como aranhas escorpiones e moscas desalojamento de aves e morcegos higienizacao e incineracao de ninhos nas areas internas e externas remocao de dejetos de aves e morcegos inclusive fezes na Unidade Basica de Saude Pedregulho com area de 100m <sup>2</sup> distancia de 33 km da sede			
Quantidade: 200	<b>Valor Unit.: 0,626</b>	<b>Valor Total: 125,20</b>	
<b>Item: 5</b>	Unidade: M2	Marca: Serviço	Modelo:
Descrição: Prestacao de servicos de dedetizacao desratizacao descupinizacao desintetizacao dos ambientes para repelir ou eliminar insetos como aranhas escorpiones e moscas desalojamento de aves e morcegos higienizacao e incineracao de ninhos nas areas internas e externas remocao de dejetos de aves e morcegos inclusive fezes na Unidade Basica de Saude Zugman com area de 100m <sup>2</sup> distancia de 25 km da sede			
Quantidade: 200	<b>Valor Unit.: 0,626</b>	<b>Valor Total: 125,20</b>	
<b>Item: 6</b>	Unidade: M2	Marca: Serviço	Modelo:
Descrição: Prestacao de servicos de dedetizacao desratizacao descupinizacao desintetizacao dos ambientes para repelir ou eliminar insetos como aranhas escorpiones e moscas desalojamento de aves e morcegos higienizacao e incineracao de ninhos nas areas internas e externas remocao de dejetos de aves e morcegos inclusive fezes na Unidade de Saude Central com area de 1.090m <sup>2</sup>			
Quantidade: 2.180	<b>Valor Unit.: 0,626</b>	<b>Valor Total: 1.364,68</b>	

**CLASSIFICAÇÃO**

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI	147	34.786.607/0001-60	6.201,00	1.993,86		Sim
2 PROTECTOR CONTROLE DE PRAGAS	005	54.511.354/0001-20	6.296,40	1.995,00	0,06	Sim
3 CMP COM. DE PRODUTOS DE LIMPEZA	048	04.185.076/0001-90	6.296,40	2.385,00	19,55	Sim
4 SECO AMBIENTAL, SERVICOS,	049	33.614.013/0001-00	6.296,40	5.351,94	124,40	Sim
5 MODELO DEDETIZAÇÃO LTDA	130	28.782.161/0001-01	6.296,40	6.199,98	15,85	Sim
6 VANDERLEI PORTELLA	027	27.335.218/0001-53	6.296,40	6.296,40	1,56	Sim
7 MULT SERV SOLUÇÃO EM	035	40.909.560/0001-88	6.296,40	6.296,40	0,00	Sim
8 VALTER JOSE DUARTE IMUNIZAÇÃO E	013	18.850.814/0001-80	6.296,40	6.296,40	0,00	Sim

**DESCLASSIFICADOS**

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	---------	----

**INABILITADOS**

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	---------	----

**MOVIMENTOS DO LOTE**

08/07/2024 11:40:23	<b>PUBLICADO</b>				
09/07/2024 08:00:00	<b>RECEPÇÃO DE PROPOSTAS</b>				
23/07/2024 10:30:00	<b>ANÁLISE DE PROPOSTAS</b>				
23/07/2024 11:00:16	<b>DISPUTA</b>				
23/07/2024 11:00:16	<b>LANCE</b>	MULT SERV SOLUÇÃO EM TERCEIRIZAÇÃO LTDA (PARTICIPANTE 035)			<b>6.296,40</b>
23/07/2024 11:00:16	<b>LANCE</b>	VANDERLEI PORTELLA (PARTICIPANTE 027)			<b>6.296,40</b>
23/07/2024 11:00:16	<b>LANCE</b>	VALTER JOSE DUARTE IMUNIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS			<b>6.296,40</b>



**MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES  
CORONEL DOMINGOS SOARES-PR**

23/07/2024 11:00:16	LANCE	SECO AMBIENTAL, SERVICOS, PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA	6.296,40
23/07/2024 11:00:16	LANCE	MODELO DEDETIÇÃO LTDA (PARTICIPANTE 130)	6.296,40
23/07/2024 11:00:16	LANCE	CMP COM. DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (PARTICIPANTE 048)	6.296,40
23/07/2024 11:00:16	LANCE	PROTECTOR CONTROLE DE PRAGAS URBANAS LTDA (PARTICIPANTE	6.296,40
23/07/2024 11:00:16	LANCE	JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI (PARTICIPANTE 147)	6.201,00
23/07/2024 11:00:37	LANCE	MODELO DEDETIÇÃO LTDA (PARTICIPANTE 130)	6.200,99
23/07/2024 11:01:17	LANCE	PROTECTOR CONTROLE DE PRAGAS URBANAS LTDA (PARTICIPANTE	6.000,00
23/07/2024 11:01:17	LANCE	JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI (PARTICIPANTE 147)	6.199,99
23/07/2024 11:01:19	LANCE	MODELO DEDETIÇÃO LTDA (PARTICIPANTE 130)	6.199,98
23/07/2024 11:01:33	LANCE	JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI (PARTICIPANTE 147)	5.999,99
23/07/2024 11:01:47	LANCE	PROTECTOR CONTROLE DE PRAGAS URBANAS LTDA (PARTICIPANTE	5.500,00
23/07/2024 11:02:07	LANCE	JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI (PARTICIPANTE 147)	5.499,99
23/07/2024 11:02:23	LANCE	PROTECTOR CONTROLE DE PRAGAS URBANAS LTDA (PARTICIPANTE	5.000,00
23/07/2024 11:02:35	LANCE	JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI (PARTICIPANTE 147)	4.999,99
23/07/2024 11:02:44	LANCE	PROTECTOR CONTROLE DE PRAGAS URBANAS LTDA (PARTICIPANTE	4.980,00
23/07/2024 11:02:59	LANCE	JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI (PARTICIPANTE 147)	4.979,99
23/07/2024 11:03:08	LANCE	PROTECTOR CONTROLE DE PRAGAS URBANAS LTDA (PARTICIPANTE	4.900,00
23/07/2024 11:03:17	LANCE	JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI (PARTICIPANTE 147)	4.899,99
23/07/2024 11:03:32	LANCE	SECO AMBIENTAL, SERVICOS, PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA	5.351,94
23/07/2024 11:03:52	LANCE	PROTECTOR CONTROLE DE PRAGAS URBANAS LTDA (PARTICIPANTE	4.850,00
23/07/2024 11:04:03	LANCE	JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI (PARTICIPANTE 147)	2.849,99
23/07/2024 11:04:13	LANCE	PROTECTOR CONTROLE DE PRAGAS URBANAS LTDA (PARTICIPANTE	2.840,00
23/07/2024 11:05:15	LANCE	JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI (PARTICIPANTE 147)	2.839,99
23/07/2024 11:05:35	LANCE	PROTECTOR CONTROLE DE PRAGAS URBANAS LTDA (PARTICIPANTE	2.800,00
23/07/2024 11:05:44	LANCE	JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI (PARTICIPANTE 147)	2.799,99
23/07/2024 11:05:53	LANCE	PROTECTOR CONTROLE DE PRAGAS URBANAS LTDA (PARTICIPANTE	2.700,00
23/07/2024 11:06:02	LANCE	JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI (PARTICIPANTE 147)	2.699,99
23/07/2024 11:06:10	LANCE	PROTECTOR CONTROLE DE PRAGAS URBANAS LTDA (PARTICIPANTE	2.650,00
23/07/2024 11:06:18	LANCE	JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI (PARTICIPANTE 147)	2.649,99
23/07/2024 11:06:33	LANCE	PROTECTOR CONTROLE DE PRAGAS URBANAS LTDA (PARTICIPANTE	2.640,00
23/07/2024 11:06:44	LANCE	JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI (PARTICIPANTE 147)	2.639,99
23/07/2024 11:06:55	LANCE	PROTECTOR CONTROLE DE PRAGAS URBANAS LTDA (PARTICIPANTE	2.620,00
23/07/2024 11:07:05	LANCE	JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI (PARTICIPANTE 147)	2.619,99
23/07/2024 11:07:13	LANCE	PROTECTOR CONTROLE DE PRAGAS URBANAS LTDA (PARTICIPANTE	2.610,00
23/07/2024 11:07:22	LANCE	JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI (PARTICIPANTE 147)	2.609,99
23/07/2024 11:07:32	LANCE	PROTECTOR CONTROLE DE PRAGAS URBANAS LTDA (PARTICIPANTE	2.500,00
23/07/2024 11:07:39	LANCE	JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI (PARTICIPANTE 147)	2.499,99
23/07/2024 11:07:47	LANCE	PROTECTOR CONTROLE DE PRAGAS URBANAS LTDA (PARTICIPANTE	2.400,00
23/07/2024 11:07:55	LANCE	JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI (PARTICIPANTE 147)	2.399,99
23/07/2024 11:08:05	LANCE	PROTECTOR CONTROLE DE PRAGAS URBANAS LTDA (PARTICIPANTE	2.380,00
23/07/2024 11:08:13	LANCE	JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI (PARTICIPANTE 147)	2.379,99
23/07/2024 11:08:22	LANCE	PROTECTOR CONTROLE DE PRAGAS URBANAS LTDA (PARTICIPANTE	2.350,00
23/07/2024 11:08:22	<b>PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA</b>		
23/07/2024 11:08:30	LANCE	JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI (PARTICIPANTE 147)	2.349,99



**MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES  
CORONEL DOMINGOS SOARES-PR**

23/07/2024 11:08:45	LANCE	PROTECTOR CONTROLE DE PRAGAS URBANAS LTDA (PARTICIPANTE	2.320,00
23/07/2024 11:08:57	LANCE	JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI (PARTICIPANTE 147)	2.319,99
23/07/2024 11:09:05	LANCE	PROTECTOR CONTROLE DE PRAGAS URBANAS LTDA (PARTICIPANTE	2.318,00
23/07/2024 11:09:18	LANCE	JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI (PARTICIPANTE 147)	2.317,99
23/07/2024 11:09:31	LANCE	PROTECTOR CONTROLE DE PRAGAS URBANAS LTDA (PARTICIPANTE	2.315,00
23/07/2024 11:09:42	LANCE	JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI (PARTICIPANTE 147)	2.314,99
23/07/2024 11:09:50	LANCE	PROTECTOR CONTROLE DE PRAGAS URBANAS LTDA (PARTICIPANTE	2.300,00
23/07/2024 11:09:57	LANCE	JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI (PARTICIPANTE 147)	2.299,99
23/07/2024 11:10:10	LANCE	PROTECTOR CONTROLE DE PRAGAS URBANAS LTDA (PARTICIPANTE	2.200,00
23/07/2024 11:10:18	LANCE	JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI (PARTICIPANTE 147)	2.199,99
23/07/2024 11:10:28	LANCE	PROTECTOR CONTROLE DE PRAGAS URBANAS LTDA (PARTICIPANTE	2.197,00
23/07/2024 11:10:41	LANCE	JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI (PARTICIPANTE 147)	2.196,99
23/07/2024 11:10:54	LANCE	PROTECTOR CONTROLE DE PRAGAS URBANAS LTDA (PARTICIPANTE	2.195,00
23/07/2024 11:11:08	LANCE	JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI (PARTICIPANTE 147)	2.194,00
23/07/2024 11:11:19	LANCE	PROTECTOR CONTROLE DE PRAGAS URBANAS LTDA (PARTICIPANTE	2.100,00
23/07/2024 11:11:28	LANCE	JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI (PARTICIPANTE 147)	2.099,00
23/07/2024 11:11:48	LANCE	PROTECTOR CONTROLE DE PRAGAS URBANAS LTDA (PARTICIPANTE	2.000,00
23/07/2024 11:12:08	LANCE	JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI (PARTICIPANTE 147)	1.999,00
23/07/2024 11:13:39	LANCE	PROTECTOR CONTROLE DE PRAGAS URBANAS LTDA (PARTICIPANTE	1.995,00
23/07/2024 11:14:15	LANCE	JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI (PARTICIPANTE 147)	1.994,99
23/07/2024 11:14:50	LANCE	CMP COM. DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (PARTICIPANTE 048)	2.385,00
23/07/2024 11:16:50	NOTIFICAÇÃO	SISTEMA	
<p>Alguns participantes do lote ofertaram valores iguais de proposta/lance. O sorteio foi realizado entre os participantes: PARTICIPANTE 027, PARTICIPANTE 035, PARTICIPANTE 013 que apresentaram o valor de 6,296.40.</p>			
23/07/2024 11:16:51	NOTIFICAÇÃO	SISTEMA	
<p>O detentor da melhor oferta deve verificar e readequar seus valores unitários para este lote.</p>			
23/07/2024 11:16:51	NOTIFICAÇÃO	SISTEMA	
<p>O detentor da melhor oferta da etapa de lances é JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI</p>			
23/07/2024 11:16:51	HABILITAÇÃO		
23/07/2024 11:24:14	MENSAGEM	PREGOEIRO	
<p>PARA PARTICIPANTE 147: Bom dia, favor anexar juntamente com a proposta atualizada, a Licença Municipal de Operação Ambiental, solicitada no item 1.4.2. no Anexo II do Edital.</p>			
23/07/2024 11:37:08	MENSAGEM	JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI (PARTICIPANTE 147)	
<p>Bom dia Sr. Pregoeiro, anexarei juntamente com a proposta atualizada. Obrigada.</p>			
23/07/2024 11:57:22	MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS		
23/07/2024 12:27:22	EM ADJUDICAÇÃO		
23/07/2024 13:50:46	MENSAGEM	PREGOEIRO	
<p>PARA PARTICIPANTE 147: Você inclui por gentileza os valores unitários do Lote 01 para eu adjudicar você.</p>			
23/07/2024 14:02:59	MENSAGEM	JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI (PARTICIPANTE 147)	
<p>0,627 valor unitario para Lote 01</p>			
23/07/2024 14:03:56	MENSAGEM	PREGOEIRO	
<p>PARA PARTICIPANTE 147: Eu não consigo incluir, da erro, não fecha o valor, você também não esta conseguindo?</p>			
23/07/2024 14:04:27	MENSAGEM	JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI (PARTICIPANTE 147)	
<p>tambem não estou conseguindo.</p>			
23/07/2024 14:05:02	MENSAGEM	PREGOEIRO	
<p>PARA PARTICIPANTE 147: Vou entrar em contato com o pessoal do BLL então, para me dar suporte</p>			
23/07/2024 15:06:09	LANCE	JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI (PARTICIPANTE 147)	1.993,86
23/07/2024 15:14:07	ADJUDICADO		



**MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES  
CORONEL DOMINGOS SOARES-PR**

**LOTE 2 - ADJUDICADO  
Lote 002**

**VALORES UNITÁRIOS FINAIS**

<b>Item: 1</b>	Unidade: UN	Marca: Serviço	Modelo:
Descrição: Limpeza de caixa d'água de 1000 litros na Unidade Basica de Saude Marcon distancia de 42 km da sede 01 caixa			
Quantidade: 2	<b>Valor Unit.: 109,72</b>		<b>Valor Total: 219,44</b>
<b>Item: 2</b>	Unidade: UN	Marca: Serviço	Modelo:
Descrição: Limpeza de caixa d'água de 1000 litros na Unidade Basica de Saude Pedregulho distancia de 33 km da sede 01 caixa			
Quantidade: 2	<b>Valor Unit.: 109,72</b>		<b>Valor Total: 219,44</b>
<b>Item: 3</b>	Unidade: UN	Marca: Serviço	Modelo:
Descrição: Limpeza de caixa d'água de 1000 litros na Unidade Basica de Saude Zugman distancia de 25 km da sede 01 caixa 1310			
Quantidade: 2	<b>Valor Unit.: 109,72</b>		<b>Valor Total: 219,44</b>
<b>Item: 4</b>	Unidade: UN	Marca: Serviço	Modelo:
Descrição: Limpeza de caixa d'água de 500 litros na Unidade Basica de Saude Chopim distancia de 18 km da sede 01 caixa			
Quantidade: 2	<b>Valor Unit.: 109,72</b>		<b>Valor Total: 219,44</b>
<b>Item: 5</b>	Unidade: UN	Marca: Serviço	Modelo:
Descrição: Limpeza de caixa d'água de 500 litros na Unidade Basica de Saude Iratim distancia de 30 km da sede 01 caixa			
Quantidade: 2	<b>Valor Unit.: 109,735</b>		<b>Valor Total: 219,47</b>
<b>Item: 6</b>	Unidade: UN	Marca: Serviço	Modelo:
Descrição: Limpeza de caixas d'água de 310 litros Unidade de Saude Central 01 caixa			
Quantidade: 2	<b>Valor Unit.: 109,72</b>		<b>Valor Total: 219,44</b>
<b>Item: 7</b>	Unidade: UN	Marca: Serviço	Modelo:
Descrição: Limpeza de caixas d'água de 500 litros Unidade de Saude Central 3 caixas			
Quantidade: 6	<b>Valor Unit.: 109,72</b>		<b>Valor Total: 658,32</b>

**CLASSIFICAÇÃO**

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI	055	34.786.607/0001-60	3.510,00	1.974,99		Sim
2 PROTECTOR CONTROLE DE PRAGAS	143	54.511.354/0001-20	3.539,88	1.975,00	0,00	Sim
3 CMP COM. DE PRODUTOS DE LIMPEZA	118	04.185.076/0001-90	3.539,88	2.480,00	25,57	Sim
4 SECO AMBIENTAL, SERVICOS,	023	33.614.013/0001-00	3.539,88	3.008,89	21,33	Sim
5 MODELO DEDETIZAÇÃO LTDA	060	28.782.161/0001-01	3.539,88	3.499,99	16,32	Sim
6 VALTER JOSE DUARTE IMUNIZAÇÃO E	073	18.850.814/0001-80	3.539,88	3.539,88	1,14	Sim
7 VANDERLEI PORTELLA	014	27.335.218/0001-53	3.539,88	3.539,88	0,00	Sim
8 MULT SERV SOLUÇÃO EM	034	40.909.560/0001-88	3.539,88	3.539,88	0,00	Sim

**DECLASSIFICADOS**

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	---------	----

**INABILITADOS**

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	---------	----

**MOVIMENTOS DO LOTE**

08/07/2024 11:40:23	PUBLICADO			
09/07/2024 08:00:00	RECEPÇÃO DE PROPOSTAS			
23/07/2024 10:30:00	ANÁLISE DE PROPOSTAS			
23/07/2024 11:00:27	DISPUTA			
23/07/2024 11:00:27	LANCE	MULT SERV SOLUÇÃO EM TERCEIRIZAÇÃO LTDA (PARTICIPANTE 034)		3.539,88
23/07/2024 11:00:27	LANCE	VANDERLEI PORTELLA (PARTICIPANTE 014)		3.539,88



**MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES  
CORONEL DOMINGOS SOARES-PR**

23/07/2024 11:00:27	LANCE	VALTER JOSE DUARTE IMUNIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS	3.539,88
23/07/2024 11:00:27	LANCE	SECO AMBIENTAL, SERVICOS, PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA	3.539,88
23/07/2024 11:00:27	LANCE	MODELO DEDETIZAÇÃO LTDA (PARTICIPANTE 060)	3.539,88
23/07/2024 11:00:27	LANCE	CMP COM. DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (PARTICIPANTE 118)	3.539,88
23/07/2024 11:00:27	LANCE	PROTECTOR CONTROLE DE PRAGAS URBANAS LTDA (PARTICIPANTE	3.539,88
23/07/2024 11:00:27	LANCE	JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI (PARTICIPANTE 055)	3.510,00
23/07/2024 11:00:36	LANCE	MODELO DEDETIZAÇÃO LTDA (PARTICIPANTE 060)	3.509,99
23/07/2024 11:01:25	LANCE	PROTECTOR CONTROLE DE PRAGAS URBANAS LTDA (PARTICIPANTE	3.500,00
23/07/2024 11:01:27	LANCE	MODELO DEDETIZAÇÃO LTDA (PARTICIPANTE 060)	3.499,99
23/07/2024 11:01:38	LANCE	PROTECTOR CONTROLE DE PRAGAS URBANAS LTDA (PARTICIPANTE	3.200,00
23/07/2024 11:01:56	LANCE	JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI (PARTICIPANTE 055)	3.199,99
23/07/2024 11:02:12	LANCE	PROTECTOR CONTROLE DE PRAGAS URBANAS LTDA (PARTICIPANTE	3.000,00
23/07/2024 11:02:25	LANCE	JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI (PARTICIPANTE 055)	2.999,99
23/07/2024 11:02:35	LANCE	PROTECTOR CONTROLE DE PRAGAS URBANAS LTDA (PARTICIPANTE	2.980,00
23/07/2024 11:02:48	LANCE	JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI (PARTICIPANTE 055)	2.979,99
23/07/2024 11:02:58	LANCE	PROTECTOR CONTROLE DE PRAGAS URBANAS LTDA (PARTICIPANTE	2.950,00
23/07/2024 11:03:08	LANCE	JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI (PARTICIPANTE 055)	2.949,99
23/07/2024 11:03:21	LANCE	PROTECTOR CONTROLE DE PRAGAS URBANAS LTDA (PARTICIPANTE	2.940,00
23/07/2024 11:03:31	LANCE	JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI (PARTICIPANTE 055)	2.939,99
23/07/2024 11:03:43	LANCE	PROTECTOR CONTROLE DE PRAGAS URBANAS LTDA (PARTICIPANTE	2.930,00
23/07/2024 11:03:52	LANCE	JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI (PARTICIPANTE 055)	2.929,99
23/07/2024 11:04:02	LANCE	PROTECTOR CONTROLE DE PRAGAS URBANAS LTDA (PARTICIPANTE	2.910,00
23/07/2024 11:04:20	LANCE	SECO AMBIENTAL, SERVICOS, PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA	3.008,89
23/07/2024 11:05:05	LANCE	JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI (PARTICIPANTE 055)	2.909,99
23/07/2024 11:05:25	LANCE	PROTECTOR CONTROLE DE PRAGAS URBANAS LTDA (PARTICIPANTE	2.700,00
23/07/2024 11:05:36	LANCE	JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI (PARTICIPANTE 055)	2.699,99
23/07/2024 11:05:45	LANCE	PROTECTOR CONTROLE DE PRAGAS URBANAS LTDA (PARTICIPANTE	2.600,00
23/07/2024 11:05:53	LANCE	JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI (PARTICIPANTE 055)	2.599,99
23/07/2024 11:06:01	LANCE	PROTECTOR CONTROLE DE PRAGAS URBANAS LTDA (PARTICIPANTE	2.400,00
23/07/2024 11:06:09	LANCE	JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI (PARTICIPANTE 055)	2.399,99
23/07/2024 11:06:43	LANCE	PROTECTOR CONTROLE DE PRAGAS URBANAS LTDA (PARTICIPANTE	2.380,00
23/07/2024 11:06:55	LANCE	JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI (PARTICIPANTE 055)	2.379,99
23/07/2024 11:07:04	LANCE	PROTECTOR CONTROLE DE PRAGAS URBANAS LTDA (PARTICIPANTE	2.350,00
23/07/2024 11:07:13	LANCE	JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI (PARTICIPANTE 055)	2.349,99
23/07/2024 11:07:22	LANCE	PROTECTOR CONTROLE DE PRAGAS URBANAS LTDA (PARTICIPANTE	2.320,00
23/07/2024 11:07:32	LANCE	JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI (PARTICIPANTE 055)	2.319,99
23/07/2024 11:07:39	LANCE	PROTECTOR CONTROLE DE PRAGAS URBANAS LTDA (PARTICIPANTE	2.300,00
23/07/2024 11:07:46	LANCE	JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI (PARTICIPANTE 055)	2.299,99
23/07/2024 11:07:56	LANCE	PROTECTOR CONTROLE DE PRAGAS URBANAS LTDA (PARTICIPANTE	2.280,00
23/07/2024 11:08:05	LANCE	JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI (PARTICIPANTE 055)	2.279,99
23/07/2024 11:08:14	LANCE	PROTECTOR CONTROLE DE PRAGAS URBANAS LTDA (PARTICIPANTE	2.250,00
23/07/2024 11:08:22	LANCE	JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI (PARTICIPANTE 055)	2.249,99
23/07/2024 11:08:36	LANCE	PROTECTOR CONTROLE DE PRAGAS URBANAS LTDA (PARTICIPANTE	2.220,00
23/07/2024 11:08:36	<b>PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA</b>		

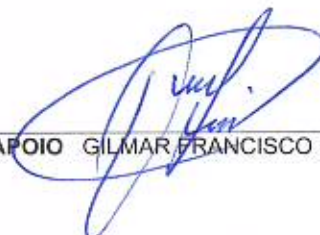


**MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES  
CORONEL DOMINGOS SOARES-PR**

23/07/2024 11:08:48	LANCE	JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI (PARTICIPANTE 055)	2.219,99
23/07/2024 11:09:15	LANCE	PROTECTOR CONTROLE DE PRAGAS URBANAS LTDA (PARTICIPANTE	2.215,00
23/07/2024 11:09:28	LANCE	JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI (PARTICIPANTE 055)	2.214,99
23/07/2024 11:09:40	LANCE	PROTECTOR CONTROLE DE PRAGAS URBANAS LTDA (PARTICIPANTE	2.200,00
23/07/2024 11:09:49	LANCE	JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI (PARTICIPANTE 055)	2.199,99
23/07/2024 11:10:17	LANCE	PROTECTOR CONTROLE DE PRAGAS URBANAS LTDA (PARTICIPANTE	2.100,00
23/07/2024 11:10:32	LANCE	JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI (PARTICIPANTE 055)	2.099,99
23/07/2024 11:10:42	LANCE	PROTECTOR CONTROLE DE PRAGAS URBANAS LTDA (PARTICIPANTE	2.097,00
23/07/2024 11:10:52	LANCE	JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI (PARTICIPANTE 055)	2.096,99
23/07/2024 11:11:03	LANCE	PROTECTOR CONTROLE DE PRAGAS URBANAS LTDA (PARTICIPANTE	2.091,00
23/07/2024 11:11:18	LANCE	JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI (PARTICIPANTE 055)	2.090,00
23/07/2024 11:11:25	LANCE	PROTECTOR CONTROLE DE PRAGAS URBANAS LTDA (PARTICIPANTE	2.000,00
23/07/2024 11:11:39	LANCE	JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI (PARTICIPANTE 055)	1.999,00
23/07/2024 11:11:57	LANCE	PROTECTOR CONTROLE DE PRAGAS URBANAS LTDA (PARTICIPANTE	1.980,00
23/07/2024 11:12:17	LANCE	JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI (PARTICIPANTE 055)	1.979,00
23/07/2024 11:13:06	LANCE	CMP COM. DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (PARTICIPANTE 118)	2.480,00
23/07/2024 11:13:51	LANCE	PROTECTOR CONTROLE DE PRAGAS URBANAS LTDA (PARTICIPANTE	1.975,00
23/07/2024 11:14:23	LANCE	JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI (PARTICIPANTE 055)	1.974,99
23/07/2024 11:16:23	NOTIFICAÇÃO	SISTEMA	
Alguns participantes do lote ofertaram valores iguais de proposta/lance. O sorteio foi realizado entre os participantes: PARTICIPANTE 073, PARTICIPANTE 014, PARTICIPANTE 034 que apresentaram o valor de 3,539.88.			
23/07/2024 11:16:23	NOTIFICAÇÃO	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta deve verificar e readequar seus valores unitários para este lote.			
23/07/2024 11:16:23	NOTIFICAÇÃO	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI			
23/07/2024 11:16:23	HABILITAÇÃO		
23/07/2024 11:57:23	MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS		
23/07/2024 12:27:23	EM ADJUDICAÇÃO		
23/07/2024 13:37:57	NOTIFICAÇÃO	SISTEMA	
Valores unitários definidos pelo condutor.			
23/07/2024 15:14:07	ADJUDICADO		



\_\_\_\_\_  
PREGOEIRO: FERNANDA ROBERTA DA ROSA



\_\_\_\_\_  
MEMBRO DE EQUIPE DE APOIO GILMAR FRANCISCO DA ROSA





**ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**Pregão 26/2024**

1. O Prefeito Municipal de Coronel Domingos Soares, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, resolve:

ADJUDICAR e HOMOLOGAR a presente licitação na modalidade de Pregão nº 26/2024 referente à:

**- Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de dedetização; desratização; descupinização; desintetização e limpezas de caixas d'água dos prédios das Unidades Básicas do Departamento Municipal de Saúde.**

Vencedor(es):

JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	Prestação de serviços de dedetização; desratização; descupinização; desintetização dos ambientes para repelir ou eliminar insetos como aranhas, escorpiões e moscas; desalojamento de aves e morcegos; higienização e incineração de ninhos nas áreas internas e externas; remoção de dejetos de aves e morcegos, inclusive fezes na Unidade Básica de Saúde Chopim, com área de 100m <sup>2</sup> , distância de 18 km da sede	Serviço	M2	200,00	0,626	125,20
1	2	Prestação de serviços de dedetização; desratização; descupinização; desintetização dos ambientes para repelir ou eliminar insetos como aranhas, escorpiões e moscas; desalojamento de aves e morcegos; higienização e incineração de ninhos nas áreas internas e externas; remoção de dejetos de aves e morcegos, inclusive fezes na Unidade Básica de Saúde Iratim, com área de 100m <sup>2</sup> , distância de 30 km da sede	Serviço	M2	200,00	0,626	125,20
1	3	Prestação de serviços de dedetização; desratização; descupinização; desintetização dos ambientes para repelir ou eliminar insetos como aranhas, escorpiões e moscas; desalojamento de aves e morcegos; higienização e incineração de ninhos nas áreas internas e externas; remoção de dejetos de aves e morcegos, inclusive fezes na Unidade	Serviço	M2	200,00	0,6419	128,38





MUNICÍPIO DE  
**CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

121

		Básica de Saúde Marcon com área de 100m <sup>2</sup> , distância de 42 km da sede					
1	4	Prestação de serviços de dedetização; desratização; descupinização; desintetização dos ambientes para repelir ou eliminar insetos como aranhas, escorpiões e moscas; desalojamento de aves e morcegos; higienização e incineração de ninhos nas áreas internas e externas; remoção de dejetos de aves e morcegos, inclusive fezes na Unidade Básica de Saúde Pedregulho, com área de 100m <sup>2</sup> , distância de 33 km da sede	Serviço	M2	200,00	0,626	125,20
1	5	Prestação de serviços de dedetização; desratização; descupinização; desintetização dos ambientes para repelir ou eliminar insetos como aranhas, escorpiões e moscas; desalojamento de aves e morcegos; higienização e incineração de ninhos nas áreas internas e externas; remoção de dejetos de aves e morcegos, inclusive fezes na Unidade Básica de Saúde Zugman, com área de 100m <sup>2</sup> , distância de 25 km da sede	Serviço	M2	200,00	0,626	125,20
1	6	Prestação de serviços de dedetização; desratização; descupinização; desintetização dos ambientes para repelir ou eliminar insetos como aranhas, escorpiões e moscas; desalojamento de aves e morcegos; higienização e incineração de ninhos nas áreas internas e externas; remoção de dejetos de aves e morcegos, inclusive fezes na Unidade de Saúde Central com área de 1.090m <sup>2</sup>	Serviço	M2	2.180,00	0,626	1.364,68
2	1	Limpeza de caixa d'água de 1000 litros na Unidade Básica de Saúde Marcon, distância de 42 km da sede (01 caixa)	Serviço	UN	2,00	109,72	219,44
2	2	Limpeza de caixa d'água de 1000 litros na Unidade Básica de Saúde Pedregulho, distância de 33 km da sede (01 caixa)	Serviço	UN	2,00	109,72	219,44
2	3	Limpeza de caixa d'água de 1000 litros na Unidade Básica de Saúde Zugman, distância de 25 km da sede (01 caixa)	Serviço	UN	2,00	109,72	219,44
2	4	Limpeza de caixa d'água de 500 litros na Unidade Básica de Saúde Chopim, distância de 18 km da sede (01 caixa)	Serviço	UN	2,00	109,72	219,44
2	5	Limpeza de caixa d'água de 500 litros na Unidade Básica de Saúde Iratim, distância de 30 km da sede (01 caixa)	Serviço	UN	2,00	109,735	219,47





MUNICÍPIO DE  
**CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

122

2	6	Limpeza de caixas d'água de 310 litros - Unidade de Saúde Central (01 caixa)	Serviço	UN	2,00	109,72	219,44
2	7	Limpeza de caixas d'água de 500 litros - Unidade de Saúde Central (3 caixas)	Serviço	UN	6,00	109,72	658,32
TOTAL							3.968,85

2. Estando em conformidade com a ata de seção de Pregão 26/2024 datada de 23/07/2024, a execução dos serviços objeto da presente licitação será de 12 Meses conforme solicitação, a partir da homologação e assinatura do contrato.

Centro Administrativo Adão Reis, em 23/07/2024.

Jandir Bandiera  
Prefeito Municipal



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL DOMINGOS SOARES

### ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Pregão 26/2024

1. O Prefeito Municipal de Coronel Domingos Soares, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, resolve:

ADJUDICAR e HOMOLOGAR a presente licitação na modalidade de Pregão nº 26/2024 referente à:

- Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de dedetização; desratização; descupinização; desintetização e limpeza de caixas d'água dos prédios das Unidades Básicas do Departamento Municipal de Saúde.

Vencedor(es):

JUAN GABRIEL EDLER RACHEDO FRELI							
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Unidade	Quantidade	Preço	Preço Total
1	1	Prestação de serviços de dedetização; desratização; descupinização; desintetização dos ambientes para repeli-los, eliminar insetos como: aranhas, escorpiões e moscas; desalojamento de aves e morcegos; higienização e incineração de ninhos nas áreas internas e externas; remoção de dejetos de aves e morcegos, inclusive fezes na Unidade Básica de Saúde Chooim, com área de 100m², distância de 18 km da sede.	Serviço	M2	200,00	0,625	125,20
1	2	Prestação de serviços de dedetização; desratização; descupinização; desintetização dos ambientes para repeli-los, eliminar insetos como: aranhas, escorpiões e moscas; desalojamento de aves e morcegos; higienização e incineração de ninhos nas áreas internas e externas; remoção de dejetos de aves e morcegos, inclusive fezes na Unidade Básica de Saúde Itatim, com área de 100m², distância de 30 km da sede.	Serviço	M2	200,00	0,625	125,20
1	3	Prestação de serviços de dedetização; desratização; descupinização; desintetização dos ambientes para repeli-los, eliminar insetos como: aranhas, escorpiões e moscas; desalojamento de aves e morcegos; higienização e incineração de ninhos nas áreas internas e externas; remoção de dejetos de aves e morcegos, inclusive fezes na Unidade Básica de Saúde Marcon, com área de 100m², distância de 42 km da sede.	Serviço	M2	200,00	0,6419	128,38
1	4	Prestação de serviços de dedetização; desratização; descupinização; desintetização dos ambientes para repeli-los, eliminar insetos como: aranhas, escorpiões e moscas; desalojamento de aves e morcegos; higienização e incineração de ninhos nas áreas internas e externas; remoção de dejetos de aves e morcegos, inclusive fezes na Unidade Básica de Saúde Pedregulho, com área de 100m², distância de 33 km da sede.	Serviço	M2	200,00	0,625	125,20
1	5	Prestação de serviços de dedetização; desratização; descupinização; desintetização dos ambientes para repeli-los, eliminar insetos como: aranhas, escorpiões e moscas; desalojamento de aves e morcegos; higienização e incineração de ninhos nas áreas internas e externas; remoção de dejetos de aves e morcegos, inclusive fezes na Unidade Básica de Saúde Zagner, com área de 100m², distância de 25 km da sede.	Serviço	M2	200,00	0,626	125,20
1	6	Prestação de serviços de dedetização; desratização; descupinização; desintetização dos ambientes para repeli-los, eliminar insetos como: aranhas, escorpiões e moscas; desalojamento de aves e morcegos; higienização e incineração de ninhos nas áreas internas e externas; remoção de dejetos de aves e morcegos, inclusive fezes na Unidade de Saúde Central com área de 1.090m².	Serviço	M2	2.180,00	0,625	1.364,58
2	1	Limpeza de caixa d'água de 1000 litros na Unidade Básica de Saúde Marcon, distância de 42 km da sede (01 caixa).	Serviço	UN	2,00	109,72	219,44
2	2	Limpeza de caixa d'água de 1000 litros na Unidade Básica de Saúde Pedregulho, distância de 33 km da sede (01 caixa).	Serviço	UN	2,00	109,72	219,44
2	3	Limpeza de caixa d'água de 1000 litros na Unidade Básica de Saúde Zagner, distância de 25 km da sede (01 caixa).	Serviço	UN	2,00	109,72	219,44
2	4	Limpeza de caixa d'água de 500 litros na Unidade Básica de Saúde Chooim, distância de 18 km da sede (01 caixa).	Serviço	UN	2,00	109,72	219,44
2	5	Limpeza de caixa d'água de 500 litros na Unidade Básica de Saúde Itatim, distância de 30 km da sede (01 caixa).	Serviço	UN	2,00	109,735	219,47



2	6	Limpeza de casas d'água de 310 litras-Unidade de Saúde Central (01 casa)	Serviço	UN	2,00	109,72	219,44
2	7	Limpeza de casas d'água de 500 litras-Unidade de Saúde Central (3 casas)	Serviço	UN	6,00	109,72	658,32
TOTAL							3.568,85

2. Estando em conformidade com a ata de seção de Pregão 26/2024 datada de 23/07/2024, a execução dos serviços objeto da presente licitação será de 12 Meses conforme solicitação, a partir da homologação e assinatura do contrato, Centro Administrativo Adão Reis, em 23/07/2024.

Jandir Bandiera - Prefeito Municipal

*Carimbo*





MUNICÍPIO DE  
**CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

125

Contrato nº 71/2024, que entre si celebram de um lado o **Município de Coronel Domingos Soares** e de outro lado a Empresa **JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI**.

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Araucária, 3120, inscrito no CNPJ nº 01614415/0001-18, **CONTRATANTE**, representado neste ato pelo Prefeito Jandir Bandiera, de CPF nº 383803310-87 em pleno exercício de seu mandato e funções, residente e domiciliada nesta cidade.

**CONTRATADO(A): JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI**, Pessoa jurídica, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **34.786.607/0001-60**, Com sede à RUA DUQUE DE CAXIAS, 0 597 - CEP: 85540000 - BAIRRO: CENTRO, Mangueirinha/PR., neste ato representado por JUAN GABRIEL EDLER PACHECO, Portador da Cédula de Identidade nº 31676053 e do CPF nº 032.272.259-48, Residente e domiciliado na de RUA DUQUE DE CAXIAS, 0 597 - CEP: 85540000 - BAIRRO: CENTRO, Mangueirinha/PR, e-mail: gannatecst@gmail.com, Telefone: 4632323274.

O presente Contrato será regido pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pelos Decreto Municipal 161/2023 que regulamentou a Norma Federal, pelo edital do **Pregão Eletrônico nº 26/2024** que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, pela proposta do licitante vencedor e pelas cláusulas e condições seguintes:

**1 OBJETO:**

**Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de dedetização; desratização; descupinização; desintetização e limpezas de caixas d'água dos prédios das Unidades Básicas do Departamento Municipal de Saúde., conforme descrito no Termo de Referência.**

ITENS								
Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
LOTE: 001 - Lote 001	1	8995	Prestação de serviços de dedetização; desratização; descupinização; desintetização dos ambientes para repelir ou eliminar insetos como aranhas, escorpiões e moscas; desalojamento de aves e morcegos; higienização e incineração de ninhos nas áreas internas e externas; remoção de dejetos de aves e morcegos, inclusive fezes na	Serviço	M2	200,00	0,626	125,20





MUNICÍPIO DE  
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

126

			Unidade Básica de Saúde Chopim, com área de 100m <sup>2</sup> , distância de 18 km da sede					
LOTE: 2 001 - Lote 001	8994		Prestação de serviços de dedetização; desratização; descupinização; desintetização dos ambientes para repelir ou eliminar insetos como aranhas, escorpiões e moscas; desalojamento de aves e morcegos; higienização e incineração de ninhos nas áreas internas e externas; remoção de dejetos de aves e morcegos, inclusive fezes na Unidade Básica de Saúde Iratim, com área de 100m <sup>2</sup> , distância de 30 km da sede	Serviço	M2	200,00	0,626	125,20
LOTE: 3 001 - Lote 001	8993		Prestação de serviços de dedetização; desratização; descupinização; desintetização dos ambientes para repelir ou eliminar insetos como aranhas, escorpiões e moscas; desalojamento de aves e morcegos; higienização e incineração de ninhos nas áreas internas e externas; remoção de dejetos de aves e morcegos, inclusive fezes na Unidade Básica de Saúde Marcon com	Serviço	M2	200,00	0,6419	128,38





MUNICÍPIO DE  
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

127

			área de 100m <sup>2</sup> , distância de 42 km da sede					
LOTE: 4 001 - Lote 001	4	8996	Prestação de serviços de dedetização; desratização; descupinização; desintetização dos ambientes para repelir ou eliminar insetos como aranhas, escorpiões e moscas; desalojamento de aves e morcegos; higienização e incineração de ninhos nas áreas internas e externas; remoção de dejetos de aves e morcegos, inclusive fezes na Unidade Básica de Saúde Pedregulho, com área de 100m <sup>2</sup> , distância de 33 km da sede	Serviço	M2	200,00	0,626	125,20
LOTE: 5 001 - Lote 001	5	8997	Prestação de serviços de dedetização; desratização; descupinização; desintetização dos ambientes para repelir ou eliminar insetos como aranhas, escorpiões e moscas; desalojamento de aves e morcegos; higienização e incineração de ninhos nas áreas internas e externas; remoção de dejetos de aves e morcegos, inclusive fezes na Unidade Básica de Saúde Zugman, com área de 100m <sup>2</sup> ,	Serviço	M2	200,00	0,626	125,20





MUNICÍPIO DE  
**CORONEL DOMINGOS SOARES**

128

CNPJ 01614415/0001-18

			distância de 25 km da sede					
LOTE: 6 001 - Lote 001	8992		Prestação de serviços de dedetização; desratização; descupinização; desintetização dos ambientes para repelir ou eliminar insetos como aranhas, escorpiões e moscas; desalojamento de aves e morcegos; higienização e incineração de ninhos nas áreas internas e externas; remoção de dejetos de aves e morcegos, inclusive fezes na Unidade de Saúde Central com área de 1.090m <sup>2</sup>	Serviço	M2	2.180,00	0,626	1.364,68
LOTE: 1 002 - Lote 002	9000		Limpeza de caixa d'água de 1000 litros na Unidade Básica de Saúde Marcon, distância de 42 km da sede (01 caixa)	Serviço	UN	2,00	109,72	219,44
LOTE: 2 002 - Lote 002	9003		Limpeza de caixa d'água de 1000 litros na Unidade Básica de Saúde Pedregulho, distância de 33 km da sede (01 caixa)	Serviço	UN	2,00	109,72	219,44
LOTE: 3 002 - Lote 002	9004		Limpeza de caixa d'água de 1000 litros na Unidade Básica de Saúde Zugman, distância de 25 km da sede (01 caixa)	Serviço	UN	2,00	109,72	219,44
LOTE: 4 002 - Lote 002	9002		Limpeza de caixa d'água de 500 litros na Unidade Básica de Saúde Chopim, distância de 18 km da sede (01 caixa)	Serviço	UN	2,00	109,72	219,44
LOTE: 5 002 -	9001		Limpeza de caixa d'água de 500 litros	Serviço	UN	2,00	109,735	219,47





MUNICÍPIO DE  
**CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

129

Lote 002			na Unidade Básica de Saúde Iratim, distancia de 30 km da sede (01 caixa)					
LOTE: 002 - Lote 002	6	8999	Limpeza de caixas d'água de 310 litros - Unidade de Saúde Central (01 caixa)	Serviço	UN	2,00	109,72	219,44
LOTE: 002 - Lote 002	7	8998	Limpeza de caixas d'água de 500 litros - Unidade de Saúde Central (3 caixas)	Serviço	UN	6,00	109,72	658,32
<b>TOTAL</b>								<b>3.968,85</b>

**2 FUNDAMENTO:**

Este contrato decorre do Pregão Eletrônico n.º 26/2024, com homologação publicada no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial deste Município – DIOEMS.

Encontra-se vinculado a este Contrato, ainda, o edital licitatório e seus anexos, bem como a proposta da contratada, observados os documentos da fase interna do certame a exemplo do Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência originários do setor requisitante do objeto.

**3 FORMA DE FORNECIMENTO:**

Os serviços serão executados 02 (duas) vez ao ano, ou seja, a cada 06 (seis) meses, com agendamento prévio, na Unidades Básicas de Saúde, localizadas na Avenida Araucária, 2784, Centro, Localidade Marcon a 42km da sede, Localidade Iratim a 30km da sede, Localidade Chopim a 18km da sede, Localidade Zugman a 25km da sede, Localidade Pedregulho a 33km da sede, em dias úteis, no horário das 8h às 12:00h e das 13h às 17:00h, com a presença do fiscal do contrato para recebimento do objeto. Sugere-se a empresa que faça agendamento prévio do dia e local para evitar esperas e transtornos no momento da execução dos serviços.

Inclui-se todos os custos referentes a execução (mão de obra, peças, ferramentas, materiais consumíveis, deslocamento, etc) de forma a permitir a completa efetivação dos serviços.

**4 PREÇO E VALOR DO CONTRATO:**

4.1 O Contratante pagará ao Contratado os preços unitários previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato:

4.2 O valor total do contrato é de **R\$. 3.968,85 (Três Mil, Novecentos e Sessenta e Oito Reais e Oitenta e Cinco Centavos).**

4.3 No preço pactuado estão inclusas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos trabalhistas e despesas com transporte e locomoção.

**5. DO REAJUSTE.**

5.1 A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o índice do INPC-Índice Nacional de Preços ao Consumidor, apurado pelo IBGE.

5.1.1. A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado.

5.1.2. O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.





5.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

5.3. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

5.4. A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

#### **6. A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:**

6.1 A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 15 do Decreto n.º 161/23.

6.2 A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 16 do Decreto n.º 161/23.

6.3. Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante, em atendimento a demanda firmada pelo setor municipal requisitante do objeto, consignado no Termo de Referência.

6.4. A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

#### **7. PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO:**

7.1. Os bens deverão ser entregues no local/ endereço, na forma, nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência-Anexo I do Edital, que integra o presente contrato para todos os fins.

7.2. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e proposta, devendo ser substituído no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

#### **8 FONTE DE RECURSOS:**

8.1 A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

DOTAÇÕES				
Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
1415	05.001.10.301.0005.2020	303	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
1420	05.001.10.301.0005.2020	494	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
1500	05.001.10.302.0005.2021	303	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
1510	05.001.10.302.0005.2021	494	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
1625	05.001.10.303.0005.2022	303	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
1630	05.001.10.303.0005.2022	494	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
1725	05.001.10.304.0005.2023	303	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
1730	05.001.10.304.0005.2023	494	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
1830	05.002.10.301.0005.2024	303	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
1840	05.002.10.301.0005.2024	494	3.3.90.39.00.00	Do Exercício

#### **9. EXECUÇÃO E VIGÊNCIA:**

9.1 O prazo de execução do objeto a ser contratado será de **10 (dez) dias**, a contar do recebimento da Ordem de serviço.





9.2 O prazo de execução total do objeto a ser contratado será de **12 (doze) Meses, a contar da publicação do extrato do Termo de Contrato.**

9.3 O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) Meses** na forma do artigo 105 da Lei n.º 14.133, de 2021.

9.4 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

#### **10 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:**

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial

##### 10.1 São obrigações do Contratado:

**10.1.1** efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

**10.1.2** responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

**10.1.3** substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

**10.1.4** comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**10.1.5** indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

**10.1.6** manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**10.1.7** manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme legislação vigente;

**10.1.8** guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**10.1.9** arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

**10.1.9.1** alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

**10.1.9.2** retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

**10.1.9.3** aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

**10.1.10.** cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.





**10.2 São obrigações do Contratante;**

**10.2.1** receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

**10.2.2** exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

**10.2.3** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

**10.2.4** comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

**10.2.5** acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

**10.2.6** efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

**10.2.7** efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

**10.2.8** emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

**10.2.9** ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

**10.2.10** adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

**10.2.11** prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

**11 FORMA DE PAGAMENTO**

**11.1** O pagamento de cada fatura deverá ser realizado em um prazo não superior a 25 (vinte e cinco) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação de Regularidade Fiscal, comprovando a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

**11.2** Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

**11.2.1** Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeira.

**12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**12.1.** Não haverá exigência de garantia contratual da execução.





### **13. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.**

**13.1.** O prazo de garantia contratual dos objetos, será de, no mínimo, **12 (doze) meses**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à entrega.

### **14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**14.1.** O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

**14.2.** A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

a) multa de 0,5% a 5%, nos casos de:

a.1 - descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;

a.2 - inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;

Considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato, bem como não causem prejuízos à Administração.

b) multa de 5% a 30%, nos casos de:

b.1 - dar causa à inexecução parcial do contrato, que supere aquela prevista no inciso II do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

b.2 - dar causa à inexecução total do contrato;

b.3 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

b.4 - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

b.5 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

b.6 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

Considera-se inexecução total do contrato a recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada bem como a recusa injustificada do adjudicatário em assinar ata de registro de preços, contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração também caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida.

c) multa de 15% a 30%, nos casos de:

c.1 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

c.2 - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

c.3 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

c.4 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;





c.5 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**14.3.** O cálculo da multa será justificado e levará em conta:

- a. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b. as peculiaridades do caso concreto;
- c. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;
- f. situação econômico-financeira do acusado, em especial sua capacidade de geração de receitas e seu patrimônio, no caso de aplicação de multa;

**14.3.1.** São circunstâncias agravantes para o cálculo da multa:

- a. a prática da infração com violação de dever inerente a cargo, ofício ou profissão;
- b. o conluio entre licitantes ou contratados para a prática da infração;
- c. a apresentação de documento falso no curso do processo administrativo de apuração de responsabilidade;
- d. a reincidência, verificada quando o acusado comete nova infração, depois de condenado definitivamente por idêntica infração anterior.

**14.3.2.** São circunstâncias atenuantes para o cálculo da multa:

- a. a primariedade;
- b. procurar evitar ou minorar as consequências da infração antes do julgamento;
- c. reparar o dano antes do julgamento;
- d. confessar a autoria da infração.

**14.4.** A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Municipal, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.

**14.4.1.** A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

**14.5.** Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

**14.6.** O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto na regulação do Município.

**14.7.** Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**14.8.** Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal nº 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Município de Coronel Domingos Soares.





14.9. Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos demais cadastro federais e estaduais pertinentes.

**15. CASOS DE EXTINÇÃO:**

15.1. O presente instrumento poderá ser extinto:

15.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

15.1.2. de forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

15.1.3. por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

15.2. No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

15.3. Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

15.4. O Contratado, desde já, reconhece todos direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

**16. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:**

16.1. Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

16.1.1. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas compras.

16.2. É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16.3. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

16.4. As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato não sendo permitida a subcontratação de fornecimento e/ou execução.

16.5. Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de até 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período

**17. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**





**17.1.** O CONTRATANTE e o CONTRATADO, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

**17.2.** O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do CONTRATADO, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do CONTRATANTE, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

**17.3.** Os dados tratados pelo CONTRATADO somente poderão ser utilizados no fornecimento dos BENS especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo CONTRATANTE;

**17.4.** Os registros de tratamento de dados pessoais que o CONTRATADO realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

**17.5.** o Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

**17.6.** o Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do CONTRATANTE, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

**17.7.** O eventual acesso, pelo CONTRATADO, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o CONTRATADO e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

**17.8.** O encarregado do CONTRATADO manterá contato formal com o encarregado do CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

**17.9.** A critério do controlador e do encarregado de Dados do CONTRATANTE, o CONTRATADO poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

**17.10.** o Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

**17.11.** Os representantes legais do CONTRATADO, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Estado para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

**17.12.** O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

**17.13.** Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa SUBCONTRATADA dependerá de autorização prévia do CONTRATANTE, hipótese em que o SUBCONTRATADO ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao CONTRATADO.





MUNICÍPIO DE  
**CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

137

17.14. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o Contratado providenciará o descarte ou devolução, para o CONTRATANTE, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

17.15. As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do CONTRATANTE à Controladoria-Geral do Estado, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Estado em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

**18. DISPOSIÇÕES GERAIS:**

18.1. Integram o presente contrato, para todos os fins: o edital da licitação e seus anexos e a proposta apresentada pelo Contratado durante a licitação.

18.2. Este contrato é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e pelos Decretos Municipais que regulamentam e/ou complementam a Norma Federal e demais leis estaduais e federais pertinentes ao objeto do contrato, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

18.3. O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Município e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal de Transparência Municipal.

18.4. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da Comarca de Palmas – PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Coronel Domingos Soares-PR, 24/07/2024

  
**JAKELINE APARECIDA MATIAS**  
06681470912

  
**JANDIR BANDIERA**  
81604035000131

**JUAN GABRIEL EDLER**  
Assinado de forma digital por JUAN GABRIEL EDLER  
PACHECO:03227225948  
7225948  
Dados: 2024.07.24 09:51:15 -03'00'

**JUAN GABRIEL EDLER PACHECO**  
03227225948

  
**MARLY BEVILACQUA MAÍTO**  
92441718053



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL DOMINGOS SOARES

EXTRATO DO CONTRATO Nº 71/2024 – Data 24/07/2024

Ref. Pregão 26/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av Araucária, 3120, inscrito no CNPJ nº 01614415/0001-18, CONTRATANTE, representado neste ato pelo prefeito Jandir Bardiera, brasileiro, divorciado, residente e domiciliado em Cel. Domingos Soares/PR a Avenida Araucária, 2913, apto 101 de CPF nº. 383.803.310 – 87 e RG nº 15.546.648 – 0 (SSP/PR); CONTRATADO(A): JUAN GABRIEL EDLER PACHECO EIRELI, Sediada na RUA DUQUE DE CAXIAS, 0 597-CEP: 85540000-BAIRRO: CENTRO, Mangueirinha/PR, inscrita no CNPJ sob nº 34.786.607/0001-60

OBJETO(S): Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de dedetização; desratização; descupinização; desintetização e limpeza das caixas d'água dos prédios das Unidades Básicas do Departamento Municipal de Saúde.

VALOR CONTRATUAL: R\$ 3.968,85 (Três Mil, Novecentos e Sessenta e Oito Reais e Oitenta e Cinco Centavos), respeitados os valores individuais.

FORMA DE PAGAMENTO: Até o 15º dia do mês subsequente a emissão da nota fiscal.

Prazo de execução/entrega: 12 meses

Prazo de vigência: 12 meses

FORO: Comarca de Palmas-PR.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

DOTAÇÕES				
Conta da despesa	Funçãõa programática	Fonte do recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
1415	05.001.10.301.0005.2020	303	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
1420	05.001.10.301.0005.2020	494	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
1500	05.001.10.302.0005.2021	303	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
1510	05.001.10.302.0005.2021	494	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
1625	05.001.10.303.0005.2022	303	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
1630	05.001.10.303.0005.2022	494	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
1725	05.001.10.304.0005.2023	303	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
1730	05.001.10.304.0005.2023	494	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
1830	05.002.10.301.0005.2024	303	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
1840	05.002.10.301.0005.2024	494	3.3.90.39.00.00	Do Exercício

Coleção 114.5